

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PUC-SP**

Fabiana Soares

**A Escola Mista e a Coeducação na década de 1920: expansão, significado e
os debates na imprensa periódica**

Mestrado em Educação: História, Política, Sociedade

**São Paulo
2021**

Fabiana Soares

A Escola Mista e a Coeducação na década de 1920: expansão, significado e os debates na imprensa periódica

Mestrado em Educação: História, Política, Sociedade

Dissertação apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para a obtenção do título de MESTRE em Educação: História, Política, Sociedade sob a orientação do Prof. Dr. Mauro Castilho Gonçalves.

São Paulo

2021

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Mauro Castilho Gonçalves
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
(PUC-SP)

Prof. Dr. José Antônio Miranda Sepulveda
Universidade Federal Fluminense (UFF)

Prof. Dra. Lucilene Rezende Alcanfor
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia
Afro-Brasileira (UNILAB)

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior- Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 88887.463719/2019-00.

This study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Finance Code 88887.463719/2019-00.

Dedico este trabalho a todos os professores e professoras que passaram por mim, que me ensinaram, que me fizeram acreditar que eu seria capaz. A primeira professora me ensinou não só a ler, a escrever e a contar, mas me ensinou, da sua maneira, o que era uma escola.

Não consigo contar quantos professores passaram por mim, mas todos compartilharam algo comigo. Alguns me marcaram de forma muito especial, outros não tenho muitas lembranças, mas se hoje eu encontrasse algum deles, mostraria que o fruto do trabalho da educação, que foi realizado comigo na escola pública, chegou nesta pesquisa. Este trabalho foi uma semente plantada pelos professores desde a minha primeira série, em 1985, até o meu orientador, em 2021.

Dedico este trabalho também a todas as meninas e mulheres da década de 1920, que viveram no anonimato, que frequentaram a escola como alunas ou professoras, que ousaram a ocupar este espaço, que abriram caminhos para que hoje eu tivesse direito de estudar também.

Em memória do grande amigo Rodrigo Cardoso, vítima da covid-19.

AGRADECIMENTOS

A gratidão é uma das melhores coisas que podemos sentir, é um sinal que o caminho foi trilhado, que nem sempre é como esperamos, mas chegamos ao fim, ou em outros recomeços.

Agradeço ao Pai Maior e a Mãe de todas as Mães. Tenho certeza de que estão comigo todos os dias.

Agradeço aos meus pais Elias e Noemia, por compreenderem a minha ausência pelos estudos, por acreditarem que eu seria capaz e por me ajudarem nas pequenas e nas grandes coisas da vida.

Um super agradecimento ao meu orientador, Dr. Mauro Castilho Gonçalves. Quando não sabia mais o que fazer com os dados, sua orientação era “certeira” para continuar o caminho. Obrigada por acreditar em mim, pela compreensão das fases difíceis e pelo companheirismo. Aprendi com o Mauro não apenas detalhes da pesquisa, mas lições que vou levar para a vida.

Ao entrar no mestrado, acreditei que seguiria um caminho, mas os planos não saíram como eu esperava, então, precisei de ajuda para retornar a caminhar. Recebi auxílio de muitos lados, mas algumas pessoas agiram de forma especial e as palavras não seriam suficientes para agradecer-las. Muitas pessoas me ajudaram de alguma forma, mas agradeço de forma especial ao Fernando Martins, Luciana Caliente, Raquel Carapelo, Silvana Testa, Silvana Américo, Verônica Freires, Simone Rodrigues, Bárbara Vieira, Dosília Barreto, Valdirene Rodrigues Alves, Robson e Karoline que me ajudaram na qualificação. Nunca vou esquecer o companheirismo e o carinho por mim.

Agradeço a Silvia Bortolucci e Alessandra Ricardi Bueno que me ajudaram a voltar a caminhar. Sem a ajuda de vocês não teria concluído esta parte da minha vida.

Um agradecimento especial para a querida Betinha que faz o possível para ajudar a todos, uma pessoa incrível que marca a vida dos alunos e alunas do Programa.

Agradeço também a Rosana Portela, por aceitar o desafio de revisar meu trabalho, pelas palavras e por compreender este momento.

Agradeço aos amigos que trabalham comigo, os que conheci no tempo

do mestrado, que convivem comigo e que, de forma direta ou indireta, me disseram que eu seria capaz.

E, por fim, um agradecimento especial à Professora Dra. Lucilene Rezende Alcanfor e ao Professor Dr. José Antônio Miranda Sepulveda, pelas indicações de leitura e orientações, que foram essenciais.

Soares, Fabiana. **A Escola Mista e a Coeducação na década de 1920:** expansão, significado e os debates na imprensa periódica. 2021. 151 p. Dissertação (Mestrado em Educação: História, Política, Sociedade). Programa de Estudos Pós-Graduados em Educação: História, Política, Sociedade. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC/SP, São Paulo, 2021.

RESUMO

A pesquisa propõe a análise da expansão das escolas mistas em São Paulo e no Rio de Janeiro, durante a década de 1920, período de sua expansão e da intensificação do debate sobre alterações no regime do ensino primário. A imprensa periódica foi um canal privilegiado na veiculação e nas discussões especializadas sobre o tema. Pelos jornais e revistas pedagógicas do período analisaram-se as publicações sobre a escola mista e a coeducação, num cenário sexista que demarcava espaços e destinos diferentes para homens e mulheres, meninos e meninas. Considerando a década de 1920 um período de importantes mudanças, fez-se necessário contextualizar as concepções de um novo Brasil, ideia que percorria na sociedade, os estudos da imprensa periódica e suas especificidades, os ideais de educação após tantas mudanças sociais e, por fim, foram verificadas as publicações sobre escolas mistas e os debates sobre coeducação na imprensa periódica. A Hemeroteca Digital Brasileira (HDB) foi o canal privilegiado da coleta e sistematização das informações. Para tanto, foram utilizados quatro termos para o levantamento e análise de dados: *coeducação*, *escola mista*, *escolas mistas* e *escolas mixtas*. Conclui-se que numa sociedade com pensamentos patriarcais, houve a expansão das escolas mistas e isto foi notificado pela imprensa, mostrando que a Instrução Pública criava escolas mistas e aumentava o número de vagas, principalmente para a camada mais pobre da população. No entanto, os debates sobre coeducação pouco foram discutidos na imprensa periódica. Chartier esclarece que a palavra impressa pode modificar ações individuais e sociais e, por isso, foi possível verificar, através das publicações, que a imprensa ajudou a implementar uma nova escolarização, de meninos e meninas no mesmo espaço, numa sociedade que sempre separou papéis e destinos de homens e mulheres.

Palavras-chave: escola mista, coeducação, imprensa periódica, década de 1920.

Soares, Fabiana. **The Mixed School and Coeducation in the 1920s:** expansion, significance, and the debates in the periodical press. 2021. 151 f. Dissertation (Master's in Education: History, Politics, Society). Program of Postgraduate Studies in Education: History, Politics, Society, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC / SP, São Paulo, 2021.

ABSTRACT

The research proposes to analyze the expansion of mixed schools in São Paulo and Rio de Janeiro during the 1920s, the period of their expansion and of the intensification of the debate about changes in the regime of primary education. The periodical press was a privileged channel in the propagation and specialized discussions on the theme. The newspapers and pedagogical magazines of the period analyzed the publications about the mixed school and coeducation, in a sexist scenario that demarcated different spaces and destinations for men and women, boys and girls. Considering the 1920s a period of important changes, it was necessary to contextualize the conceptions of a new Brazil, an idea that was going through society, the studies of the periodical press and its specificities, the ideals of education after so many social changes and, finally, the publications about mixed schools and the debates about coeducation in the periodical press were verified. The Hemeroteca Digital Brasileira (HDB) was the privileged channel for collecting and systematizing the information. To this end, four terms were used for the survey and data analysis: coeducation, mixed school, mixed schools, and mixed schools. The conclusion is that in a society with patriarchal thoughts, there was an expansion of mixed schools, and this was reported by the press, showing that Public Instruction created mixed schools and increased the number of vacancies, especially for the poorer population. However, the debates about coeducation were little discussed in the periodical press. Chartier clarifies that the printed word can modify individual and social actions and, therefore, it was possible to verify, through the publications, that the press helped to implement a new schooling, of boys and girls in the same space, in a society that always separated roles and destinies of men and women.

Keywords: mixed school, coeducation, periodical press, 1920s.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1:	População dos Estados do Brasil, segundo o recenseamento de 01 de setembro de 1920.....	20
Figura 2:	Pelo Ensino Rural – A ação da Inspectoria Escolar de Lorena – A contribuição Particular no movimento alfabetizante – Cooperação da Câmara Municipal de Cravinhos.....	113
Figura 3:	Diretoria Geral de Instrução Pública - Edital 25º Distrito Escolar.....	115
Figura 4:	Notas e Comentários.....	117
Figura 5:	Conselho Municipal. Sessão Ordinária – Ata da 98ª - Sessão Noturna, em 12 de novembro de 1925.....	118
Figura 6:	Interior – Santa Branca.....	119
Figura 7:	Actos Officiais – Secretaria do Interior.....	119
Figura 8:	Fallecimentos.....	120
Figura 9:	Distrito Federal – Prefeitura.....	121
Figura 10:	Colaboração das leitoras.....	122
Figura 11:	SANCTOS, Maria do N. Reis. Da coeducação dos sexos....	124
Figura 12:	R.K - Higiene Popular - Casamento entre Surdo-mudos.....	128
Figura 13:	Rumo ao Campo.....	132

LISTA DE TABELAS E QUADRO

Tabela 1:	Quantidade de periódicos de 1920 a 1929, por estado.....	33
Tabela 2:	Periódicos – quantificação por termos.....	33
Tabela 3:	Termo Coeducação - Periódicos por estado e ocorrências..	34
Tabela 4:	Termo: Escolas Mistas - Periódicos por estado e ocorrências.....	35
Tabela 5:	Termo: Escola Mista - Periódicos por estado e ocorrências.	35
Tabela 6:	Termo: Escolas Mixtas - Periódicos por estado e ocorrências.....	36
Tabela 7:	Número de Professores da Educação Básica por Sexo, segundo as Etapas / Modalidades de Ensino – 2007.....	126
Quadro 1:	Mudanças na Escola Normal do Distrito Federal.....	84

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
CAPÍTULO I - O “NOVO” BRASIL E A IMPRENSA PERIÓDICA	42
1.1. A imprensa é para quem?	55
CAPÍTULO II - MOVIMENTOS EDUCACIONAIS DO PROJETO REPUBLICANO: OS ALUNOS E ALUNAS, A ESCOLA, AS PROFESSORAS E A IMPRENSA	71
2.1 Escola Graduada e Escola Normal em São Paulo: um lugar para recomeçar a educação	72
2.2 As reformas das escolas do Distrito Federal: um breve olhar para o ensino das Escolas Normais	81
2.3 Sobre as reformas de ensino	86
2.4 A Menina e a Mulher na escola e na imprensa	89
2.5 A formação da professora pela imprensa e outras vertentes	97
CAPÍTULO III - OS RUMOS DA EDUCAÇÃO NA DÉCADA DE 1920 E AS PUBLICAÇÕES SOBRE A ESCOLA MISTA E A COEDUCAÇÃO NA IMPRENSA PERIÓDICA	102
3.1 Sobre o termo Coeducação:	107
3.2 Sobre o termo Escolas Mistas (no plural)	108
3.3 Sobre o termo Escola Mista (no singular)	109
3.4 Sobre o termo Escolas Mixtas (com X)	110
CONSIDERAÇÕES FINAIS	139
REFERÊNCIAS	143

INTRODUÇÃO

A escola tem um papel fundamental na vida e na formação de uma pessoa, ao receber na escola uma parcela da população, recebem-se também as concepções de mundo, as ideias e condições de sociedade dos indivíduos. A escola forma indivíduos para atuar na sociedade, no entanto, a formação deles não acontece apenas na e pela escola. A família, a mídia, os diversos espaços sociais influenciam nessa formação de diferentes maneiras. Tanto a escola como outros espaços/meios nos permitem estudar aspectos específicos para entender as mudanças educacionais e sociais, já que sujeito-escola-sociedade influenciam um ao outro.

A escolarização que temos hoje é fruto de uma série de concepções que foram sendo repassadas ao longo dos anos e que, muitas vezes, são apenas ações realizadas, mas não são refletidas se elas necessitam de mudanças ou se atendem às exigências da escola atual. A forma que a escola tomou e a cultura¹ enraizada fazem com que até hoje tenhamos ações de uma escola da década de 1920.

A história da Educação Brasileira passou por diferentes momentos, alguns talvez tenham ganhado mais destaques, outros menos, no entanto, todos foram importantes para marcar novos tempos ou tempos de crises. Reformas, leis, projetos, mudanças são frutos de lutas sociais, concepções políticas ou ideológicas. Todos os momentos marcaram a história e um dos marcos dessa história será abordado nesta pesquisa, a Escola Mista.

¹ Forma Escolar e Cultura Escolar são conceitos desenvolvidos no Capítulo II da presente pesquisa. Conforme (JULIÁ, 2001) a escola moldava os indivíduos e inculcava comportamentos e hábitos, esta transmissão de comportamentos e normas no espaço escolar era marcada por concepções da época local que transcorriam na sociedade. Portanto, quando damos luz às ações da escola de 1920, podemos comparar a escola atual e perceber que algumas ações ainda continuam semelhantes, isto acontece porque a cultura escolar molda as pessoas e transmite o comportamento esperado. Juliá (2001) afirma ainda que [...] os antigos valores não são, no entanto, eliminados como por milagre, as antigas divisões não são apagadas, novas restrições somam-se simplesmente às antigas (p.23). Se as antigas ações se somam às novas ações, significa que passado e presente compartilham dos mesmos hábitos, os mesmos valores. A mesma separação entre homens e mulheres do passado, pode ser vivida no presente pela cultura escolar.

A educação de meninos e meninas era concebida de maneira diferente e realizada em espaços separados. O menino era educado para diversos destinos, como por exemplo, a vida pública, a engenharia, a política etc. A concepção de que o homem era o provedor da família dava a ele o direito de ser educado para diversos ofícios; e cabendo à mulher o papel de esposa e mãe, sua educação era voltada para o lar e assuntos domésticos, preparando-a para serem esposas ideais, ou seja, cada um estava na sua escola recebendo uma educação sexista.

O termo sexismo é definido por Almeida (1998) como:

A conduta sexista consiste em atribuir às diferenças anatômicas e fisiológicas de homens e mulheres correspondentes diversificações ou aptidões para o exercício de determinadas funções sociais e no mundo do trabalho, num prejulgamento do que é adequado para cada sexo. (ALMEIDA, 1998, p. 43).

As ideias sexistas foram perpetuadas em todas as instâncias: família, igreja, escola, sociedade e imprensa. Se a sociedade demarcava espaços para meninos e meninas, homens e mulheres, reunir meninas e meninos na mesma escola não foi um processo natural. Famílias, igreja e uma boa parte da sociedade eram contrárias a essa junção, afirmando que isso era uma afronta à moralidade e que a decência precisava ser preservada. Essas ideias circulavam através da imprensa, ora como forma de protesto, ora como defesa de uma educação para todos.

Se o sexismo determina lugares para homens e mulheres, meninos e meninas, o que representam os termos Escola Mista e Coeducação? Diferenciar os termos é fundamental e, para tanto, utilizaremos os estudos de Auad (2004; 2019). A autora afirma que a Escola pode ser mista, mas isso não significa que seja coeducativa. Com essa afirmação pode-se definir a escola mista como um espaço comum, para o convívio de meninos e meninas, mas sobre a Coeducação, a autora a define como uma educação democrática, com igualdade de direitos, que oferece as mesmas oportunidades para ambos os sexos e com equidade.

Auad (2019) traz em seu livro os espaços sexistas. Para esse fenômeno de separação, é possível que a tradição da escolarização dos séculos XIX e XX esteja sendo perpetuada da mesma maneira até os dias atuais. A autora se

baseou para a realização desses estudos em pesquisas de outros países que têm nas relações de gênero um foco para explicar as relações construídas no interior da escola. Auad (2019) afirma que a coeducação compreende e gerencia a igualdade de gênero, com mudanças tanto no currículo como nas práticas pedagógicas.

Em outro estudo, Auad (2004) afirma que, embora as escolas brasileiras sejam mistas, não temos em nosso país a coeducação. O fato de meninos e meninas frequentarem a mesma escola não significa que ambos tenham as mesmas oportunidades, que no próprio ambiente os comportamentos são aceitos da mesma forma e que meninos e meninas são tratados da mesma maneira. Para Auad (2004):

Todos esses indícios que partem das práticas escolares comprovam a questão inicialmente formulada: embora as escolas brasileiras sejam mistas e isso seja uma das premissas da existência da co-educação, a mistura dos sexos não ensina “naturalmente” práticas e políticas públicas co-educativas. A comprovação dessa ideia pode tanto ser parte da análise das desigualdades de gênero nas práticas escolares quanto pode motivar práticas, ações e diretrizes de políticas públicas promotoras da transformação da realidade escolar. Nesse caso, transformar a realidade escolar seria criar um contexto igualitário para meninas e meninos. (AUAD, 2004, p. 11).

Diferenciar escolas mistas e coeducação, neste contexto, é fundamental para mostrar que escolas mistas ou coeducativas não são configuradas como sinônimos, desvendá-las traz à tona questões de desigualdades dentro do ambiente escolar de como a cultura masculina ainda se sobressalta nas relações das alunas. Auad (2004) compara a coeducação com uma educação democrática, mostrando que as relações de gêneros são muito mais do que ocupar o mesmo espaço, se caracterizam como direitos, conscientização, equidade e oportunidades iguais, uma nova concepção de ensino.

Esta pesquisa abordará dois aspectos: a implementação das escolas mistas e como essa implementação repercutiu na imprensa (impressos periódicos – jornais e revistas), em São Paulo e no Rio de Janeiro, na década de 1920. Esta é uma pesquisa historiográfica, quantitativa e analítica.

O interesse por este tema surgiu a partir de um curso de Especialização

em Ensino Fundamental, na Universidade de São Paulo, em 2009, mas, até despertar esse interesse, percorri um longo caminho.

Como aluna de escola pública, sempre estudei em classes mistas, e recebia a orientação para tomar cuidado ao brincar com os meninos na escola e na rua. Na escola, as professoras comentavam sobre a letra das meninas e dos meninos, separavam times de meninos e meninas, mas não me lembro de brincadeiras ou trabalhos que estimulassem a convivência, assim foi o meu ensino primário.

Desejei ser professora e meus próprios professores me incentivaram a fazer magistério, dizendo que eu tinha “jeito com crianças”. Como professora, minha formação começou em 1996, no curso de Magistério, numa Escola Estadual de Guarulhos. Lembro-me das aulas, principalmente das práticas educativas e dos planos de aula que tínhamos que realizar em grupo ou individual, mas não tenho lembranças de uma discussão de direitos de igualdade de gênero, talvez por não ter acontecido nos quatro anos de curso, ou talvez por não ter sido algo relevante à época. Às vezes, os materiais produzidos por nós, alunas do magistério, eram ressaltadas algumas diferenças através das cores para serem utilizados com meninos e com meninas.

Uma professora, no curso de Magistério, que era jovem, e tinha um conhecimento muito grande na área de Biologia, fez despertar em mim a vontade de cursar Ciências Biológicas na graduação, suas aulas me encantavam. Ao prestar o vestibular, no ano de 1999, minha intenção era ingressar no curso de Pedagogia, mas como queria ser professora de Escolas Estaduais, escolhi o curso de Biologia, pois a informação era que as pedagogas quase não tinham aula livre disponível. Também não me recordo de discussões de igualdade de gênero ou de algum tema que me despertasse o interesse para pesquisar a História da Educação. Ao concluir o curso de Biologia, comecei a cursar a Pós-Graduação em Psicopedagogia, no ano de 2003, por ser professora da Educação Infantil e Ensino Fundamental numa escola particular, esse curso iria me ajudar com as crianças com dificuldades ou problemas de aprendizagem.

Em 2005, fui chamada num concurso público para lecionar na Prefeitura de Guarulhos, as formações que participava discutiam as relações de gênero de forma muito sutil e me recordo de alguns debates sobre o tema e, no ano de

2008, ganhei uma bolsa de estudos para realizar um curso de Especialização no Ensino Fundamental na Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, e foi nesse curso que minha visão sobre direitos, gênero na educação e escola mista se ampliou.

Quatro professoras foram inspiradoras nesse curso: Denice Catani, Cynthia Pereira de Sousa, Rita de Cássia Gallego e Paula Perin Vicentini. As aulas, os textos, os trabalhos traziam reflexões sobre os direitos na educação, a feminização do magistério, a história educacional, as relações dos alunos e alunas na escola e a realidade dos espaços e papéis masculinos e femininos, além de outros temas. Para mim, as discussões foram tão intensas que, ao chegar à escola, onde lecionava, comecei a observar meus alunos e alunas de uma forma diferente, e essa observação me levou a refletir: por que meninos e meninas permanecem separados quando estão reunidos no mesmo espaço? Aqui começa o meu interesse de pesquisa.

Meus alunos e alunas tinham entre nove e onze anos, e algumas ações ficaram evidentes na separação de meninos e meninas, como por exemplo, brincar, se reunir em grupo, sentar-se no banco para a refeição; os meninos tendem a ficar com seus pares e assim também ocorre com as meninas. Observar essas ações me instigaram a conhecer mais, a buscar novas leituras e novas reflexões e, ao final do curso, meu Trabalho de Conclusão recebeu o seguinte título: **A separação de meninos e meninas no ambiente escolar.**

No ano de 2011, ingressei no curso de Pedagogia, pois, como professora do Ensino Fundamental, almejava ocupar outras funções na Prefeitura de Guarulhos, que exigiam esse certificado. Nesse curso, já com interesse sobre a separação de meninos e meninas na escola, procurava na grade curricular ou nos textos, discussões sobre esse assunto, mas não houve nenhum estudo sobre a Coeducação ou a Escola Mista. Ainda no ano de 2011, ocupei a função de Vice-Diretora de Escola e como meu olhar já buscava conhecer mais sobre as relações de meninos e meninas, homens e mulheres no espaço escolar, notei que este é um tema pouco discutido, pouco observado, pouco refletido pelos educadores. Os espaços são ocupados de forma diferente, a presença de um professor na classe de Educação Infantil ou de creche ainda era vista com incômodo, contudo, com a rotina de fazer a gestão de uma escola com mais de

800 alunos e 60 funcionários, na periferia de Guarulhos, com alta vulnerabilidade social, não sobrava muito tempo para discutir essa questão. No entanto, a busca de mais informações sobre esse processo de escolarização de meninos e meninas nunca saiu do meu foco de interesse de estudo.

Em 2014, os professores do município de Guarulhos fizeram a ampliação de jornada com horas em formação em serviço e, para cumprir as horas de formação, a Secretaria de Educação formou um Centro Municipal de Formação a Distância. Por meio de seleção interna, me inscrevi para ser Tutora dos cursos de formação para os professores da rede municipal, função que ocupo até os dias atuais. Com essas formações observei que pouco é discutido sobre a cultura escolar, sobre as relações de gênero, sobre os espaços ocupados pelas meninas na escola, sobre o empoderamento feminino dentro da formação para professores. Sendo formadora de professores, mesmo fazendo cursos sobre Gênero e Diversidade na Escola, sobre direitos das mulheres e outras temáticas, notei que precisava buscar mais conhecimento, e encontrei na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo PUC-SP, no Programa de Pós-Graduação em Educação: História, Política, Sociedade e no Grupo de Pesquisa *História das Instituições e dos Intelectuais da Educação Brasileira*, uma oportunidade de ampliar os estudos e entender como as relações de gênero se estabeleceram historicamente na escola e na imprensa e como essa imprensa influencia na sociedade.

Reunir meninos e meninas na mesma escola foi um marco histórico na educação brasileira. No entanto, essa junção não foi um processo visto e vivido com tranquilidade por educadores, especialistas de diferentes matizes teóricas e sociedade civil em geral e, sobretudo, para os alunos e as alunas. Se meninos e meninas desempenhavam papéis e destinos distintos na sociedade, como seria ensinar de forma diferente ambos os sexos no mesmo espaço?

Em busca de informações sobre as questões sexistas e sobre a implementação da escola mista no início do século XX, além da literatura historiográfica, a imprensa, por meio dos impressos periódicos, se mostrou um caminho interessante para revelar dados e informações relevantes. Por meio da imprensa histórica, é possível verificar muitos aspectos dessa implementação, como por exemplo, localidades das escolas mistas, nomeação e exoneração de

professoras, expansão das escolas públicas mistas rurais e urbanas e, sobretudo, os debates sobre coeducação com suas defesas e protestos.

A pesquisa das publicações na imprensa periódica sobre a escola mista e a coeducação, que circularam na década de 1920, foram feitas exclusivamente no site da Hemeroteca Digital Brasileira (HDB). A HDB é uma plataforma de fontes históricas de periódicos (imprensa e impressos) que permite a localização de dados por periódicos, regiões e por palavras ou termos, o que facilita a verificação de diversas informações. A busca auxilia na direção e entendimento de um itinerário histórico das escolas mistas, permitindo se debruçar sobre o que circulava na imprensa da época.

O recorte cronológico da pesquisa está demarcado entre os anos de 1920 a 1929, delimitação que obedece à estrutura da própria da HDB, sendo estabelecido esse recorte por encontrar em fontes historiográficas a informação de que, nessa década, houve grande expansão das escolas mistas, devido às reformas educacionais. Além disso, nesse período, cresceu a luta em defesa de uma educação para todos, além da perspectiva de uma educação nova, pautada em modelos advindos do estrangeiro, trazidos e adaptados por grupos intelectuais que circularam por diferentes países.

As cidades de São Paulo e Rio de Janeiro representavam, à época, centros importantes da política e focos de aglutinação e densidade demográfica, em virtude de um processo de industrialização inicial, atrativo para diferentes camadas sociais. A escolha dessas capitais, como campos de pesquisa, articula-se em dois aspectos: o primeiro, o papel político das respectivas unidades federativas em termos nacionais; o segundo, a intensa concentração da imprensa periódica na região em destaque, e que a HDB dispõe em seu acervo digital.

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o recenseamento realizado, em 1920, mostra que o número de habitantes do Brasil era de 30.635.605. A população do estado de São Paulo era de 4.592.186 e a do Rio de Janeiro 1.559.371, conforme os números ilustrados abaixo no Figura 01.

Distrito Federal e Estados	População	Estados e Território do Acre	População
Distrito Federal.....	1.157.873	Parahyba do Norte.....	961.106
Alagoas.....	978.748	Paraná.....	685.711
Amazonas.....	363.166	Pernambuco.....	2.154.835
Bahia.....	3.334.465	Piauí.....	609.003
Ceará.....	1.319.228	Rio de Janeiro.....	1.559.371
Espírito Santo.....	457.328	Rio Grande do Norte.....	537.135
Goyaz.....	511.919	Rio Grande do Sul.....	2.182.713
Maranhão.....	874.337	Santa Catharina.....	668.743
Matto Grosso.....	246.612	São Paulo.....	4.592.188
Minas Geraes.....	5.888.174	Sergipe.....	477.064
Pará.....	983.507	Território do Acre.....	92.379
BRAZIL.....			30.635.605

Figura 1: População dos Estados do Brasil, segundo o recenseamento de 01 de setembro de 1920

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 1926.

E sobre essa população brasileira serão dados três focos para os estudos iniciais: sociedade, educação e imprensa. Alguns aspectos serão analisados a nível nacional e, outros, apenas nas capitais de São Paulo e Rio de Janeiro. Importante ressaltar também que o Rio de Janeiro abrigava a capital do país, sendo assim, em alguns momentos, a referência será “a cidade do Rio de Janeiro” (nome da cidade que encontramos na HDB quando realizada a busca de informações na imprensa) e, em outros momentos, será utilizado o nome “Distrito Federal” (principalmente quando citado nas fontes históricas da literatura pesquisada). Ambos se referem à capital do país à época, qual seja, Rio de Janeiro.

No primeiro parágrafo desta introdução salientou-se que a escola recebe uma parte da sociedade, então para entender a escola e alguns aspectos da dinâmica escolar e social, é necessário entender a sociedade, pois ambas influenciam os sujeitos que fazem parte dela. Para entender a implementação da escola mista ou coeducativa é preciso, então, resgatar a história e refletir sobre as convivências sociais e os papéis desempenhados entre homens e mulheres, meninos e meninas, nas primeiras décadas do século XX, um dos focos desta pesquisa.

Na busca de informações para entender os aspectos citados acima,

foram elencados seis pontos fundamentais para compreender esse processo de implementação das Escolas Mistas: diferenciar sexismo, coeducação e escola mista; entender como eram as relações de gêneros e os papéis desempenhados por homens e mulheres na sociedade; entender a escola mista, a rotina, o currículo e sua finalidade, inclusive nas escolas normais; a escola mista e a Igreja; as escolas mistas implementadas no interior e também os novos rumos da educação.

Na busca por compreender essa parte da história foi realizado, a princípio, o levantamento de artigos, livros, teses e dissertações sobre os temas e o que cada autor contribuía sobre essa problemática.

Para diferenciar os termos sexismo, coeducação e escola mista, foram utilizados os estudos de Auad (2004; 2019); Hahner (2011); Almeida (1998) e Almeida (2005). Conforme citado no início desta pesquisa, é preciso entender o que significa cada termo que utilizaremos no decorrer desta dissertação e que se relaciona com a temática estudada. Almeida (1998) define o termo sexismo como papéis demarcados para homens e mulheres na sociedade. Acreditando que para cada sexo há delimitação de ações, a educação era destinada de maneira diferente para o menino e para a menina, para o homem e para a mulher.

Sobre o termo Escola Mista, Auad (2004; 2019) o define como um espaço em comum para meninos e meninas e também define o termo Coeducação como uma concepção de educação, com equidade e direitos, ligados à democracia, acreditando que tanto o homem como a mulher podem ocupar os mesmos espaços e as mesmas funções.

Hahner (2011) traz contribuições interessantes sobre o termo coeducação e sobre as primeiras escolas mistas no Brasil. A autora relata que, na década de 1870, criaram-se as primeiras classes mistas em Pernambuco. No entanto, havia essas classes para os dois sexos por falta de recursos em manter duas classes ou duas escolas. Apenas as camadas populares frequentavam as classes mistas e as famílias ricas ainda defendiam as classes separadas.

Um dado interessante no texto de Hahner (2011) é que João Barbalho

Uchôa Cavalcanti², Instrutor Geral da República de Pernambuco, defendia a classe mista, afirmando que a convivência resultaria em mais aplicação, mais maturidade entre os dois sexos e melhores lições. Em 1879, com movimentos reformistas lutando por uma nova educação, foram liberadas escolas mistas e a dispensa dos não católicos das aulas de religião, pois a educação ainda era muito ligada à Igreja. As discussões da escola mista ainda eram muito relacionadas à moralidade e as escolas mistas eram muito mal vistas.

O texto de Hahner (2011) amplia as informações do final do século XIX, período de início das primeiras escolas mistas. A descrição da moralidade ligada à educação de meninos e meninas ainda é presente e influencia fortemente as classes mistas criadas, além disso, o texto traz os índices de alfabetização feminina e masculina, que aumentavam no Rio de Janeiro e em São Paulo. Isso significa que o movimento pela escolarização ganhava força, principalmente a escolarização para ambos os sexos, aumentando cada vez mais as classes mistas.

Almeida (2005) em seu artigo também traz a defesa da coeducação feita por João Barbalho Uchoa Cavalcante, instrutor da Instrução Pública. Cavalcante se posicionava a favor da coeducação ou junção de meninos e meninas na mesma escola, afirmando que a escola separava meninos e meninas, mas como seus destinos eram o casamento, a junção amenizaria os costumes. Outra defesa seria em relação ao tempo e deslocamento, pois, se os pais levassem seus filhos e filhas para uma mesma escola economizariam tempo ao levá-los para escolas diferentes. Cavalcante defendia ainda que se o Estado promovesse essa junção, aumentaria o número de vagas, dado que a cada ano aumentava a procura de vagas. Sabendo que as escolas mistas ainda eram rejeitadas pelas famílias que seguiam os preceitos católicos da moralidade, uma das soluções propostas era que as classes mistas fossem regidas por professoras, por serem mais dóceis e pacientes para ensinar, mas estas deveriam apresentar boa

² João Barbalho Uchoa Cavalcanti nasceu em Serinhaém (PE) no dia 13 de junho de 1846. Em 1873, foi nomeado diretor-geral da Instrução Pública de Pernambuco. Permaneceu diretor-geral da Instrução Pública durante 16 anos, e nesse período redigiu seu programa pedagógico, em que defendia para todo o Império modificações na instrução primária e secundária. Foi premiado na exposição pedagógica realizada na Corte em 1883.

Fonte: Fundação Getúlio Vargas. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/BARBALHO,%20Jo%C3%A3o.pdf>. Acesso em: 27 jan. 2021.

conduta, moral impecável, sendo supervisionadas e se preciso, seriam afastadas.

Importante destacar dois aspectos sobre a Coeducação. Conforme destacado nos artigos dos autores citados acima, e que também pode ser verificado no Capítulo III, desta pesquisa, através das fontes impressas, a Coeducação foi entendida de várias formas. Auad (2004), ao definir a coeducação como uma concepção de ensino nos dias atuais e verificando que uma escola poderia ser mista, mas nem sempre coeducativa, traz a reflexão da defesa proposta por João Barbalho Uchoa Cavalcante. A defesa desse Instrutor de Ensino de Pernambuco era reunir meninos e meninas na mesma escola, pois além de economizar tempo e recursos, a coeducação ajudaria na convivência do casamento. Esse fato pode ser verificado também no Capítulo III, nas fontes impressas.

Para entender como eram as relações de gêneros e os papéis desempenhados por homens e mulheres na sociedade, ressaltamos, a princípio, os estudos de Louro (2004).

Louro (2004) destaca que ainda hoje é possível perceber que as relações foram e ainda são construídas e marcadas por diferenças e por separação de gêneros (homem e mulher, meninos e meninas) e tais marcas influenciam em vários aspectos. Em sua obra *Mulheres na sala de aula*, descreve como foi a inserção das mulheres no magistério e como a imagem da mulher era vista na sociedade. As mulheres com situação mais abastada eram educadas em casa com prendas domésticas, administração do lar e complementavam sua educação com aulas de piano e francês.

A educação dos meninos era a princípio na escola, com aulas de escrita, leitura, cálculos e ensinamentos cristãos. O destino das meninas era o matrimônio e a maternidade e os meninos eram educados para o sustento do lar. Aos poucos, as mulheres se formaram professoras pelas Escolas Normais e a elas eram confiadas a educação das crianças, no entanto, a docência era vista como uma extensão da maternidade, o discurso era o de que as mulheres eram mais dóceis e pacientes para ensinar e, como cuidavam dos filhos em casa, cuidariam também dos alunos na escola (LOURO, 2004).

A profissão docente foi se tornando predominantemente feminina, mas, para as mulheres era uma forma de emancipação em uma sociedade sexista que acreditava que o cérebro feminino era pouco desenvolvido pelo desuso. A reputação da mulher precisava ser impecável para ser professora, sua figura era relacionada à Virgem Maria, sendo normal expressar a doçura e a fragilidade de uma mulher com princípios católicos. Louro (2004) também traz indícios das primeiras escolas normais separadas e da diferenciação do currículo na formação dessas professoras.

A visão que se tinha do masculino e do feminino era baseada em uma formação moral e cristã vinda da religião católica, com princípios sexistas que separavam o lugar e os papéis do homem e da mulher na família, na educação e na sociedade. Mesmo sendo a formação dos professores em escolas mistas, o currículo era diferenciado, as regras e os rituais precisavam ser cumpridos para que não houvesse contato com o sexo oposto.

Em algumas Escolas Normais Mistas não era permitido conversas que não fossem das disciplinas entre colegas de classes (homens e mulheres), para preservar a moral feminina. Esses comportamentos mostram a formação das professoras que, depois, como regentes em sala de aula, replicariam a mesma cultura para educar alunos e alunas até os dez anos, idade permitida para a coeducação nas escolas (LOURO, 2004).

Desse modo, se a educação era vista e pensada para cada sexo, com currículos diferenciados, reunir meninos e meninas no mesmo espaço e promover uma educação mista ou coeducativa não foi uma tarefa fácil. Ao colocar diferentes sexos no mesmo ambiente configurou-se uma nova escolarização. Mas, cabe também a seguinte reflexão: permanecer no mesmo espaço era o suficiente para promover a coeducação nas escolas mistas?

Sobre a Escola Mista, a rotina escolar, o currículo e a finalidade da educação, inclusive nas Escolas Normais, destacam-se os estudos de Carra (2019), que descreve em seu artigo mais detalhes sobre a escolarização mista e a separação sexista. Na formação dos professores e professoras, na escola Normal de São Paulo, no início do século XX, previa-se a classe mista, no entanto, as atividades eram desenvolvidas de maneira diferente.

Segundo Carra (2019), no currículo dos rapazes, eram previstos exercícios militares, escrituração mercantil, economia e política, e das moças eram previstos exercícios escolares, economia doméstica, oficinas de modelagem e esculturas de argila. Numa escola mista, muitas vezes, as instruções eram separadas, as classes eram separadas por sexo, os espaços escolares eram ocupados em horários diferentes, portões de entrada eram separados e quando por razões econômicas as classes eram mistas, as carteiras eram postas para dificultar a interação entre meninas e meninos.

Outro destaque desse artigo é que a autora relaciona a questão do estudo da coeducação como um meio de diminuir a violência doméstica, o feminicídio, a homofobia e as tensões nas inter-relações. O estudo da História da Educação nos permite refletir questões atuais tanto da escola, como da sociedade, e entender as relações que podem contribuir para mudanças de comportamentos.

Ao buscar informações sobre a Escola Mista e a Igreja, Almeida (2005) contribuiu com seu artigo que afirma que a Igreja católica, contrária à coeducação, e percebendo que estava perdendo espaço para a nova tendência de educação, criou um sistema de internato para o sexo feminino, destinado às filhas das elites e da classe média, pensando no cenário social do país e em São Paulo especificamente. Esses internatos ensinavam os preceitos religiosos e mantinham as estudantes fora dos ideais da modernidade que tanto os amedrontavam. Preparavam as moças para o matrimônio e prezavam pela moralidade e bons costumes cristãos.

As escolas mistas no Brasil, de acordo com Almeida (2015), eram baseadas nos paradigmas americanos e europeus, segundo os quais, reunir meninos e meninas era o ideal, pensando no futuro de uma vida em comum e não na igualdade de direitos.

A defesa do ensino misto era apenas para o ensino primário, o ensino secundário e o ensino normal continuariam separados, devidos às diferenças dos currículos. Um detalhe sobre a rotina da escola mista é que durante os exercícios havia completa separação e ativa vigilância para não haver qualquer desrespeito:

Quando, por questões de economia, se instituíram classes mistas, havia pressões ideológicas para a organização curricular, exigindo-se temas específicos para as meninas como corte, costura, bordado, culinária, o que resultava em currículos distintos para um mesmo grupo de alunos, horários de entrada, saída e recreio diferentes e até mesmo divisões físicas nas salas de aula, mantendo-se a separação necessária para atender o desejo dos pais, professores e governantes. Algumas escolas para ambos os sexos no ensino primário, ginásios e escolas normais de São Paulo funcionavam nos mesmos espaços. Porém, as classes mistas eram uma realidade para a população pobre do interior, o que significa que a discussão de gênero, levada pela Igreja e pelo Estado, numa luta conjunta pela moralidade da população, possuía um forte recorte classista. Ao povo se faziam concessões, mesmo que a moralidade e a religiosidade sofressem danos (ALMEIDA, 2015, p. 71).

Além da separação de corpos, o currículo era pensado de modo diferente por acreditar no raciocínio sexista de que o homem aprendia cálculos com mais facilidade. O referido artigo também evidencia a cultura escolar expressa por rotinas ou rituais na escola primária que separavam meninas e meninos. A demarcação de espaços não permitia reunir pessoas ou promover uma educação para todos com os mesmos direitos, a vigilância e o controle de uma sociedade sexista criaram escolas mistas, mas separavam oportunidades de ocuparem os mesmos espaços.

Importante também buscar informações sobre as escolas criadas na capital e no interior. Conforme aumentavam as escolas, criando-se mais vagas e expandindo o ensino em todo o território nacional, observa-se na literatura que, no novo ideal de educação republicano, as escolas construídas em prédios próprios eram modernas, com salas de aulas arejadas, um sinal da modernidade. As escolas da capital tinham essas características, mas, ao buscar informações sobre as escolas criadas no interior, principalmente nas fazendas, Silva (2017) traz informações interessantes sobre as escolas isoladas do interior.

Silva (2017) realiza um estudo sobre a precariedade das primeiras escolas mistas rurais no bairro Felipão, no município de Campinas, entre 1920 e 1960. A autora descreve que as escolas mistas eram precárias, com estruturas simples e rudimentares, afinal a escola mista era para crianças menos abastadas. As classes eram multisseriadas, oferecendo somente o nível de

alfabetização básico. Outro detalhe é que as escolas mistas urbanas e rurais coexistiam, porém com currículo compactado e diferenças na estrutura pedagógica, uniformes etc. Deste modo, a instrução primária foi segmentada em dois modelos distintos, a educação urbana e a educação rural, e essa segmentação resultava em desigualdades.

A escola do Felipão foi instalada nos espaços anexos da paróquia local, assim, a autora descreve que “Os simbolismos escola/capela, estado/igreja e educação/religião confundem-se na construção do mundo moderno, revelando que a laicidade, em alguns casos, transcorreu apenas no plano formal” (SILVA, 2017, p. 274). Mesmo que neste período os ideais de uma escola nova e laica eram acreditados por alguns, o que ainda predominava era uma educação advinda da Igreja Católica. A escolarização era oferecida em apenas três anos, ler, escrever e fazer conta se caracterizava como suficiente para as crianças que, depois desse período, precisavam sair da escola para trabalhar.

Através do estudo da escola mista rural do bairro do Felipão, em Campinas, a autora conclui que a desigualdade e o descaso por parte do poder público com a população, que precisava ser escolarizada, eram grandes. Oferecendo apenas três anos de escolarização, as crianças não concluíram o 1º grau e se tornaram trabalhadores rurais sem muitas perspectivas, mostrando que a ideia de que as pessoas abandonam a escola para trabalhar não era verdadeira, ao contrário, a educação não era oferecida por completo.

Conforme a escola mista ia sendo implementada, a convivência entre meninos e meninas, homens e mulheres, se ampliava, assim, a educação começava a ter novos ideais, novas reflexões e novas lutas por uma educação democrática. Por isso, Almeida (2005) afirma que, a partir de 1920, os movimentos feministas e os ideais de uma escola coeducativa tomavam cada vez mais força, principalmente em São Paulo. Com o progresso da industrialização no Brasil, as mulheres viam a chance de ocuparem mais espaços e deixar de lado tantos conceitos de moralidade e submissão impostos pela Igreja. As famílias eram contra, mas o Estado, por custos financeiros, aderiu cada vez mais às escolas mistas e, assim, também crescia a formação de professoras para ocuparem as classes de meninos e meninas.

Importante também destacar que no final do século XIX e início do século XX, a educação era tida como a solução para o progresso que o país almejava, mas a moral e o controle não podiam perder espaço para que a nação ficasse sobre vigilância. Em muitos estados, a educação ainda separava por sexo, diferenciava o currículo, a formação de professores era precária e não supriam as demandas necessárias. No Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, de 1932, são descritas, como essencial, a laicidade, a gratuidade, a obrigatoriedade e a coeducação da seguinte maneira:

A escola unificada não permite ainda, entre alunos de um e outro sexo outras separações que não sejam as que aconselham as suas aptidões psicológicas e profissionais, estabelecendo em todas as instituições "a educação em comum" ou coeducação, que, pondo-os no mesmo pé de igualdade e envolvendo todo o processo educacional, torna mais econômica a organização da obra escolar e mais fácil a sua graduação (REVISTA HISTEDBR On-line, 2006, p. 194).

O termo coeducação é citado no Manifesto dos Pioneiros como "educação em comum" e, em sua descrição, defendia uma escola que formasse com igualdade meninos e meninas, além das melhorias econômicas de manter escolas mistas. Havia também a questão de superação de conceitos preconceituosos e sexistas da sociedade com a defesa do Manifesto.

Observa-se que o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova é do ano de 1932, após o período determinado para a pesquisa, no entanto, seus ideais se tornaram mais fortes a partir de 1920, pois o movimento de educação para todos já ganhava força na sociedade. O Manifesto expressa a luta por uma educação que tinha em um dos seus aspectos a reivindicação da coeducação.

Os estudos citados acima deram base para esta pesquisa entender quais eram os papéis que homens e mulheres desempenhavam na sociedade e como foi a implementação das escolas mistas no Brasil. A escola mista, pensada pelo poder público, como uma parte da modernização do país, era para os pobres e, principalmente no interior do estado, muito precária. Mesmo sendo mistas, as classes poderiam ainda separar por sexo ou mesmo dificultar a interação, na verdade, a junção de meninos e meninas, ligada ao conceito de moralidade, reproduzia na escola o que era vivido na sociedade, isto é, cada um no seu lugar.

A segunda fase de busca de pesquisa, era para entender como estava o Brasil no período Republicano e o que se almejava com a nova educação, para tanto, destacam-se os estudos de Silva (1997), Herschmann e Pereira (1994), Nunes (1994) e Weinstein (2000).

Para além da escolarização de meninos e meninas no mesmo espaço, muitos outros aspectos mudaram no Brasil, aliás, a década de 1920 foi considerada a década de grandes mudanças. Elas deram uma nova configuração à sociedade e outros pontos que merecem destaque são as mudanças na política, na engenharia, na medicina e na educação.

Em todo o Brasil emergiram as ideias de mudança. Subtrair as ideias de um período colonizador era preciso para dar ao povo o progresso e o desenvolvimento. Os novos políticos almejavam um Brasil moderno e industrial, capaz de formar uma pátria com novas ideias. No entanto, a política entre governadores e coronelismo, que imperava, resistia às mudanças que todos desejavam (SILVA, 1997). A construção da nova nação era pensada pelos políticos, intelectuais e pela elite do país. Mas como mudar o Brasil com tantos problemas que o Império tinha deixado como herança?

Para mudar, era preciso *civilizar*. Essa era a nova palavra de ordem. Para civilizar, era preciso organizar o país e deixá-lo em igualdade com a Europa em relação à economia, ideias liberais, indústria etc. (HERSCHMANN; PEREIRA, 1994, p. 12). Mas, como organizar as cidades que cada vez mais recebiam um grande número de pessoas vindas do interior, com experiências nas áreas rurais e que chegavam numa cidade que objetivava se industrializar cada vez mais?

Herschmann e Pereira (1994) destacam que para civilizar uma nação era preciso: normatizar o corpo (função da medicina); organizar os espaços (função da engenharia) e conformar as mentalidades (função da educação). Sendo esses três fatores necessários para iniciar uma nação moderna, essas funções ganharam destaque na sociedade para promover as mudanças que o país precisava. Além dos ideais de modernidade que essas três funções desempenhavam, é preciso destacar também que a Semana de Arte Moderna, em 1922, foi um marco na cultura brasileira.

Tendo o foco desta pesquisa em São Paulo e Rio de Janeiro, é importante também salientar alguns aspectos. O Rio de Janeiro era a capital do país e referência de vida cultural, as elites estavam preocupadas em ocupar posições de destaque, pois o capitalismo crescia cada vez mais. Além disso, a cidade do Rio era o maior centro político e econômico do país. Contudo, no imaginário social, Nunes (1994) adverte que o carioca era visto como *boêmio, vagabundo e parasita*. Essa visão era retratada pelos cronistas e a população menos abastada sofria com o descaso dos poderes públicos. Crescia o número de pessoas pobres que habitavam cada vez mais os morros da cidade ou moravam em bairros dos operários pobres.

São Paulo era vista no imaginário social como a cidade modelo, buscava a industrialização mecanizada e se destacava como *o polo industrial do Brasil*. Weinstein (2000) afirma que, na década de 1920, em São Paulo, se destacaram as lideranças dos industriais brasileiros. O período industrial ganhava aliados intelectuais que defendiam a racionalização e a administração científica, tudo alicerçado pela psicologia industrial. A indústria ganhou novas características, cresceu a mecanização do trabalho, os direitos trabalhistas e as reivindicações por melhores condições de trabalho, inclusive para o trabalho feminino.

Esse cenário de um novo Brasil, moderno e industrializado, com o ideário de mudanças de nação, carregava ainda uma cultura patriarcal que acreditava que homens e mulheres tinham papéis diferentes a cumprir na sociedade e, para cumpri-los, precisavam ser educados de forma diferente.

A quarta fase de busca de informações para a pesquisa era destacar os detalhes sobre a imprensa periódica, sua função social e como analisar as fontes encontradas. Para tanto, as informações encontradas na imprensa não podem ser descoladas da realidade que se busca entender. Aqui, almeja-se analisar a Escola Mista e a imprensa.

Ao reunir meninos e meninas na mesma classe, houve uma nova configuração escolar, que impactou estruturas e ideais não só escolares, mas também sociais. A defesa da escola mista e os ideais de coeducação ganharam espaços em diversas instâncias. Tão grande era essa nova configuração que ultrapassou os espaços escolares e as famílias, portanto, essas discussões começaram a circular em diversos ambientes, incluindo a imprensa periódica,

objeto central da presente pesquisa.

Os assuntos relacionados às escolas mistas e à coeducação aparecem nas publicações consultadas na imprensa que circulavam no Brasil. Às vezes, de forma sutil ou com protestos declarados, às vezes, publicados como ações do governo ou mesmo ataques de pessoas influentes na sociedade, religiosas ou não, que almejavam conservar a moralidade. A imprensa publicava temas sobre o assunto de diversas formas.

Os textos sobre a imprensa periódica (jornais e revistas) são voltados para a análise e estudos dos periódicos, com roteiros que auxiliam compreender questões sociais que podem conter nos periódicos. Sobre a imprensa, Luca (2008) afirma que os meios de comunicação, principalmente os meios de comunicação social, são importantes para a compreensão da vida contemporânea. Sendo o foco desta pesquisa dois tipos de periódicos específicos (jornais e revistas), é importante diferenciar essas fontes. As definições são, conforme Luca (2008):

As definições hoje correntes, que reservam o termo jornal para a publicação diária em folhas separadas, e revista para as de periodicidade mais espaçada, enfeixadas por uma capa e com maior diversidade temática, tampouco esgotam a questão, pois sempre se pode citar os jornais semanais e seu afã de também tudo abarcar, ou as revistas extremamente especializadas (LUCA, 2008, p. 131).

As fontes impressas nos permitem enxergar caminhos históricos, no entanto, não são imparciais. Cruz e Peixoto (2007) elucidam que a imprensa aparece como um objeto e como fonte de pesquisa. Através dos estudos da imprensa e impressos, pode-se perceber os campos de lutas sociais, como se articularam e se constituíram, pois, a imprensa retém uma historicidade e peculiaridade própria que precisam ser compreendidas, desvendando cada momento da história e da sociedade. Ao estudar essas fontes, é possível perceber que as mesmas delimitam espaços, demarcam temas, formam opiniões, adesões e consensos. No entanto, como a imprensa circulava em um determinado momento histórico, ao resgatá-lo é preciso analisá-lo com muita cautela, afinal, o impresso foi elaborado e escrito por pessoas com ideais e intencionalidades particulares, com o desejo de formar opiniões.

Do mesmo modo, Cruz e Peixoto (2007) e Luca (2008) destacam a importância de identificar o grupo da linha editorial, título, gênero, colaboradores, público a que se destina etc., esses aspectos serão contemplados no primeiro capítulo desta pesquisa.

Refletir sobre sociedade e a escola mista nos faz questionar por que na escola atual as crianças ainda permanecem separadas, mais ainda, por que vemos, para além da escola, tantas desigualdades de gêneros e se isso tem alguma relação com taxas de feminicídio que vêm crescendo no Brasil. Será que a escola brasileira criou uma separação entre meninos e meninas? Ainda hoje temos reflexos dessa separação e o enxergamos como um processo normal de conviver e se relacionar? Esse tema não pode ser esgotado apenas no ambiente escolar, assim como não foi vivido apenas na escola mista em sua fase de implementação.

A sociedade fazia circular de forma intencional muitos posicionamentos através de impressos periódicos em uma sociedade que ainda tinha alto índice de pessoas analfabetas, mesmo com a expansão da escola pública. Quem tinha acesso a jornais e revistas eram pessoas já escolarizadas e influenciadoras de opinião. A maneira que circulam as notícias hoje, seja de gênero, de educação, ou de ambos os assuntos, também influencia o modo de pensar da população.

A sexta parte da pesquisa foi fazer a busca de informações na HDB. O levantamento das informações quantitativas de periódicos impressos foi feito exclusivamente pelo site da Hemeroteca Digital Brasileira, por conter arquivos históricos e por facilitar as buscas por períodos, locais e termos específicos. Na primeira fase de busca, foi preciso quantificar os periódicos impressos que circulavam nos estados de São Paulo e Rio de Janeiro³, no período de 1920 a 1929, cujos resultados são apresentados na Tabela 1:

³ O levantamento da quantidade de periódicos que circulavam nos estados de São Paulo e Rio de Janeiro são delimitações da própria HDB. Não há como delimitar apenas os periódicos que circulavam nas capitais, por isso, não estamos nos referindo apenas a cidade de São Paulo e o Distrito Federal.

Tabela 1: Quantidade de periódicos de 1920 a 1929, por estado

Estado	Quantidade de periódicos existentes
São Paulo	45
Rio de Janeiro	173

Fonte: Hemeroteca Digital Brasileira, 2020.

A partir da quantificação dos periódicos impressos, que circulavam nos dois estados delimitados para a pesquisa, era necessário saber em quais havia informações sobre a escola mista ou coeducação. No entanto, não era possível realizar esse levantamento utilizando apenas uma palavra ou termo (coeducação ou escola mista). Assim, para prosseguir com o levantamento de dados, foram delimitados quatro termos, comumente utilizados na imprensa, que poderiam apresentar informações mais objetivas sobre a temática: *coeducação*, *escolas mistas* (no plural), *escola mista* (no singular) e *escolas mixtas* (com x).

As buscas pelos termos trouxeram a quantidade específica dos periódicos que traziam todas as publicações relacionadas à escola mista nos estados, conforme apresentam as Tabelas 2, 3, 4, 5 e 6, que seguem:

Tabela 2: Periódicos – quantificação por termos

Termo	São Paulo	Rio de Janeiro
Coeducação	3	17
Escolas Mistas	3	9
Escola Mista	5	20
Escolas Mixtas	5	26

Fonte: Hemeroteca Digital Brasileira, 2020.

A partir dessa quantificação, era preciso buscar informações de quais periódicos traziam os termos e de que forma as publicações relatavam a implementação e oficialização das escolas mistas nos estados. As tabelas 3, 4,

5 e 6, a seguir, trazem as informações pelos *termos específicos*, o nome do periódico e a quantidade que cada termo aparece nas publicações.

Tabela 3: Termo **Coeducação** - Periódicos por estado e ocorrências

São Paulo	Qt.	Rio de Janeiro	Qt.
A Cigarra	5	A Escola Primária	16
Correio Paulistano	1	Jornal do Brasil	7
A Gazeta	1	Gazeta de Notícias	6
		Correio da Manhã	4
		Jornal do Commercio	4
		O Paiz	3
		A Cruz: Orgão da Parochia de S. João Baptista	3
		O Jornal	2
		A Noite	2
		Arquivos Brasileiros de Neurolatria e Psiquiatria	1
		A Manhã	1
		Cinearte	1
		A Esquerda	1
		Revista Brasileira de Ensino	1
		Braz Cubas	1
		Lusitania: Revista illustrada de actualidades e de aproximação Luso-Brasileira	1
		Mensagem do Governador do Rio de Janeiro para Assembleia	1

Fonte: Hemeroteca Digital Brasileira, 2020.

Tabela 4: Termo: **Escolas Mistas** - Periódicos por estado e ocorrências

São Paulo	Qt.	Rio de Janeiro	Qt.
Correio Paulistano	79	Jornal do Brasil	8
A Gazeta	3	O Jornal	7
Diário Nacional: A democracia em marcha	1	A Noite	3
		Jornal do Commercio	3
		Correio da Manhã	2
		O Paiz	2
		O Brasil	1
		Gazeta de Notícias	1
		O Imparcial	1

Fonte: Hemeroteca Digital Brasileira, 2020.

Tabela 5: Termo: **Escola Mista** - Periódicos por estado e ocorrências

São Paulo	Qt.	Rio de Janeiro	Qt.
Correio Paulistano	2.143	Jornal do Brasil	138
Diário Nacional: A Democracia em Marcha	23	Jornal do Commercio	81
A Gazeta	17	Gazeta de Notícias	58
Diário da Noite	6	O Jornal	58
O Combate: Independência, Verdade, Justiça	1	O Imparcial	47
		O Paiz	39
		A Noite	35
		Correio da Manhã	22
		O Brasil	10
		A Razão	7
		O Tico-Tico: Jornal das	6

crianças	
O Fluminense	4
A Manhã	4
Diário Carioca	2
A Rua: Semanário Ilustrado	2
Almanak Laemmert: Administrativo, Mercantil e Industrial	2
A Esquerda	1
Arealense	1
Voz do povo	1
O Combate	1

Fonte: Hemeroteca Digital Brasileira, 2020.

Tabela 6: Termo: **Escolas Mixtas** - Periódicos por estado e ocorrências

São Paulo	Qt.	Rio de Janeiro	Qt.
O Combate: Independência, verdade e justiça	3	Jornal do Commercio	59
Diário Nacional: A democracia em marcha	1	Jornal do Brasil	49
Relatos dos presidentes dos Estados Brasileiros	1	Almanak Laemmert: Administrativo, Mercantil e Industrial	47
A Gazeta	1	O Paiz	34
Mensageiros do Governador de São Paulo para Assembleia	1	Correio da Manhã	15
		Gazeta de Notícias	15
		O Jornal	15

A noite	10
O Fluminense	7
O Imparcial	5
A Escola Primária	3
O Brasil	2
A manhã	2
Fon Fon: Semanário alegre, político, crítico e espusiente	2
Relatório dos Presidentes dos Estados Brasileiros	2
Mensagens do Governador do Rio de Janeiro para Assembléia	2
Beira Mar: Copacabana, Ipanema, Leme	1
O Brazil-Médico: Revista Semanal de Medicina e cirurgia	1
Jornal do Commercio: Edição da Tarde	1
A Razão	1
A voz do Mar	1
A Esquerda	1
Auto-propulsão	1
Collecção de Leis Municipais e Vetos	1
Ilustração Brasileira	1
Gazeta Suburbana: Semanário Crítico, Litterário, Noticioso, dedicado aos interesses da zona suburbana	1

A busca pelos termos é a forma mais completa de levantar informações e quantificar dados que se relacionam ao objeto da pesquisa. Nas Tabelas 1, 2, 3, 4, 5 e 6 apresentadas, é possível verificar quais periódicos publicavam temas referentes à escola mista, quantificar os elementos de expansão dessas escolas, os debates sobre coeducação, a expansão da coeducação pela imprensa, os *Atos Oficiais do Governo* (nomeações/exonerações de professoras e professores, criação/fechamento de escolas mistas, locais de abertura dessas escolas), que eram publicados nos jornais, além das propagandas de escolas mistas privadas, periódicos religiosos e seus posicionamentos. Os periódicos católicos foram quantificados e analisados pelo fato de a literatura considerar que a Igreja Católica era a maior opositora das escolas mistas.

Com a busca pelo termo *Coeducação* foi possível verificar reportagens que traziam os debates, defesas e posições contrárias ao tema. Há publicações sobre coeducação em revistas específicas de educação, em periódicos católicos e em revistas e jornais que circulavam por toda a sociedade.

O termo “Escolas Mixtas” foi utilizado para a busca de informações, pois nas primeiras décadas do século XX, mesmo com reformas ortográficas, a palavra “mixta” continuou sendo utilizada.

O levantamento quantitativo expresso nas Tabelas foi uma fase importante da pesquisa. As fontes impressas (jornais e revistas) foram analisadas sob uma perspectiva histórica, visto que, tais dados revelam momentos específicos e expressam detalhes desse marco da educação, que foi escolarizar meninos e meninas no mesmo espaço. Assim como os artigos selecionados, os periódicos retratam uma sociedade que expressa um caráter patriarcal, uma elite que mantém as diferenças de classes e de gênero. Esses comportamentos sociais podem ser evidenciados na imprensa, principalmente nos periódicos que se tornaram uma imprensa empresarial e capitalista (SODRÉ, 1999).

Após o levantamento quantitativo da imprensa periódica, foram verificadas as publicações nos diversos jornais, para conhecer as publicações sobre a escola mista. Essa verificação será contemplada no Capítulo III desta

pesquisa.

Diante da problemática da escola mista e da imprensa periódica, foi estabelecido como objetivo geral desta pesquisa compreender como foi a implementação das escolas mistas a partir de sua oficialização e como esta implementação circulou nos impressos periódicos (jornais e revistas), em São Paulo e Rio de Janeiro, na década de 1920. Os objetivos específicos foram determinados em quatro categorias, fundamentais para o levantamento de dados que são: 1) Conhecer como eram as escolas mistas ou coeducativas de primeiro grau implementadas em São Paulo e Rio de Janeiro, em 1920; 2) Verificar o que circulava na imprensa sobre escolas mistas e coeducação através de periódicos (jornais e revistas), impressos em São Paulo e Rio de Janeiro, na década de 1920; 3) Observar pela imprensa periódica a expansão das escolas mistas nos estados de São Paulo e Rio de Janeiro; 4) Compreender os debates sobre coeducação nos periódicos.

A hipótese inicial sinaliza que através da imprensa periódica (jornais e revistas), que circulavam nas capitais de São Paulo e Rio de Janeiro, na década de 1920, é possível verificar a expansão das escolas mistas, pois, as ações do governo sobre o aumento de número de vagas eram publicadas, assim como o aumento de professores convocados para assumir cargos nas escolas mistas ou mesmo o anúncio da criação de escolas mistas, principalmente no interior dos estados. É possível observar também como as ideias sobre coeducação circulavam na imprensa.

Outra hipótese é que os quatro termos (coeducação, escola mista, escolas mistas e escolas mixtas), utilizados para buscar informações da HDB, trazem informações precisas sobre publicações das escolas mistas e coeducação na década de 1920. E a última hipótese comprovada é que expandir as escolas mistas não foi o suficiente para promover a educação com a igualdade de direitos para homens e mulheres na sociedade brasileira, na segunda década do século XX.

A análise sobre a Escola Mista, a Coeducação e a Imprensa Periódica se desenvolverão ao longo de três capítulos, além das considerações finais.

O Capítulo I desta pesquisa foi intitulado **O “novo” Brasil e a imprensa**

periódica. Traz também uma subdivisão, destacando os estudos da Imprensa Periódica.

A referência de *novo* se dá pelo fato de que, na década de 1920, emergiram, no Brasil, a sede de mudança e as ideias de um Brasil moderno e desenvolvido. Herschmann e Pereira (1994) e Lorenzo e Costa (1997) destacam as ideias de mudança, as crises ocorridas em vários aspectos, como na política, por exemplo, e os problemas que a população enfrentava devido ao descaso do período colonial pelos governos.

Neste cenário, de um Brasil moderno em busca de uma nova nação, a imprensa foi um veículo fundamental para divulgar ideias e difundir interesses (HERSCHMANN; PEREIRA, 1994).

Os estudos sobre a imprensa periódica, sua força ativa e sua função serão destacados por Cruz e Peixoto (2007), Sodré (1999) e Chartier (2014).

Sinaliza-se também no Capítulo I a evolução da imprensa, a força ativa que exerce na sociedade e duas ramificações, a imprensa feminina e a imprensa educacional. Esses destaques da imprensa periódica carioca e paulista foram feitos pela necessidade de entender algumas publicações encontradas na HDB.

O grande jornal tem uma característica diferente de uma revista feminina, que tinha como função dialogar com a mulher da elite paulistana. A revista educacional discute de maneira diferente a concepção da escola mista, por exemplo, do jornal da Igreja Católica. Diante da diversidade de publicações e de periódicos impressos, são ressaltadas características específicas e todas elas foram verificadas logo nas primeiras pesquisas dos impressos periódicos.

Após especificar esses dois tipos de imprensa (a feminina e a educacional), ainda no Capítulo I, serão descritas as características dos periódicos que tiveram maior número de ocorrências sobre a escola mista e a coeducação. Em São Paulo, os jornais *Correio Paulistano*, *Diário Nacional: A democracia em Marcha* e *A Gazeta* são evidenciados pelo grande número de publicações sobre a escola mista. No Rio de Janeiro, destacam-se os periódicos: *Jornal do Comércio*, *Jornal do Brasil*, *A Escola Primária* e *a Gazeta de Notícias*.

O Capítulo II, intitulado: **Movimentos educacionais do Projeto Republicano: os alunos e alunas, a escola, as professoras e a imprensa**

está subdividido em cinco partes e traz reflexões sobre as Reformas de Ensino, as Escolas Graduadas, sobre a menina e a mulher, e como estas eram vistas na escola e na imprensa, além disso, na última parte é destacada a formação da professora pela imprensa periódica, através das revistas pedagógicas e também a influência de formadores católicos que, no período republicano, ainda buscavam aproximar a educação com a Igreja novamente.

O Capítulo III recebeu o título de: **“Os rumos da Educação na década de 1920 e as publicações sobre a escola mista e a coeducação na imprensa periódica”**. Neste capítulo, destacam-se dois assuntos: os novos ideais da educação em São Paulo e Rio de Janeiro e o que foi publicado sobre a escola mista e coeducação nos jornais e revistas, conforme verificações na HDB.

Em São Paulo, verifica-se o plano de Sampaio Dória, Diretor Geral da Instrução Pública e, no Rio de Janeiro, os planos de Carneiro Leão e Fernando de Azevedo. Para esses novos ideais da educação, a imprensa periódica foi o meio utilizado para espalhar ideias, fazendo com que a população fizesse parte do plano e acreditasse que o progresso estava acontecendo. A escola mista começou a fazer parte desse novo ideal de educação. Além disso, são realizadas as análises das publicações sobre a escola mista e a coeducação na imprensa periódica, destacando-se: as reformas de ensino; a mulher na imprensa; debates de Coeducação na imprensa; congresso sobre o progresso feminino; a Escola Mista e a Igreja; classes separadas e escolas particulares.

Os itens acima são percorridos conforme as publicações nos periódicos, mostrando as notícias de como esse assunto, de fundamental importância, (escola mista e coeducação) circulou na sociedade paulista e carioca que ainda vivenciava padrões da cultura patriarcal.

Nas considerações finais, o objetivo central desta pesquisa é retomado com a síntese das principais análises.

CAPÍTULO I - O “NOVO” BRASIL E A IMPRENSA PERIÓDICA

O olhar para a década de 1920 como década crítica, imbuído das questões inerentes à crise que vivenciamos hoje, nos faz, ao mesmo tempo, contemporâneos e distantes do homem de 20, e ambos os sentimentos suscitam *insights* fecundos para a reflexão social.

Lorenzo e Costa (1997).

Depois da abolição da escravatura, em 1888, e da Proclamação da República, em 1889, o Brasil era permeado por novos tempos, e a década de 1920 foi o tempo de mudanças e novas concepções. Muitos acontecimentos marcaram essa década, por isso, ela é considerada o tempo de mudanças profundas na sociedade brasileira. Era tempo de construir novos caminhos para uma nova sociedade (HERSCHMANN; PEREIRA, 1994).

Sevcenko (1999) destaca que o início da República foi pensado por novos personagens, intelectuais, políticos, economistas, também por homens que participavam da administração do Império que seguiram para a República para regenerar o que não estava de acordo com os novos objetivos.

[...] que todo o processo de recuperação das finanças e da imagem de estabilidade fez-se sob a égide de uma elite vinda dos mais altos escalões da política e administração do Império. Homens como Rui Barbosa, Rio Branco, Rodrigues Alves, Afonso Pena, Joaquim Nabuco, Oliveira Lima, praticamente polarizaram as características de seu pensamento político às estruturas do regime recém instaurado. Os papéis nucleares dentre essa plêiade, não resta dúvida, couberam a Rodrigues Alves e Rio Branco. Se foi o primeiro quem desencadeou em ampla envergadura o que vimos caracterizando como o processo de regeneração, coube ao segundo zelar pela sua unidade e inteireza ao longo dos três governos a que serviu e da legião de acólitos que legou às administrações posteriores (SEVCENKO, 1999, p. 46).

As personagens do Império começam a fazer novas articulações, visando começar novas concepções de país e ampliar sua economia. Para tanto,

Sevcenko (1999) destaca que Rodrigues Alves foi um grande articulador entre o Império tradicional, os interesses da cafeicultura paulista e as finanças internacionais. Economia, relações nacionais e internacionais, progresso, educação, saúde etc. estavam no campo de interesses que fariam o Brasil ter um novo desenvolvimento.

Mas, por que ressaltar os estudos históricos de 1920? Por que pensar a contemporaneidade a partir dessa década? E, sobretudo, como estava o Brasil no início do século XX para pensar em tantas mudanças?

Segundo Herschmann e Pereira (1994) e Lorenzo e Costa (1997), o Brasil tinha um passado, não muito distante, de indígenas e colônia que precisava ser apagado. A ascensão política, ideológica e intelectual estava em crise com esse passado, as novas ideias emergiam, mas ainda existia uma cultura que defendia os interesses de uma elite dominadora. O avanço industrial deu luz a novos desafios políticos, intelectuais e científicos.

Com a abolição da escravidão, em 1888, e o aumento da população imigrante e nacional, houve um grande deslocamento da população da zona rural para a cidade, a procura de trabalho ou em busca de uma melhor condição de sobrevivência, fato este que estava motivando os sujeitos na busca de novos modos de vida. Mas, com essa ação, os centros das cidades ficavam com a superpopulação e, com isso, os problemas começavam a aparecer, como por exemplo, falta de moradia, de escola, doenças contagiosas e um controle desenfreado de problemas que cobravam ações do governo.

O deslocamento da população da área rural para a área urbana, após a crise da agricultura, exigia da cidade uma nova configuração. Esse deslocamento influenciou em muitos sentidos; os espaços precisavam ser repensados, as máquinas foram desenvolvidas para uma nova indústria, e esta precisava de novos trabalhadores. Todo avanço que se alcançava na sociedade exigia dos sujeitos um novo olhar e uma nova ação. Em cada ação pensada e realizada, uma crise era instalada, na política, na educação, na sociedade. As ações ainda eram realizadas como no passado, mas a intenção era de mudança (HERSCHMANN; PEREIRA, 1994).

Os autores citados acima ressaltam ainda que a instalação de novos

prédios foi pensada primeiro nos centros das cidades, oferecendo um sinal de poder sobre eles, pois passavam a impressão de que naquele lugar habitavam pessoas de comando. A industrialização dava a ideia de avanço, de um país moderno, que gerava trabalho, que exportava produtos e que fabricava novos tempos e pessoas.

Conforme se instalavam as crises nas diversas áreas, aumentava a rede de intelectuais e políticos para pensarem em soluções. No período republicano, muitos deles viajavam para países da Europa ou América do Norte para conhecer as soluções dadas para superar crises em outros países. Além disso, com as exportações também era ampliada a visão de ações de outros lugares. Os intelectuais buscavam ideias na Europa e nos Estados Unidos e, com as experiências, almejavam uma sociedade que fosse capaz de absorver novos ideais para construir uma nova nação, com uma nova identidade.

Weinstein (2000) ressalta que, na década de 1920, o país começava a idealizar o progresso e o desenvolvimento em todos os aspectos. Para tanto, o Brasil precisava de um novo cidadão, um novo estudante, um novo homem.

A década de 1920 foi considerada uma época de tempos de crises, reformas, revoltas, superação das consequências da guerra, da gripe espanhola, novos ideais políticos sendo implementados, aumento da importação e exportação (inclusive cultural) e a sede por mudanças.

A sede de mudanças foi instalada em várias áreas, como na política, por exemplo. Silva (1997, p.20) descreve que o crescimento de um setor industrial e a crescente urbanização a ele associada abalaram o quadro de interesses e os compromissos que foram estigmatizados anteriormente entre a política dos governadores e o coronelismo. Os novos políticos almejavam a industrialização, o crescimento e o progresso, ou seja, um Brasil moderno, com uma sociedade capaz de pensar e viver para a pátria e construir uma nova nação. Essa construção de nação era pensada pelos políticos, pelos intelectuais e pelas elites. A execução estava a cargo dos novos trabalhadores que começaram a buscar direitos trabalhistas contra a exploração das elites. Questionava-se a atuação do Estado como organizador da sociedade e o papel dos governantes e dos donos das indústrias, a cultura popular, aos poucos, foi formada e cresciam oposições radicais contra a cultura da elite.

A busca pelo Brasil moderno trazia uma nova palavra de ordem e esta palavra era *civilizar*, ou seja, “ficar em pé de igualdade com a Europa no que se refere ao cotidiano, à economia, às instituições, às ideias liberais etc”. (HERSCHMANN; PEREIRA, 1994, p. 12).

Devido à pluralidade na sociedade, cada crise e suas mudanças eram vistas e vivenciadas de uma forma diferente. Começavam a surgir novas leis, projetos de leis, congressos, a fim de formar uma nova identidade cultural e social. Neste sentido, modernizar começava a ter vários sentidos e várias formas. A concepção do que era moderno adentrava em vários setores da sociedade, mas destacam-se três.

As principais mudanças destacadas por Herschmann e Pereira (1994), ou a base do paradigma do *moderno* foram a medicina (que precisava normatizar o corpo); a engenharia (para organizar o espaço); e a educação (para conformar as mentalidades). Além disso, o pensamento científico crescia tomando um espaço maior no meio dos intelectuais e a educação foi o meio escolhido para efetivar a ideia de um novo Brasil.

As noções de higiene, cura para doenças, saneamento, eram preocupantes, pois a população sofria com doenças contagiosas, moléstias e, em alguns casos, as escolas eram fechadas durante algum tempo quando se alastraram determinadas doenças. Médicos e sanitaristas pensavam em noções de saúde para a população, essas ideias valorizavam a ciência e um corpo sadio para os cidadãos (HERSCHMANN; PEREIRA, 1994).

Mas, o que era considerado ser *moderno* em 1920? Segundo Herschmann e Pereira (1994), as ideias do moderno eram introjetadas como a busca de uma visão mais sofisticada, a novidade, o progresso, a revolução, a superação, entre outras. Esses ideais começaram a fazer parte do imaginário dos agentes sociais, dos discursos políticos e industriais, dos projetos pensados pelos intelectuais para intervir na sociedade. As vozes da modernização⁴

⁴ Gomes (1993) define o modernismo como um movimento de ideias que circula pelos principais núcleos urbanos do país, desde a segunda metade dos anos 10. Essas ideias vão assumindo características diferentes com o passar das próximas décadas, ou seja, diversos movimentos entre arte, literatura etc. davam o tom modernista do país. Neste sentido, o moderno era as ideias construídas recentemente na época.

ecoavam dos cientistas que também pregavam a necessidade de regenerar, civilizar e reformar a sociedade e o país.

Os cientistas, portadores das ideias especializadas, participantes da elite condutora do país, traziam sempre um discurso que se harmonizava com os interesses das classes dominantes. A ideia era modernizar inclusive a mão de obra para a indústria e aumentar a produção, o progresso e um novo cidadão que colaborasse com esses ideais.

A segunda década do século XIX foi marcada por grandes acontecimentos. A racionalidade e o positivismo também faziam parte do pensamento moderno para as transformações sociais. Era preciso civilizar-se, ou seja, sintonizar-se o mais rápido possível com a Europa.

[...] O Brasil do século XIX viu surgir, em seu interior, um conjunto de valores e modelos que a elite dirigente desejava incorporar como referência para a sociedade. Eram inspirados no modelo puritano, ascético e europeu e ganharam corpo e forma nas reformas sanitárias, pedagógicas e arquitetônicas deste século. Esses valores foram aglutinados em formulações filosóficas e científicas que procuravam ter junto à sociedade um efeito moral e normatizados. [...] assistimos naquele momento, à procura de inovação no campo da ciência aplicada. A ciência técnica passava a ser considerada “crucial” para o “destino da nação” (HERSCHMANN e PEREIRA, 1994, p. 26).

Incorporar novas ideias e trabalho na sociedade não foi uma tarefa pacífica, de acordo com Herschmann e Pereira (1994). O pensamento patriarcal, as influências que circulavam, ora religiosas, ora coloniais, ora de uma nova política, e as exigências do Estado para a população faziam com que estas se manifestassem contra, e permanecia resistente. Então, o Estado pensa em estratégias para implementar seus planos de modernização e uma dessas estratégias foi a reformulação do espaço urbano.

Reformular os espaços se tornou um símbolo de progresso, desenvolvimento e poder e, pedagogicamente, uma nova organização iria ajudar os sujeitos a se orientar no espaço. Neste sentido, a figura do engenheiro foi exaltada, pois a ele foi confiada a missão de reformular espaços, marcar a República e expressar o poder público por obras importantes.

As figuras do médico, do engenheiro e do educador tiveram ascensão na década de 1920. Essas figuras eram consideradas novos intelectuais que seriam os articuladores para o plano da modernidade que o Estado almejava. Médicos e engenheiros tinham um trabalho em comum que seria aperfeiçoar as condições higiênicas. Ao médico caberia as medidas sanitárias e, ao engenheiro, melhorar as condições de higiene na cidade, aos dois caberia preservar a saúde e proteger a vida da humanidade (NEVES, 1912 *apud* HERSCHMANN; PEREIRA, 1994).

Filho (1997) descreve que a construção civil é parte integrante e fundamental do processo de urbanização, progresso e desenvolvimento. O programa das obras na construção civil precisava ser estratégico, bem definido e com articulações políticas, dos investimentos públicos e privados, sobretudo, das mudanças de padrões econômicos.

Kropf (1994) afirma que o engenheiro foi considerado um cientista essencial neste período de reformulação do espaço. Estes também foram influenciados pelos ideais positivistas, tentavam não apenas copiar os modelos civilizadores europeus, mas também compreender o mundo e a sociedade de outra forma. Os engenheiros, para a autora, foram grandes articuladores e conhecedores da realidade brasileira.

Outra figura importante, como já citado, foi a figura do educador brasileiro e a ele coube a grande responsabilidade pela discussão dos temas da modernidade e dos projetos políticos (NUNES, 1994). Conforme a classe do professorado se torna mais vista na República, as formações se intensificam e alguns se organizam em associações, se aliam a políticos importantes ou se tornam editores de revistas, este fato será discutido no próximo capítulo desta pesquisa.

Souza (1998) destaca que, mesmo com muitos desafios enfrentados pelos educadores, o ensino de São Paulo foi considerado uma referência para outros estados e alguns foram chamados para participar na reformulação do ensino em diversos lugares.

Além do imaginário social, muitos acontecimentos influenciam o modo de viver, de pensar ou de trabalhar do cidadão. A ideia de que o país precisava

de um novo cidadão corria entre a população, mas o pensamento do patriarcado estava arraigado. Era preciso mais que ideias para conscientizar um velho cidadão a ser um novo brasileiro. “Acender a luz” era uma questão de convencimento para adotar uma nova postura, então podemos concluir que a construção na cidade o localizava no espaço com a engenharia e mostrava o poder, a medicina inculcava a ideia de que ele precisava ser um novo sujeito com higiene, saudável e sociável, a educação moldaria a mente que agora ele seria um novo trabalhador, construtor de uma nova sociedade e civilizado.

Tendo esta pesquisa foco em duas capitais – Rio de Janeiro e São Paulo – é importante destacar como eram os paulistas e os cariocas no imaginário social na década de 1920.

Veremos a cidade do Rio de Janeiro, até então capital do país, sob a perspectiva de dois autores: Sevcenko (1999) e Nunes (1994), na qual complementam as ideias do que era a cidade e como se consolidam os desafios para os cidadãos e o governo.

Sevcenko (1999) afirma que a cidade do Rio de Janeiro era o maior centro comercial do país. Sendo o maior centro de comercialização, tinha o privilégio de intermediar os recursos econômicos do café. Além de ser o centro político por abrigar a capital do país, era o estado com a maior rede ferroviária do país, o que ligava a cidade a vários pontos do estado do Rio de Janeiro e de outros estados. O telégrafo ajudava na comunicação da política, da economia e das finanças.

Segundo o autor, a cidade se tornou polo das finanças nacionais. A sede do Banco do Brasil fazia girar a economia de uma forma mais intensa e abrigava também a maior Bolsa de Valores. Esta nova filosofia financeira, que nasce com a República, impunha a remodelação dos hábitos sociais e dos cuidados pessoais, ou seja, havia um cidadão com um novo comportamento.

Sevcenko (1999) ressalta que a cidade era vista como insalubre, insegura, que abrigava uma população que vivia no desconforto e promiscuidade. Sendo o polo comercial, onde circulavam importações e exportações, que abrigava a sede do país e muitos acordos comerciais eram ali definidos, era preciso alinhar os padrões dos cidadãos da cidade com os ritmos

da economia europeia. Com este pensamento, se inculcou aí a ideia de civilizar, pensar na higiene e na beleza, na arte e cultura local. O autor ressalta ainda que essa obsessão de transformação social se converteu em coletiva entre a nova burguesia da cidade.

A elite condutora e reformadora da cidade, ou os novos burgueses soberanos, consagram sua presença inaugurando avenidas, construíam monumentos e promulgaram a lei da vacina obrigatória, devido aos casos de doenças virais contagiosas estarem se alastrando pela população (SEVCENKO, 1999). Um cidadão saudável precisava evitar a doença. Outro destaque do autor era que para impor o poder e marcar a República, vários casarões, construídos no período imperial, foram demolidos. Além de ser uma forma de apagar o passado colonial, era uma maneira de obrigar a população pobre que, muitas vezes sem moradia, acabava ocupando casarões abandonados. Com a demolição, a população ia ocupar os morros ou os subúrbios e no lugar eram construídos novos prédios imponentes com mármore e cristais, jardins decorados, praças, avenidas amplas, que ligavam a cidade a locais estratégicos. Portanto, a engenharia e a política republicana se complementavam para “civilizar” um novo brasileiro.

Importante destacar na obra de Sevcenko (1999), que houve um momento muito importante para a cidade, a realização da Exposição Nacional do Rio de Janeiro, fazendo com que não só a urbanização progredisse, mas também a economia do país. Esse evento foi um marco na cidade, com autoridades e a partir daí novas ideias para a transformação da cidade foram estabelecidas. Dentre elas, o autor destaca quatro pontos que foram fundamentais na busca de transformar o velho cidadão em novo brasileiro.

O primeiro ponto destacado pelo autor é apagar a memória dos hábitos tradicionais. O segundo, ligado ao anterior, é negar a cultura popular, aquela que pudesse se sobrepor à imagem da nova sociedade civilizada. Esses dois pontos são uma forma de apagar o passado, a cultura, os hábitos e implementar a ideia de que tudo que foi construído no passado precisava ser desfeito.

O terceiro ponto elucidado por Sevcenko (1999) era que a política se tornava rigorosa e, para tanto, precisava de espaços modernos para abrigar os homens de poder, com isso, começavam a expulsar grupos populares das áreas

centrais, afinal era um espaço de desfrute da burguesia. E o quarto ponto se configurava no que tange ao comportamento da elite, começando a ser identificado com a vida parisiense.

Esse novo comportamento era intensificado de várias formas. Os intelectuais e políticos conheciam a cultura europeia nas viagens, além disso, os navios traziam os figurinos franceses, ditavam a moda através de revistas ou de peças (roupas) exclusivas dos países europeus, a literatura também era valorizada e os jornais traziam notícias das peças teatrais em cartaz. Com toda essa influência, os burgueses da cidade intensificaram os dois lados da sociedade, a separação de classes e a intolerância social. As roupas (cartola e sobrecasaca) marcavam o homem de poder, inclusive o Prefeito da cidade, Passos, nos primeiros anos da República, impôs a lei do uso do paletó. Sevcenko (1999) adverte que com a implementação dessa lei de uma peça de roupa específica (paletó), os cidadãos começavam a sofrer muitas consequências, como por exemplo, combate às manifestações religiosas, restrições das fantasias de carnaval, e a expulsão dos “mendigos” do centro da cidade.

Outra forma de deixar o espaço exclusivo para a burguesia foi aumentar os aluguéis. Muitos casarões, construídos no período colonial, foram se transformando em pensões com baixo custo de moradia. Quando se obrigou que os proprietários aumentassem os aluguéis, as classes populares foram pressionadas a se deslocarem para os morros e subúrbios, gerando uma grande crise habitacional (SEVCENKO, 1999). A cidade do Rio de Janeiro era o maior centro populacional do país. O problema de moradias se intensificou com esses deslocamentos, além disso, outro ponto importante era apagar os hábitos do velho mundo.

O figurino e os hábitos parisienses foram tão incorporados pela burguesia da cidade que, com as notícias da guerra e os avanços da cultura, os brasileiros (principalmente os cariocas), que se encontravam nos espaços públicos, se cumprimentavam com a frase: "Viva a França!" (SEVCENKO, 1999).

Derrubar casas e prédios e apagar a cultura era um sinal da nova burguesia republicana. Era preciso construir outros prédios, remodelar o espaço urbano e deixar os velhos hábitos, e esta ideia circulou intensamente nos anos

20.

O autor destaca ainda que a capital da cidade, com o poder de gerenciar a economia do país, com os principais políticos pensando no progresso do país, objetivava ainda ampliar a construção de novos troncos ferroviários e ampliar também o telégrafo para agilizar a comunicação com todo o país. Com essas transformações, extremamente importantes, a tecnologia era cada vez mais desenvolvida. Ali estava sendo pensado o futuro da indústria, o desenvolvimento de máquinas e o aumento da economia.

Muitas figuras importantes da economia começaram a fazer novos negócios com o Brasil, a cidade estava sendo pensada e desenvolvida para receber essas figuras importantes para a economia, mas, Sevcenko (1999) ressalta que a cidade era mal-vista. Considerando que houve um aumento populacional de 68% na cidade, ela apresentava muitos problemas reais e foi considerada uma das cidades mais insalubres. Havia carências de moradia, fome, baixos salários, surtos de doenças e sobre o abastecimento de carnes ou de gêneros parecidos era considerada precária.

Com todo o desenvolvimento econômico em expansão, segundo Sevcenko (1999), havia analfabetismo quase absoluto da população, outro problema a ser enfrentado. Ainda para obrigar o cidadão a deixar o velho mundo, alguns elementos da cultura carioca foram considerados a partir de então como impróprios, como por exemplo, a boemia. A recusa do cidadão que não aceitava os baixos salários, foi vista como preguiça. A partir daí, destacaremos outro ponto, ressaltado pelo trabalho de Nunes (1994), a visão no imaginário social do sujeito carioca.

Os cariocas eram vistos como “boêmios, vagabundos, biscateiros ou parasitas” (NUNES, 1994, p.182). O cotidiano carioca era retratado pelos cronistas sociais da cidade. A cidade do Rio de Janeiro tinha destaque político, mas convivía com a pobreza, abandono das classes mais pobres, baixos salários, crises políticas, os cariocas viviam em fases variadas e várias contradições como: o tradicional e o moderno, o aconchego e a luta, as inocentes brincadeiras da infância e os tiroteios. A pobreza foi se estabilizando nas favelas e, conseqüentemente, foram sendo criadas barreiras nos bairros que demonstravam posições de classes. O autor destaca ainda que os intelectuais

cariocas estavam preocupados com a seleção das elites e as posições ocupadas pelo poder na capital da República, e a população ainda resistia ao amadurecimento capitalista, como negação do trabalho com o espírito científico.

Os dois autores trazem pontos semelhantes da cidade e dos cidadãos do Rio de Janeiro que viviam na dualidade, uma cidade em desenvolvimento, com uma importância econômica fundamental, mas, como consequência, delimitavam espaços para cada classe social.

Sobre São Paulo, destacaremos também autores que trazem detalhes importantes de uma cidade em expansão.

Sevcenko (1992) ressalta que nas primeiras décadas do século XX, a cidade de São Paulo enfrentou os cinco “Gs”: a gripe, a geada, os gafanhotos, as greves e a guerra. Esses acontecimentos atingiram diversos lugares, mas o autor ressaltou que, a partir daí, os cronistas da cidade começaram a problematizar como o paulistano buscava uma nova identidade, um momento em que além de enfrentar esses desafios, a cidade estava em expansão.

[...] Afinal, São Paulo não era uma cidade nem de negros, nem de brancos e nem de mestiços; nem de estrangeiros e nem de brasileiros; nem americana, nem europeia, nem nativa; nem era industrial, apesar do volume crescente das fábricas, nem entreposto agrícola, apesar da importância crucial do café; não era tropical nem subtropical; não era ainda moderna, mas já não tinha passado. Essa cidade que brotou súbita e inexplicavelmente, como um colossal cogumelo depois da chuva, era um enigma para seus próprios habitantes, perplexos, tentando entendê-lo como podiam, enquanto lutavam para não serem devorados (SEVCENKO, 1992, p. 31).

Entender o cidadão e a cidade de São Paulo é muito complexo na visão do autor, a cidade está considerada como um grande centro industrial em expansão. A memória social, de acordo com Sevcenko (1992), também estava em colapso, ora era preciso ser um novo sujeito ora precisava nascer um novo brasileiro. O paulistano participava de um acelerado processo de expansão da metrópole. A indústria, a maquinaria, a tecnologia cresciam aos olhos de todos e a participação do cidadão foi vista de forma diferente.

Com a nova República e a abolição da escravatura, a cidade recebe muitos imigrantes, alemães, italiano, franceses etc. Todas essas culturas

influenciam no modo de ser do paulistano e na política, que precisava ser desenvolvida. A urbanização, assim como na cidade do Rio de Janeiro, começou a se modernizar, as construções eram o sinal do poder político, do desenvolvimento e do progresso, no entanto, marcavam com essas ações as diferenças de classes sociais.

Com o processo de urbanização, novas construções, o surgimento de bondes na cidade, a elite exige um lugar específico para frequentar, os centros da cidade são desenvolvidos, mas aí surgem os problemas de moradia, doenças, superpopulação, fome e desemprego. A população pobre se aglomerava em bairros que demarcam lugar para a elite e para a classe pobre (NUNES, 1994).

Para Nunes (1994), São Paulo era vista no imaginário social como um modelo de cidade, afirma que o paulistano era tido como o povo que superou as tradições culturais arcaicas e implantou a modernização, acompanhou a industrialização e a lógica dominante no mercado. São Paulo se destaca no Brasil como um polo industrial. Os intelectuais paulistas tinham maior preocupação com a defesa e valorização do café, afinal gerava a riqueza do Estado.

As duas cidades destacadas nesta pesquisa trazem sinais muito importantes que marcam alguns elementos, dentre tantos que podem ser observados e pesquisados, destacam-se três elementos que marcaram as cidades de forma positiva e negativa.

A arquitetura trouxe sinal de novos tempos, modernizou espaços e construções, construiu locais com tecnologia inovadora, valorizou profissionais como o engenheiro, mas, em contrapartida, marcou espaços para ricos e pobres, para doentes e sadios, para alfabetizados e analfabetos.

Sobre a cultura, podemos analisar que os anos da década de 20 foram muito importantes. Com o recebimento dos imigrantes nas cidades, novos hábitos culturais foram incorporados, com isso, os profissionais e os artistas podiam se inspirar, contando com essa mistura de cultura nas capitais, ou seja, aprender com o estrangeiro abria novas possibilidades de criação. No entanto, fez-se questão de apagar o passado e renegar a cultura já estabelecida para os cidadãos, reprimiram-se pessoas e houve um processo de aculturação com o

estrangeiro da cidade.

A construção do novo cidadão pela elite republicana queria enquadrá-lo em novos valores, apagando o que ele tinha vivido. À época, reprimiram-se pessoas e seu conhecimento. Mas, não podemos negar que todo o avanço da tecnologia agregou outros conhecimentos e abriu espaços para a formação de mais pessoas, entre elas, as mulheres, que veremos em outra parte desta pesquisa.

Com relação à educação, São Paulo e Distrito Federal marcaram também a dualidade, escolas para ricos (internatos e externatos) ou escolas frequentadas apenas pelas elites, salientando o público e o privado. Para os pobres, que precisavam receber instrução, as escolas isoladas se transformaram em grupo escolar.

Nunes (1994) descreve que, na década de 1920, existiam diferentes tipos de estabelecimentos de ensino primário, essa diferenciação acabava ressaltando a discriminação. As Escolas Isoladas eram pequenas e dispersas, funcionavam em uma só sala sob a regência de um professor. As Escolas Reunidas eram agrupadas em um só prédio e alguns poucos grupos isolados e, sobre essas organizações, outras variações eram as escolas diurnas, noturnas, para o sexo masculino, feminino e escolas mistas.

Com toda essa diversidade de escolas, emergiu a necessidade de homogeneizar e uniformizar os métodos, além de padronizar os equipamentos escolares. Os alunos e alunas eram distribuídos em salas conforme o resultado de exames nas fichas médicas, fichas pedagógicas, testes psicológicos e de escolaridade. Com os devidos testes, o Estado regulava a escolarização criando salas para crianças inteligentes, débeis (frágeis de saúde) e para crianças “retardadas” (NUNES, 1994).

Sobre as escolas, o Capítulo II desta pesquisa destaca os rumos da educação do Brasil, especificamente nas cidades de São Paulo e Rio de Janeiro.

1.2. A imprensa é para quem?

Diante de toda a busca pelo progresso e desenvolvimento que o país almejava e a luta para construir uma nova identidade, Herschmann e Pereira (1994) informam que a imprensa foi um importante destaque, pois, sendo uma instância de assimilação e divulgação, era voltada para um público consumidor diferenciado e ajudou a construir e difundir interesses de um Brasil moderno.

Cruz (2013) destaca o papel da imprensa periódica no período entre 1870 e 1920, principalmente na cidade de São Paulo, que se destacava como um centro econômico, industrial, comercial e político.

A imprensa periódica vira moda e transforma-se no principal produto da cultura impressa, e o periodismo emerge como um importante espaço de renovação da cultura letrada. Mais ainda, no ambiente da metrópole em formação, a imprensa periódica apresenta-se como foco fundamental de formulação, discussão e articulação de concepções, processos e práticas culturais e de difusão de seus projetos e produtos. A pequena imprensa de folhas e revistas aproxima o jornalismo do cotidiano da vida urbana (CRUZ, 2013. p. 51).

Paralelo ao desenvolvimento do país, crescia uma cultura letrada e a imprensa periódica se tornava fundamental. A imprensa deu visibilidade aos acontecimentos culturais, políticos, ações públicas e privadas através de revistas e jornais. A imprensa periódica cresceu e acompanhou o progresso do país, publicando notícias e matérias específicas, tendo sua função na sociedade brasileira (CRUZ, 2013). A autora elucida ainda que a imprensa exerce uma grande influência sobre a população e na formação de sua mentalidade, ela poderia ser tanto prejudicial como favorável na formação do pensamento da população.

Cruz e Peixoto (2007) afirmam que a imprensa, mais especificamente o estudo dela, faz parte de uma construção histórica que nos permite fazer articulações para entender os documentos, os interesses e intenções de uma fonte, de uma época e do presente. A historicidade da imprensa não pode ser desvinculada da sociedade burguesa, pois a cultura letrada, no início do século XX, ainda era para poucos pela quantidade de analfabetos existentes no país.

Considerando ainda o fato de que a imprensa e a sociedade capitalista não podem ser desvencilhadas, é preciso ressaltar que, em diversos momentos, houve lutas pela hegemonia do capitalismo, e a imprensa fez parte dessas lutas, retratando-as, fez posicionamentos intencionais e foi a força ativa na sociedade ao manifestar esses acontecimentos.

Cruz e Peixoto (2007) sinalizam que para analisar a imprensa é preciso articular a análise de qualquer publicação ao campo de lutas sociais à qual estava atuante. A imprensa não era imparcial aos acontecimentos, havia sempre um lugar, um fato e uma intencionalidade que se firmavam no registro, que era publicado, chegando ao leitor como uma verdade, que influenciou ativamente seu modo de pensar, definindo papéis sociais, afirmando ou negando posições. Convém lembrar que não adianta simplesmente apontar que a imprensa e as mídias “têm uma opinião”, mas que, em sua atuação, delimitam espaços, demarcam temas, mobilizam opiniões, constituem adesões e consensos (CRUZ; PEIXOTO, 2007, p. 258).

As autoras destacam ainda que a imprensa age como força ativa na constituição dos processos de hegemonia social, atuando da seguinte maneira:

- No fomento à adesão ou ao dissenso, mobilizando para a ação;
- Na articulação, divulgação e disseminação de projetos, idéias, valores, comportamentos etc.;
- Na produção de referências homogêneas e cristalizadas para a memória social;
- Pela repetição e naturalização do inusitado no cotidiano, produzindo o esquecimento;
- No alinhamento da experiência vivida globalmente num mesmo tempo histórico na sua atividade de produção de informação de atualidade;
- Na formação de nossa visão imediata de realidade e de mundo;

Na formação do consumidor, funcionando como vitrine do mundo das mercadorias e produção das marcas (CRUZ; PEIXOTO, 2007, p. 259).

Para verificar a força da imprensa na vida dos indivíduos é preciso articular os seguintes aspectos, segundo as autoras: Imprensa, Sociedade e Movimentos e Lutas Sociais.

Tendo firmado sua função, a imprensa se consolidou e recebeu seu lugar de destaque na sociedade. Sodré (1999) destaca que, de um caráter artesanal, a imprensa passou a ser industrial, uma empresa, com estruturas empresariais para vender informações. Pequenos e grandes jornais revelam fatos históricos de igual importância. Cada um era associado a diferentes movimentos e revelavam a mesma ação com diferentes pontos de vista. No entanto, Sodré (1999) descreve que, no Brasil, os pequenos jornais deram lugar para grandes empresas, transformando os jornais em empresas capitalistas.

Nos primeiros anos do século XX, a imprensa tomava uma forma com estruturas mais definidas, os folhetos cedem lugar a tipografias com impressões mais modernas que publicavam trabalho, lazer, política, cultura, moda etc. As articulações e a circulação dos periódicos se consolidaram principalmente nas grandes cidades. Uma nova função começa a ser agregada a esta imprensa, a transformação do país (SODRÉ, 1999).

Segundo o autor, a partir daí o jornal será uma empresa capitalista, de maior ou menor porte. Os pequenos jornais, que revelaram outrora lutas individuais, aventuras isoladas ou que tentavam sobreviver, foram reduzidos. Aparecem as novas e grandes empresas e estas, conseqüentemente, se especializaram em matérias jornalísticas, estruturas editoriais, registros dos fatos, imagens, qualidade na impressão e máquinas modernas.

As relações entre a burguesia capitalista do país, economia e política acompanhavam e interferiam no desenvolvimento da imprensa, afinal agora ela tem um caráter empresarial, sendo assim, ela é forçada a acomodar-se ao poder político (SODRÉ, 1999). A compra da opinião da grande imprensa pelos governos torna-se rotineira, o que configura outra função social para esta imprensa, ela ficava à mercê de um governo ou de políticas desses governos, e os fatos políticos ganham legitimidade pela posição tomada pela imprensa. Ela decide quem fica no poder ou quem sai.

Ainda sobre a função social da imprensa, Chartier (2014) adverte sobre o poder da imprensa nos comportamentos sociais. Ao descrever a evolução da imprensa, nos séculos XVI e XVII, o autor traz o conceito da “cultura da impressão”, suas modificações, evolução e poder. A palavra impressa não era destituída de poderes (CHARTIER, 2014, p. 115) e, anteriormente, chegava às

mãos do leitor de forma manuscrita. Durante o processo de revisão do livro, as palavras poderiam ser fraudadas, modificadas e alteradas por cada revisor ou editor. A má conduta do editor também é um destaque na obra de Chartier é fundamental para ser refletida.

Conforme a impressão desta escrita aumentava, ela alcançava mais leitores, outra cultura impressa surge e modifica profundamente a relação do leitor com o material escrito. A leitura das palavras tem efeitos corporais nos indivíduos. Os romances lidos, as novelas, os livros de magia ou qualquer outra palavra impressa têm o poder de modificar o comportamento individual e de uma sociedade.

A Bíblia moldou o comportamento moral, a magia foi rejeitada, o romance fazia sonhar, chorar, os folhetos revolucionários inspiravam novas conquistas, por isso, o autor afirma que:

A essa altura, a leitura era julgada com base em seus efeitos corporais, e aquela somatização de uma prática, cujos perigos haviam sido tradicionalmente descritos com o auxílio de categorias filosóficas e morais, talvez fosse o primeiro sinal de uma mudança acentuada tanto nos comportamentos como de representações (CHARTIER, 2014, p.120).

A imprensa conquistou o poder de interferir nos indivíduos, alterando o comportamento, as emoções e as relações sociais. Sua influência pode alterar grupos, exaltar ou não pessoas do poder num determinado período e alterar as práticas sociais.

Articulando os estudos de Sodré (1999) sobre a imprensa capitalista que acompanhava o desenvolvimento e o progresso do país, publicando novos ideais de nação, e os de Chartier (2014), que pensa na escrita impressa quando chega às mãos do leitor, alterando seu comportamento moral e social, a imprensa do Brasil, em 1920, cumpriu sua função social sendo o veículo escolhido para espalhar os ideais políticos e intelectuais e alterar comportamentos.

A prática de corromper textos no processo de escrita e impressão nunca foi abandonada. As ausências de publicações expressam a intencionalidade de apagar uma memória coletiva ou individual. Mas, a energia da palavra impressa quando “derramada” transformava a vida real e as práticas sociais. (CHARTIER,

2014).

Como destacam Herschmann e Pereira (1994), em 1920, ainda fazia parte do imaginário dos brasileiros uma sociedade regida pelo patriarcado de um passado colonial não muito distante. Os padrões de pensamento e os comportamentos sociais, os pensamentos políticos, aos poucos, foram sendo modificados, a imprensa estava nas mãos dos leitores, da elite condutora do país e daqueles que estavam sendo alfabetizados ao longo da década.

As elites eram condutoras e influenciadoras intencionais do que era escrito e circulava nas cidades como notícias. Se os homens ocupavam tais funções de condução dos noticiários, é importante destacar um fato social que emergia nas primeiras décadas do século XX, a imprensa feminina.

Cruz (2013) destaca que, no período de 1870 e 1920, na cidade de São Paulo, houve um salto no crescimento e no desenvolvimento comercial, social e político. A população migrava para os centros da cidade, os comércios, as fábricas, as importações e consumo foram sendo alterados. Neste período, a imprensa periódica se converte em moda. Através da palavra impressa nas folhas da revista, a vida cultural e os comportamentos vão sendo modificados e ditados de uma nova maneira. Com grandes exemplares circulando nas mãos das pessoas, novas regras foram estabelecidas.

A economia e a política estavam estampadas na imprensa, o lazer e o trabalho eram oferecidos por meio de jornais, inclusive o desenvolvimento da vida mundana (CRUZ, 2013). As folhas das revistas se aproximavam da vida cotidiana das pessoas, determinava a moda, as regras de comportamentos sociais e locais para frequentar, principalmente para a elite.

A diversidade de periódicos ganha espaço no final do século XIX e início do século XX, contemplando homens letrados da elite e do comando das cidades, das mulheres, da educação e das diversas profissões. Cruz (2013) destaca que o processo de *fazer imprensa* acompanha a construção da cidade oferecendo novidades, experimentações e estipulando a vida urbana. Este *fazer imprensa* também é consolidado com as novas técnicas de impressão europeia, para grandes tiragens era preciso máquinas mais eficazes.

Além da imprensa para a mulher da elite, os pequenos jornais ou a pequena imprensa começam a protestar contra essa elite e também lutam para influenciar a busca de mais espaços para as mulheres. Nesta diversidade de escritas e impressos, as mulheres começam a ganhar espaço nas folhas das revistas. Na imprensa feminina, havia muitas concepções sendo publicadas sobre o feminino, ora era afirmado o papel da mulher e esposa meiga e perfeita, ora traziam-se as ideias da “nova mulher brasileira”, que ostentavam ideias radicais para um novo lugar da mulher na sociedade.

Seja dando voz a uma prática de filantropia e/ou à disseminação de princípios moralizantes, seja servindo de veículo da produção feminina de associações culturais e recreativas, dando relevo a nomes de mulheres paulistas como Anália Franco, Zalina Rolim, Mariquinhas de Andrade e Presciliana Duarte de Almeida, no período vêm a público inúmeras publicações editadas por e/ou para mulheres. A mulher paulistana ganha espaço na cultura impressa [...] (CRUZ, 2013, p. 64)

Algumas revistas femininas circulantes no final do século XIX e no início do século XX eram editadas por mulheres. A variedade das publicações trazia inclusive conselhos maternos, educação dos filhos em revistas que tinham em sua concepção a imagem da mulher dócil. A imprensa feminina conseguia manter concepções nos interesses de instruções, emancipação, empoderamento dos espaços, profissionalização e o desenvolvimento da cultura da mulher na sociedade.

Contra a opinião do patriarcado, alguns periódicos, como por exemplo, revista *A Mensageira*, prometia lutar contra a concepção de que o encanto da mulher estava em permanecer na ignorância e publicava temas sobre instrução e profissionalização da mulher na nova sociedade (CRUZ, 2013).

Almeida (1998) ressalta que os periódicos femininos eram escritos e dirigidos em sua maioria por mulheres pertencentes às classes privilegiadas, detentoras de cultura e senso crítico. Mas, nem todos os periódicos femininos eram escritos por mulheres. Havia revistas femininas que eram organizadas por homens e em suas publicações continuavam espalhando os valores tradicionais, ressaltaram que a posição masculina era a mais importante no comando da sociedade, firmavam os papéis sociais do homem e da mulher e lamentavam os

rumos que a sociedade estava tomando no início do século XX. Essas matérias quando chegavam às mãos das leitoras confirmavam a posição de subalternidade da mulher e da dependência masculina para a vida social, tornando mais difícil mudar hábitos e pensamentos do patriarcado.

A escrita e as edições feitas por homens, muitas vezes, não eram identificadas, pois os mesmos usavam pseudônimos femininos para não serem descobertos. Nessas condições de anonimato, era possível realizar publicações ressaltando a figura masculina, mais ainda, orientar a vida feminina sob a ótica masculina (ALMEIDA, 1998).

Sobre a imprensa feminina, no Rio de Janeiro, Carvalho (1995) adverte que, na década de 1920, emergiram na cidade também o ideário de uma nova nação e um novo papel da mulher na sociedade. Os primeiros movimentos organizados para a imprensa feminina tinham o objetivo de “orientar” melhores condições de vida da mulher, contudo orientar sob a ótica masculina.

A introdução da mulher escritora e da mulher leitora deu uma nova configuração para a cultura escrita. Carvalho (1995) afirma que ao introduzir a mulher como leitora, escritora e editora de jornais e revistas femininas, elas colaboraram com o aperfeiçoamento das publicações, apresentações gráficas, ilustrações etc. A mulher participou da evolução da imprensa periódica, este foi mais um espaço ocupado por lutas e também por autorização masculina.

É importante ressaltar um fato que marcou o país e que enfatizou o hábito de leitura para um novo cidadão brasileiro. As revistas e os jornais chegavam às mãos de todos, leitores e não leitores, enfim quase toda a população tinha acesso à leitura. O evento da Semana de Arte Moderna ajudou a incorporar o hábito da leitura como parte fundamental da cultura.

Sobre a Semana de Arte Moderna⁵, em 1922, ocorrida na cidade de São Paulo, a ideia de cultura emergiu em todo o país e, sendo o Rio de Janeiro a

⁵ Sobre a Semana de Arte Moderna, Lazarini (2007) descreve que o evento foi realizado em São Paulo, no Teatro Municipal, entre 11 e 18 de fevereiro de 1922. A exposição foi composta por poesia, literatura, música, pintura, escultura, e arquitetura, além de palestras e recitais. Os participantes desse evento, intelectuais da época, buscavam inspiração nas artes europeias, novas linguagens, objetivando abandonar as ideias antigas e valorizar novas experiências estéticas. Esse evento revolucionou a arte no Brasil e foi marcado pela imprensa como um movimento de Vanguarda e futurista.

Capital Federal do país, a elite fez da cidade um centro sócio-econômico-cultural. É importante sinalizar uma questão antes mesmo de descrever a Semana de Arte Moderna, os intelectuais e os artistas.

O destaque sobre essa questão vem dos estudos de Gomes (1993). A autora descreve em seu artigo a análise do perfil dos intelectuais cariocas nas décadas de 20 e 30. Os intelectuais, influenciadores de cultura, buscam formação e inspiração fora do país e reinterpretem a visão do seu país. Além disso, recebem influências que marcam seu trabalho e sua visão de mundo. A autora destaca ainda que, na cidade do Rio de Janeiro, havia uma forte influência do movimento católico, em especial para a elite carioca, mas havia também mais dois elementos, a Academia Brasileira de Letras e a boemia da Rua do Ouvidor. Então, boemia, Academia e catolicismo criavam tensões na esfera intelectual.

A autora destaca que os intelectuais se relacionavam em movimentos de rede, assim, havia entre intelectuais das cidades de São Paulo e Rio de Janeiro amizade e simpatia, mas também ciúmes e rivalidade, competição e conflito. As revistas dirigidas por intelectuais marcavam, cada uma ao seu tempo, matérias com caráter sociológico e demarcavam seus projetos. Muitos deles tinham projetos nacionais e, como se correspondiam por cartas, com encontros ou em viagens, as influências do intelectual de um estado ficavam situadas em outro estado, conforme a incorporação de novas concepções.

Outro elemento que Gomes (1993) abarca é a importância dos lugares de circulação de ideias: “[...] Salões, cafés, casas editoras, academias, escolas, revistas, manifestos e mesmo a correspondência de intelectuais são lugares preciosos para análise do movimento de fermentação e circulação de ideias” (GOMES, 1993, p. 65).

Carvalho (1995) destaca os “Salões” na cidade do Rio de Janeiro, local de reuniões e encontros da elite intelectual carioca, um espaço pensado e organizado por mulheres, mas frequentado por homens para tomada de decisões importantes. Segundo a autora, o Rio de Janeiro permaneceu como o centro da vida social e cultural do país.

Nos “Salões” eram realizadas leituras em voz alta, apresentações de sarau e poesia, explanação, leitura de romances vindos da Europa que eram

dedicados às mulheres. Neste espaço, cabia à mulher fazer a leitura em voz alta para “sensibilizar” o ouvinte. Sendo a mulher mais participativa neste espaço leitor, a imprensa feminina carioca, mais especificamente as revistas, perceberam um campo apropriado para investir em um periódico voltado ao público feminino. As revistas eram dirigidas à “nova mulher”, as publicações enfatizavam a moda, a literatura, a poesia, a vida cultural etc. Poucas revistas traziam temas como política e economia do país (CARVALHO, 1995).

As revistas femininas também abordavam temas que contrariavam a igreja, influenciavam com seu novo padrão de linguagem e uma nova consciência (CARVALHO, 1995). Aqui a imprensa também cumpre sua função, se torna capaz de transformar padrões de pensamento. Quando as publicações eram contra os padrões da igreja, os assuntos eram abordados com muita sutileza em determinadas revistas.

Os periódicos voltados ao público feminino, geralmente, eram voltados para a classe média, para mulheres letradas e possuidoras de um bom repertório cultural, assim, o jornalismo viu um campo ideal para ampliar seus leitores e consumidores. Esses periódicos ditavam regras e padrões e ganhavam espaço para conseguir um novo público consumidor. Muitos deles visavam o desenvolvimento cultural da mulher da classe média, mas Reis (2019) elucida que, neste campo da imprensa, a mulher percebe um espaço de luta e emancipação. A autora destaca a figura de Josephina Álvares de Azevedo, criadora do jornal *A Família*, em 1877. Josephina defendia a emancipação da mulher pela educação, acreditava que a mulher precisava aprender muito mais do que o catecismo, ou o bordado. Em suas edições, destacava fatos e pessoas que ajudavam a empoderar mulheres sobre novos conceitos de educação e de força feminina. Este periódico era contrário aos princípios de exaltar a cultura elitista para a mulher, mas sim dar consciência política e a possibilidade de ocupar um novo lugar na sociedade.

Um aspecto interessante que Carvalho (1995) destaca é que, tendo na década de 1920 o ideário de progresso no país e tendo a medicina como meta de desenvolvimento, os médicos e sanitaristas ganhavam espaço nas revistas femininas. Se as mães num passado colonial eram responsáveis pela higiene e saúde de seus filhos, o discurso dos médicos e sanitaristas procurava na mulher

maior visibilidade. As revistas femininas apoiavam os médicos e disseminavam novas políticas de higiene. Para Carvalho (1995), a imprensa feminina foi uma difusora de informações, orientou padrões femininos, ditou formas culturais e ajudou a modernizar as publicações.

A imprensa educacional é outro campo que merece destaque. Almeida (1998) informa que a imprensa educacional publicava com maior frequência assuntos pedagógicos, metodologia de ensino, livros, materiais didáticos, situações do professorado, políticas educacionais, educação feminina, coeducação, instrução para mulheres, questões salariais etc. Este item será mais destacado no Capítulo II desta pesquisa

No professorado do país emergia a sede de mudanças educacionais, a vontade de reivindicar melhores salários, condições favoráveis de trabalho, assim, as novas ideias para a educação começavam a ganhar força. Os professores se organizavam em associações com mais frequência para escrever, utilizando os jornais e revistas para espalhar as ideias.

Tanto na imprensa feminina quanto na imprensa educacional, circulava a ideia de que as mulheres precisavam ser educadas, instruídas, que era importante exercer uma profissão, principalmente a do magistério para colaborar com as gerações futuras, mas não circulavam ideias de profissões para as mulheres que concorressem com os homens (ALMEIDA, 1998).

Mesmo sendo o magistério, em sua maioria, ocupado por mulheres, a imprensa periódica educacional era escrita e dirigida por homens. A linguagem e o vocabulário utilizados ressaltavam o masculino, referindo-se às mulheres e aos homens como “Professores”.

Cada periódico trazia consigo uma concepção, um objetivo, ligações políticas e intencionalidades. Em qualquer período, a imprensa consegue cumprir sua função social e segue influenciando a sociedade, marcando as pessoas com “verdades” que alguém acredita ser o certo. Mas, resgatar a história, por meio da imprensa periódica, requer determinados procedimentos, pois, diante da diversidade de periódico, e cada um com sua intencionalidade, defesas e oposições, é preciso realizar levantamento de informações e filtrar as de maior relevância. É certo que todos trazem informações necessárias, mas

destacam-se, nesta pesquisa, alguns periódicos, conforme descrito na Introdução desta dissertação, que trouxeram maior número de ocorrência⁶ em pesquisa no site da Hemeroteca Digital Brasileira.

Os termos utilizados para levantamento de informações das publicações na HDB foram: escolas mistas (no plural), escola mista (no singular), escolas mixtas (com X) e coeducação. Os jornais cujas ocorrências apareciam mais são destacados abaixo com algumas informações de fundação, redatores e concepções.

Em São Paulo, os jornais *Correio Paulistano*, *Diário Nacional: A democracia em Marcha* e *A Gazeta* são destacados pelo grande número de publicações sobre a escola mista. No Rio de Janeiro, destacam-se os periódicos: *Jornal do Comércio*, *Jornal do Brasil*, *A Escola Primária* e *a Gazeta de Notícias*.

A descrição dos principais jornais se dará por **São Paulo**.

O jornal **Correio Paulistano** circulou de 1854 a 1963. Foi o primeiro jornal diário e um dos maiores jornais do Brasil, sua última edição foi de número 33.882. Segundo informações do Arquivo do Estado de São Paulo, Joaquim Roberto Azevedo Marques foi o fundador do Jornal e Pedro Taques de Almeida Alvim foi o primeiro redator. A primeira tiragem foi de 450 exemplares, sendo que o número de habitantes, em São Paulo, era de aproximadamente 22 mil. O jornal circulava todos os dias exceto os de guarda (THALASSA, 2007. p. 17).

Durante sua trajetória trocou de posicionamento diversas vezes, foi liberal, independente, conservador e republicano. Foi um dos principais apoiadores da Semana de Arte Moderna de São Paulo, em 1922.

Segundo informações do HDB, o jornal **Diário Nacional: A Democracia em Marcha** foi lançado em São Paulo, por Paulo Nogueira Filho, José Adriano Marrey Junior e Amadeu Amaral. Circulou entre 14 de julho de 1927 a 30 de setembro de 1932, e tinha a característica de ser um jornal mais adequado às classes médias e também mais acessível para os paulistas de cultura mínima. Tinha como objetivo atingir leitores do interior de São Paulo e foi considerado o principal veículo de divulgação das propostas do Partido Democrático de São

⁶ Ocorrência: Termo utilizado no site da Hemeroteca Digital Brasileira para indicar o número de palavras ou termos que aparecem num determinado periódico que foi pesquisado.

Paulo⁷.

No ano de 1929, o jornal fazia oposição à candidatura de Júlio Prestes à Presidência da República, e sua tiragem chegava a 35 mil exemplares por edição. Neste mesmo ano, assumiram a chefia do Jornal Paulo Duarte e Amador Florence Sobrinho.

Segundo informações nos sites da Fundação Cásper Líbero e da Fundação Getúlio Vargas, o jornal **A Gazeta** foi fundado em São Paulo, em 16 de maio de 1906, sob a direção de Adolfo de Araújo. As publicações do jornal dedicavam-se a tratar de economia, literatura, cultura e posicionamentos políticos. O jornal era publicado com poucas imagens e muito texto.

Em 1918, sob a administração do jornalista Cásper Líbero, o jornal passou por reformas e inovações. Em meados de 1921, sua diagramação ganhou cores e se transformou no jornal mais moderno da América Latina⁸.

Em sua primeira fase, o jornal publicava matérias sobre esportes, matérias específicas para o público feminino e também para as crianças, além disso, desenvolveu campanhas políticas, sociais e econômicas. Em 1916, *A Gazeta* passou a ser prioridade do Dr. João Gonçalves Dente, tendo por redatores Couto de Magalhães e Antônio Augusto Covelo.

A seguir, destacam-se os jornais do **Rio de Janeiro** em que mais aparecem ocorrências na busca pela HDB.

O **Jornal do Comércio** teve sua primeira publicação em 1º de outubro de 1827 e é considerado o segundo periódico diário mais antigo do Brasil. Foi fundado pelo francês Pierre René François Plancher de La Noé.

Conforme informações da HDN, tinha como redatores Émile-Seignot Plancher (filho de Pierre com apenas 16 anos), João Francisco Sigaud, Francisco de Paula Brito, Júlio César Muzzi e Luiz Sebastião Fabregas Surigué⁹.

Segundo informações no site da Fundação Getúlio Vargas (FGV), a

⁷ Informações disponíveis em: <https://bndigital.bn.gov.br/artigos/diario-nacional/>. Acesso em: 10 jan. 2021.

⁸ Informações disponíveis em: <https://fcl.com.br/fundacao/marcas/jornal-a-gazeta/>. Acesso em: 10 jan. 2021.

⁹ Informações Disponíveis em: <http://bndigital.bn.gov.br/artigos/jornal-do-commercio-rio-de-janeiro/>. Acesso em: 10 jan. 2021.

princípio, o jornal publicava assuntos comerciais e econômicos. Os anúncios, preço de importação, entrada e saída de embarcações recebiam especial atenção. No fim do Primeiro Império, Pancher envolveu questões políticas no jornal, mas a parte econômica ainda predominava¹⁰. Na década de 1920, o Jornal acompanhou a evolução do país com inovações gráficas e reformas gráfico-editoriais.

Segundo informações do site da Hemeroteca Digital Brasileira, o **Jornal do Brasil** foi fundado em 09 de abril de 1891, no Rio de Janeiro, por Rodolfo de Sousa Dantas e Joaquim Nabuco¹¹. Passou por diversas crises, mas tem um papel fundamental nos rumos da imprensa brasileira, em 31 de agosto de 2010 foi publicada sua última versão impressa e passou a existir somente na internet.

Em sua origem, o *Jornal do Brasil* era monarquista e mostrava a insatisfação com a situação da política do Brasil, além disso, o jornal abordava os problemas cotidianos do Rio de Janeiro e artigos em geral, como por exemplo, melhoramentos urbanos. Defendia causas como a criação do instituto contra a febre amarela na capital fluminense, a instalação do metrô, planos arquitetônicos e urbanismo, grandes avenidas e melhores condições de saneamento urbano.

Em 1902, sua tiragem chegava a ser diária, com 62 mil exemplares, inclusive com circulação fora do Rio de Janeiro. Na década de 1920, o jornal apoiou a candidatura de Nilo Peçanha para presidente, em 1922. Anibal Freire, um dos diretores do Jornal do Brasil chegou a ser nomeado Ministro da Fazenda.

Segundo Oliveira (2018), a revista **A Escola Primária** circulou entre 1916 e 1938. Foi um periódico destinado aos professores primários na cidade do Rio de Janeiro que era o Distrito Federal. A Escola Primária foi idealizada por Esther Pedreira de Melo, a primeira Inspetora Escolar do Distrito Federal, era uma Sociedade Anônima, estabelecida com foro eleito na cidade do Rio de Janeiro, com exceção de Afrânio Peixoto (editor) e Francisco M. Vianna, todos os sócios eram ou foram Inspectores Escolares. Alguns nomes apareciam como destaque, por causa da posição que ocupavam na Instrução Pública ou por

¹⁰ Informações Disponíveis em: <http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/1%20Verbetes%20letra%20J.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2021.

¹¹ Informações Disponíveis em: <https://bndigital.bn.gov.br/artigos/jornal-do-brasil/>. Acesso em: 06 fev. 2021.

escreverem os artigos, mas havia aqueles que usavam pseudônimos e permaneciam como escritores anônimos.

A revista publicava temas como: reformas de ensino, higiene escolar, métodos renovados de ensino, orientação sobre disciplinas, ensino profissional nas escolas primárias, reivindicações de construção de novos prédios escolares, renovação do currículo escolar, direitos para a classe do professorado, ensino religioso nas escolas etc.

Segundo Oliveira (2018), algumas seções da revista eram utilizadas como capacitação didático-pedagógica em serviço para auxiliar os professores primários. Essas formações ajudavam principalmente os professores adjuntos que, em sua grande maioria, não tinham a formação inicial e precisavam aprender na prática.

As professoras eram vistas como figuras com grande poder de persuasão para os médicos e higienistas, então, nas campanhas de vacinação e nas novas regras higienistas, as professoras eram incluídas para participação e convencimento da população. Muitos médicos instruíam as professoras publicando na revista matérias sobre higiene e sanitarismo, os médicos começaram a ser formadores dos professores (OLIVEIRA, 2018). Medicina e educação começam a ser integrada.

A autora destaca também que os discursos na revista iam se modificando conforme as forças políticas entravam em disputa, o que influenciava toda a classe de professores, foi um veículo que modificou conceitos e concepções de educação.

Conforme informações no site da FGV – CPDOC, o jornal carioca **Gazeta de Notícias** foi fundado em 02 de agosto de 1875, por José Ferreira de Souza Araújo. Na República Velha, chegou a ser um dos principais jornais e introduziu diversas técnicas e inovações na imprensa brasileira. Junto com o fundador, chefiavam o jornal Henrique Chaves e Emanuel Carneiro e tinham como objeto lutas pela abolição da escravatura e pela proclamação da República. Foi considerado também um órgão antimonarquista e depois defensor das elites

agrárias¹².

Em 1923, o jornal passou a ser dirigido por Vladimir Bernardes, que ficaria como proprietário até 1949. Apoiou Washington Luís durante seu mandato e combateu a Aliança Liberal apoiando a candidatura de Júlio Prestes.

O jornal circula até hoje, diariamente, com poucos exemplares, se tornando um órgão de imprensa de importância secundária.

Importante destacar que o ideário de um novo Brasil foi consolidado pela imprensa periódica. Cresceu o país, evoluiu a imprensa e ambos retrataram através de jornais e revistas a vida dos brasileiros e uma nova ideia de sociedade. A sociedade do patriarcado, que herdou papéis determinantes, agora precisava enfrentar o moderno e se enquadrar em novas ações. No entanto, os problemas, as crises e a falta de estruturas e recursos exigiam que tudo ficasse em ordem.

Sobre a pergunta que intitula este item: a imprensa é para quem? Ela pode ser para todos. Cumpriu a função na sociedade cada uma ao seu momento. Para alguns, ela ditou modas, abriu novos lugares para frequentar, ensinou mais sobre a educação dos filhos ou apenas confirmou o que já pensava sobre ser cristãos. Para outros, ela instigou novas lutas, novas culturas e novas formas de ser no mundo. Ela também ajudou a inculcar o preconceito (que veremos em uma notícia no Capítulo III) e espalhava verdades ou inverdades conforme a concepção do editor e a ligação do jornal.

A imprensa periódica expôs onde estavam os problemas e mostrou a solução. Após cada notícia divulgada, cada matéria publicada, cada ideia que chegava às mãos do leitor, converteram-se em uma verdade a ser acreditada e em uma ação a ser realizada. O poder da palavra escrita consolidou muitos pensamentos e modificou muitas ações, cumpriu sua função conforme seus idealizadores e apagou da memória o que era preciso ser esquecido. Ao vender notícias e vender verdades, a imprensa ajudou a construir um novo Brasil.

No capítulo a seguir serão abordados os movimentos educacionais da Escola Republicana. A reforma da educação se iniciou pela escola Normal,

¹² Informações Disponíveis em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/gazeta-de-noticias>. Acesso em: 06 fev. 2021.

então, destacam-se a formação das professoras, os Grupos Escolares e a mulher ocupando novos espaços na sociedade, inclusive na imprensa.

CAPÍTULO II - MOVIMENTOS EDUCACIONAIS DO PROJETO REPUBLICANO: OS ALUNOS E ALUNAS, A ESCOLA, AS PROFESSORAS E A IMPRENSA

A Escola Republicana foi marcada por acontecimentos sociais, políticos e educacionais. A ideia de que a República tinha uma “dívida” com a população foi espalhada e os problemas deixados pelo império estavam evidentes na sociedade, circulando entre as várias camadas e classes da população pelos jornais e revistas principalmente.

O problema das doenças, da falta de trabalho e da imigração para a cidade, da rejeição de um trabalho organizado, do analfabetismo de letras e ofícios, estava agora visto com intensidade e a intenção era “organizá-lo”.

Aqui destacam-se os trabalhos de Souza (1998); Rossi (2017) e Carvalho (2003), que ressaltam algumas concepções de que o Projeto Republicano para a educação, marcado por reformas, leis, projetos e mudanças educacionais, mudaram a vida de alunos, professores e de toda a sociedade. Neste período, circulavam novos ideais, fazendo com que o passado colonial fosse apagado e um dos veículos para espalhar essas ideias era a imprensa periódica.

Rossi (2017) destaca que, no final do século XIX e início do século XX, as ideias de uma escolarização laica, gratuita, para ambos os sexos e universalizada, começaram a circular em diversos países e regiões da cultura ocidental, e o Brasil buscou inspirações para regenerar a educação e construir um novo projeto de nação. No entanto, cada Estado realizou projetos e reformas conforme as concepções políticas intelectuais vigentes.

Rossi (2017) afirma ainda que as reformas eram planejadas para normatizar, profissionalizar e sistematizar a escolarização das camadas populares. Souza (1998) ressalta que o projeto de reforma educacional republicano tinha como objetivo o controle e a ordem social e, por isso, era preciso “docilizar” os costumes, e isso, a escola fez.

No projeto republicano, a escola fica com a finalidade cívica, moral e institucional. Os intelectuais e políticos republicanos buscavam inspirações educacionais na Europa, mas, sobretudo, nos Estados Unidos. Assim, a configuração das classes, escolas e métodos de ensino vão se modificando. O que se destaca como um marco para a educação no Projeto Republicano é a criação das Escolas Graduadas. Estas eram vistas como uma inovação de ensino, consagrando a República (SOUZA, 1998).

Com a criação das Escolas Graduadas, surgem ações paralelas como consequência de seu desenvolvimento, como por exemplo, uma nova organização do tempo escolar, classificação e organização dos alunos nos espaços escolares, novos métodos de ensino, formação de professores, expansão do magistério e da carreira de professor, tornando-se uma profissão predominantemente feminina, além da expansão das matrículas, oferecendo mais oportunidade de estudos para meninas e mulheres, reformas de ensino, novos cargos na educação, como Diretor e Inspetor de Ensino, duplicação de turnos nas escolas etc.

Souza (1998) evidencia que, na década de 1920, surge a maior expansão das escolas públicas, tendo como destaque duas capitais (São Paulo e Distrito Federal). Nesta pesquisa, as reformas e ações dos governos para essa implementação serão discutidas neste capítulo, destacando alguns detalhes das Escolas Graduadas e da Escola Normal.

2.1 Escola Graduada e Escola Normal em São Paulo: um lugar para recomeçar a educação

Vista como um lugar de regeneração da nação (SOUZA, 1998) e um signo de instauração da nova ordem (CARVALHO, 2003), a escola era vista no imaginário republicano como um lugar para solucionar os problemas e recomeçar o Brasil. A capital paulista estava em pleno desenvolvimento e com novos ideais progressistas, no entanto, enfrentava cobranças sociais, resistência da população, desorganização e a escassez da educação que era facultada a poucos.

Carvalho (2003) elucida que na população brasileira, à época, havia doentes, homens improdutivos, que resistiam ao trabalho, considerado adequado para uma nova nação. O negro era visto como primitivo e incapaz, e os imigrantes, que realizavam greves, eram vistos como um incômodo. Diante desse quadro, para organizar o trabalho nacional, fazer crescer a nação e evoluir a sociedade, era preciso educar a todos.

Os ideais republicanos faziam circular ideias de que as escolas do Império eram precárias, arcaicas e desorganizadas, em contrapartida, as escolas republicanas eram um sinal de renovação e, através delas seria instituída a nova ordem do país.

Sobre essa necessidade do “apagamento” do passado colonial, Dias (2013) traz uma ideia muito interessante. Muitos professores da Escola Normal, ou articulistas sociopolíticos, tinham um bom círculo de relações pessoais, como os proprietários de alguns jornais que circulavam na época, assim como alguns professores ou pessoas ligadas à educação que acabavam como redatores dos jornais. A grande imprensa mostrava as tendências, disputas de grupos socioculturais etc., e tais ideias influenciavam a opinião da população.

Dias (2013) ainda chama atenção para a grande quantidade de pesquisas sobre a História da Educação que exaltam a República para apagar as escolas do Império. Deste modo, os modelos republicanos começam a se consagrar como um modelo a ser seguido. A República construiu escolas, efetivou a carreira do magistério, deu uma nova ordem para que a escola construísse uma nação diferente, enquanto as escolas do Império eram desorganizadas. Esse apagamento do Império foi intencional, político e instalado por educadores, intelectuais, circulando na imprensa periódica.

Souza (1998) adverte que os republicanos paulistas buscavam referências para as escolas brasileiras na Europa e principalmente nos Estados Unidos. Os intelectuais pesquisam novos métodos de ensino e os políticos planejam a expansão da escola pública. Para tanto, a escola primária precisava ser reformada, logo começaram os movimentos de reformas e os novos projetos para a instrução em massa.

Se a escola estava em destaque, no novo projeto republicano, era

preciso fazer ver a escola como grandiosa e visível para todos. Carvalho (2003) destaca que os prédios eram monumentais, construídos em locais estratégicos, uma construção que representava o poder e a importância da Instrução Pública. Com os edifícios majestosos, com salas de aula arejadas, o mobiliário moderno, cada inauguração era considerada um evento cívico, com discursos nacionalistas, com a execução do hino nacional, afirmando a concepção de uma escola laica, gratuita e pública para todos.

A velha escola foi sendo substituída pela nova escola. A escola de uma classe foi sendo substituída por várias classes, o método individual foi sendo substituído pelo método simultâneo. Além disso, se consolidava a profissão docente, tendo as mulheres com formação de professoras. E como sinal de uma escola nova e organizada, surgem as Escolas Graduadas e os Grupos Escolares (SOUZA, 1998).

As escolas graduadas se caracterizavam, segundo Souza (1998), por agrupar alunos pela idade cronológica, por professores designados para cada grau de ensino, pela determinação de conteúdos escolares para cada grau, além da classificação e promoção do aluno. Com essa nova organização do ensino, a forma escolar foi sendo modificada.

Sobre a forma da escola, destacam-se aqui os estudos de Vicent, Lahire e Thin (2001). Segundo os autores, a forma escolar não acontece sem dificuldades, conflitos e lutas. Assim, a teoria sobre a forma escolar nos permite pensar nas mudanças ocorridas na Escola Republicana:

Falar sobre a forma escolar é, portanto, pesquisar o que faz a unidade de uma configuração particular, surgida em determinadas formações sociais, em certa época, e ao mesmo tempo que outras transformações, através de um procedimento tanto descritivo quanto “compreensivo” (VICENT; LAHIRE; THIN, 2001, p. 9-10)

A escola republicana ganha uma nova forma em sua época. O espaço escolar estava sendo reestruturado, o tempo escolar tinha outra determinação e as relações pedagógicas eram ampliadas. Se antes a escola estava designada para aprender a ler, escrever e fazer conta (visão da escola dos tempos do Império), agora ela seria pensada como uma escola de educação integral, com um programa enriquecido e enciclopédico (SOUZA, 1998). Essa escola pública,

renovada, começou a ser pensada em São Paulo, a partir da Reforma de Ensino, e seu início se deu pela Escola Normal.

Souza (1998) ressalta que os reformadores acreditavam que era preciso reformar o ensino e os mestres. Caetano de Campos começa a reforma do ensino primário pela renovação da Escola Normal, com uma instituição para ser modelo, com organizações e espaços modernos em prédios próprios. A escola graduada, além de ser a representação do poder público, era pensada também para ser um espaço de educação em massa. Além disso, economicamente, era vantajoso criar escolas grandes e ensinar várias crianças ao mesmo tempo.

Cada grupo escolar comportava de 4 a 10 escolas isoladas. As salas de aula eram grandes, bem arejadas e com mobiliário moderno, havia também pátios arborizados, museus escolares, biblioteca etc. Sendo as escolas isoladas, a maioria mistas, ao serem agrupadas num só espaço, ao adentrar no grupo escolar, havia a completa separação dos sexos (SOUZA, 1998).

Não se pode negar que a Escola Graduada tinha seus princípios de igualdade da educação para meninos e meninas. Como já citado anteriormente, a escola mista foi criada para conter gastos dos cofres públicos, contudo, as meninas e moças tiveram mais oportunidades de entrarem na escola com a ampliação de oferta de vagas. Para manter o pensamento de educação ideal, para cada sexo, foram criadas classes iguais para meninos e meninas, oportunizando a quantidade de matrículas. Numa mesma escola, havia classes separadas ou períodos separados e constante vigilância.

A maneira de separar as classes para alunos e alunas, vigiar os corpos, cuidar da moral estava implícita no ambiente. A escola ainda separava pessoas, e na sociedade os papéis eram desempenhados de formas diferentes. Essa dualidade de uma escola moderna ainda enfrentava a sociedade sexista do patriarcado.

Mesmo com a coexistência de meninos e meninas no mesmo espaço, a escola pública paulista, nesses primeiros anos das reformas republicanas, não ousou implementar o princípio da coeducação, pois esta implicava em concepções pedagógicas e sociais. As escolas mistas ainda encontravam-se em maior número nas escolas isoladas do interior para a classe mais pobre da

sociedade (SOUZA, 1998).

A modernização dos prédios arejados, com espaços diferenciados para leitura, laboratório etc. contrapunha à ideia das escolas imperiais que, segundo Carvalho (2003), eram vistas como tenebrosas, casas sem luz e sem ar, com crianças sem livros e, por sua vez, livros sem métodos, ou seja, uma escola sem disciplina. Aliás, disciplina nos espaços escolares era uma parte muito importante. Quando a escola separava a ala feminina e masculina, era preciso manter a vigilância devido à moralidade.

Sobre o tempo escolar, este também ganha uma nova forma. O tempo, nas escolas graduadas, foi organizado de maneira mais rígida, com horários diferenciados para cada aula, um intervalo, horário de lições e exercícios e a hierarquização das matérias. Além disso, escolas de um turno já não conseguiam garantir matrícula para toda a população em idade escolar. Souza (1998) ressalta que os turnos precisaram ser duplicados, o que não foi bem aceito em algumas comunidades locais.

Mesmo com dois turnos, as escolas das capitais não conseguiam matricular todos os alunos e ocorreram denúncias na imprensa da cidade, citando que apenas as crianças com melhores condições eram beneficiadas. Souza (1998) adverte que a figura do diretor, nesse período, começa a ser criticada pelas matrículas contempladas para poucos, mas, para contrapor essa ideia, faziam-se sorteios de vagas, contudo sem critérios justos, logo, muitas crianças pobres, negras e imigrantes foram excluídas da escola.

Os estrangeiros ou imigrantes eram matriculados nas escolas graduadas ou isoladas. De acordo com Carvalho (2003), era preciso desenvolver a cultura nacional nos estrangeiros, caso contrário, o imigrante seria uma ameaça ao “caráter nacional”, começava aí o processo de aculturação.

Com a reforma do ensino de Sampaio Dória, pregando ações contra o analfabetismo, e com a escola sendo estabelecida com uma nova forma de organização de espaço e tempo, o professor foi visto como um reformador da sociedade. A ideia de formar os professores aumentava, pois num passado colonial, os mesmos eram vistos como profissionais sem formação e, como consequência, não sabiam ensinar de forma correta. Souza (1998) ressalta que

a ideia de formar o professor fazia parte das reformas de ensino propostas por Sampaio Dória. O magistério tornou-se uma profissão digna, reconhecida pela sociedade e edificante.

A inauguração das escolas era considerada um evento cívico, os discursos exaltavam o patriotismo e a função social que aquela escola apresentava. O evento também era evidenciado na imprensa, e no ritual de inauguração eram declarados poemas, cantava-se o hino nacional, havia apresentações dos alunos exaltando um futuro de progresso da nação que formaria novos professores.

Quanto mais a imprensa divulgava os novos projetos de educação, mais era apagada a educação do Império e, para tanto, Dias (2008) discorre sobre o cuidado que se deve ter ao considerar que a Escola Normal do Império era um tempo de “sombra” e a escola da República a “luz” da educação¹³.

Importante também salientar que a Escola Normal Paulista, antes das reformas republicanas, passou por três fases. Segundo Dias (2008), a 1ª fase foi de 1846 a 1867; a 2ª fase de 1875 a 1878; e a 3ª fase de 1880 a 1890. Durante todas essas fases, houve lutas sociais para a melhoria da educação com personagens que tiveram destaque, além da ampliação da carreira docente, lutas estas que precisam ser reconhecidas¹⁴.

De acordo com Souza (1998), a Escola Caetano de Campos era a melhor referência. A mobília da escola foi cedida por uma escola americana, nas salas tinham materiais necessários para a prática do ensino intuitivo, e a ordem, a disciplina e o asseio faziam parte da rotina da escola.

¹³ Dias (2008) destaca os estudos de Catani (s/d) que nos tempos considerados de sombra e penumbra para os professores no Império, havia a organização do espaço profissional; criaram-se revistas especializadas em Educação, circularam saberes e práticas profissionais e esses mesmos professores, que tanto se empenharam para firmar o trabalho docente, são os mesmos que vão desaparecer nas interpretações históricas ao exaltar as reformas republicanas.

¹⁴ Sobre as fases da Escola Normal Paulista, Dias (2008) destaca que em cada fase havia destaques, lutas ou ações do professorado e do governo. Na primeira fase, destaca-se o projeto de Lei n. 34 de 16 março de 1846, que instalava a Escola Normal no prédio da Catedral da Sé, mas a escola desse período foi fechada pela precariedade e falta de infraestrutura. Nesta fase, também a ênfase era direcionada ao saber fazer. Na segunda fase, promulgada pela Lei n. 9 de 22 de março de 1874, abre-se novamente a Escola Normal e ampliam-se as cadeiras das disciplinas; o número de matrículas das mulheres cresce nessa fase, mas a falta de verba para manter a Escola Normal levou-a ao fechamento. A terceira fase, de 1880 a 1890, amplia para oito cadeiras e apresenta maior autonomia de funcionamento, organiza as estruturas e a mulher aparece pela primeira vez no quadro docente.

Monarcha (1999) destaca que Caetano de Campos foi nomeado para a direção da Escola Normal, em janeiro de 1890. Ele era médico e também foi nomeado para a cátedra de Biologia. Tinha também o pensamento de reformador social, via o mundo orgânico, social e mental como fruto da “evolução” inscrita na realidade. Essa visão de mundo está de acordo com o Decreto n. 27 que projeta a divisão do ensino e a reforma almejada.

De acordo com o Decreto, a Escola Normal – concebida como intuito de formação profissional – deve fornecer educação intelectual, moral e prática para os candidatos do Magistério público, com vistas a “regenerar progressivamente a escola pública de instrução primária”, não se aceitando mais os exames substitutivos do curso regular e os realizados em outra instituição de ensino. Apenas os professores em exercício poderão submeter-se a exames vagos para a obtenção da carta de normalista.

Visando a formar profissionalmente o normalista republicano nos moldes científicos da época: curso normal com duração de três anos, com uma seção masculina e outra feminina contendo dez cadeiras [...] (MONARCHA, 1999, p.176).

Além de uma nova organização do tempo e do espaço, a ampliação das cadeiras do magistério demonstra a concretização de um programa enciclopédico para diferentes modalidades de ensino. Monarcha (1999) destaca as seguintes cadeiras: Português, Aritmética, Álgebra, Geometria, Escrituração Mercantil, Geografia, Cosmografia, História do Brasil, Física, Química, Biologia, Economia Política e Rural e Educação Cívica. Além das cadeiras no curso normal, havia aulas das matérias de Caligrafia e Desenho, Ginástica e Exercícios Militares, Música, Solfejo e Canto Coral, Prendas Domésticas e Trabalhos Manuais.

Nessa reforma, Caetano de Campos criou a Escola Modelo:

Concebida como parte integrante da Escola Normal e centro de atenções do reformado, a Escola Modelo do Carmo é destinada à demonstração de procedimentos didáticos, de observação e prática de ensino para os alunos do terceiro ano do curso normal e finalmente, ponto de irradiação das técnicas fundamentais do método intuitivo de ensino [...] objetivando fixar um padrão de professor primário – com ênfase no treinamento prático – e produzir diretrizes práticas para a posterior reforma Geral da Instrução Pública (MONARCHA, 1999, p.179).

Um dos objetivos era padronizar e irradiar os modelos de ensino das escolas-modelo. A aplicação do método intuitivo precisava chegar em todas as escolas, no entanto, as escolas isoladas continuavam com falta de recursos financeiros e pedagógicos e os professores sem formação. Mesmo para os professores dos grupos escolares, os novos métodos não eram utilizados por todos, pois alguns professores não foram formados pelas Escolas Normais.

Souza (1998) evidencia ainda que a fiscalização da padronização dos métodos ficou a cargo dos Inspetores de Ensino. Para agilizar o processo de uniformização, a Diretoria da Instrução Pública colocou uma regra a ser seguida que, em 1894, os professores da capital ficavam obrigados a frequentar, ao menos uma vez por semana, as aulas nas Escolas-modelo para depois aplicar em sua escola. Essa frequência era de um ano e depois a obrigatoriedade era estabelecida em uma vez por mês.

Devido a muitos fatores, o objetivo da padronização dos métodos começou a não ser alcançado por diferentes motivos. Souza (1998) ressalta que o ensino público paulista se tornou referência e os professores foram convidados a participar da reorganização do ensino em outros Estados.

Importante também destacar que as Escolas-modelo foram criadas nas capitais e também no Interior do Estado, pois com o desenvolvimento das ferrovias e do ciclo do café, a agricultura gerava riquezas, fazendo parte do desenvolvimento local a construção de escolas.

Sendo os grupos escolares considerados um lugar de recomeçar a educação do país, de ampliar os métodos pedagógicos e civilizar o povo, ao agrupar alunos, alunas e professoras, no mesmo espaço, uma nova cultura escolar surgiu, distribuindo poderes internos. A partir daí uma nova organização de trabalho hierarquizou cargos e matérias pedagógicas¹⁵.

Sobre as práticas escolares nas escolas normais, Souza (1998) elucida

¹⁵ O conceito de Cultura Escolar é destacado nos estudos de Dominique Juliá. O autor define que a cultura escolar é um conjunto de normas que ensina e inculca condutas a serem seguidas. Essas condutas ao serem incorporadas ao comportamento vão modificando o modo de agir e de pensar, e esta modificação acontece por meio de processos formais de escolarização e se difundem na sociedade (JULIA, 2001).

detalhes da rotina que foram sendo incorporados ao longo do tempo. Era chamada, no início da aula, revista de asseio, pois as práticas higienistas foram incorporadas à escola, recitação de máximas morais e canto, além de ginástica, recreio e constante vigilância. Ao diretor foi dado o poder do controle da escola, essa função surgiu com a criação dos grupos escolares e era uma função masculina. A este, cabia o ofício de administrar a escola e ser o interlocutor entre o governo, a escola e o professor.

Os Inspetores de Ensino faziam a fiscalização do ensino nos grupos escolares e nas escolas isoladas, porém pela distância das escolas no interior do estado, as visitas poderiam ser até duas vezes ao ano e, assim, mais uma vez, as escolas isoladas ficavam carentes de instrução e auxílio administrativo.

Mesmo com a reforma de ensino para a alfabetização de Sampaio Dória, o agrupamento das escolas para o estudo em massa, a valorização da formação do professor pela Escola Normal e a criação das Escolas-Modelo, o ensino público paulista ainda enfrentava muitos desafios, posto que as Escolas Normais ainda eram destinadas a poucos e as escolas agrupadas não supriam a demanda de crianças em idade escolar. Sob esta perspectiva, segundo Monarcha (1999), foi criada a Escola-Modelo Complementar, destinada aos alunos com idade entre 11 e 14 anos.

Comparada à Escola Normal, o ensino da Escola Complementar era precário, além de que, formar professores primários até os 14 anos não dava garantia de boa formação. Sendo assim:

De acordo com Tanuri, entre 1890 e 1911, a Escola Normal formou 1.188 professores, sendo 314 homens (26,48%) e 872 mulheres (73,52%). No mesmo período (1898 e 1911), as escolas complementares formaram 2.382 profissionais, sendo 840 homens (35,26%) e 1.542 mulheres (64,74%). Efetivamente, as escolas complementares tornaram-se as maiores responsáveis pela formação dos professores primários. Os professores complementaristas correspondiam à maior parte dos profissionais em exercício nas escolas públicas paulistas do Estado no início do século. De fato, em 1910, das 1.175 escolas isoladas providas no Estado de São Paulo, 209 professores eram normalistas e 779 complementaristas leigos. Em 1912, considerando todo o pessoal docente nas escolas públicas paulistas, 998 eram normalistas, 1.702 complementaristas, 96 normalistas primários, 59 adjuntos de concurso e 171 intermédios (TARUNI, 1979, p.116 *apud* SOUZA, 1998, p.67).

A formação precária oferecida pelas escolas complementares é um dos desafios que o ensino público paulista começava a enfrentar, e mesmo com as reformas propostas por Sampaio Dória, de alfabetização para todos, a reforma de ensino e a valorização da carreira do magistério, por meio de projetos e decretos, chegavam a “passos lentos” para crianças e professores. A idealização de um projeto inovador não chegava nas escolas isoladas, para os excluídos da cidade, para as crianças ou mulheres de baixa renda que queriam se formar professoras e, para tanto, outros permaneceram fora do espaço escolar.

Mesmo com todos os desafios enfrentados no ensino público paulista, não se pode negar que todos os projetos idealizados foram importantes para a educação pública. Os projetos idealizados pela elite condutora do país eram pensados de uma forma, mas a realidade social fazia com que as ações fossem feitas de outra forma. No entanto, as tensões deste período são fundamentais para perceber as mudanças sociais, culturais e educacionais do Estado e, assim, entender as transformações escolares.

2.2 As reformas das escolas do Distrito Federal: um breve olhar para o ensino das Escolas Normais

Assim como em São Paulo, o Distrito Federal foi marcado com o ideal de uma nova escola para a República, e no imaginário social também havia a ideia de que no período imperial a escola sofreu com a ausência de processos de escolarização e atraso na educação. Vidal (2008) destaca que, de 1920 a 1930, foram os anos considerados efervescentes e reformistas da educação. A ideia de que eram necessários espaços adequados para ensinar e novos programas de ensino circulava no meio social, deixando as escolas do período imperial carioca marcadas como período de *sombras* da educação.

As escolas existentes não conseguiam acolher todas as crianças em idade escolar, os prédios eram considerados precários e inadequados, a formação de professores também era alvo de críticas e, assim, as reformas e mudanças nas escolas começavam a acontecer. Para todos os desafios do ensino público, eram idealizadas soluções para manter e ampliar uma escola

para todos.

Schueler (2008) adverte sobre um aspecto interessante, qual seja, no período de 1870 a 1880 surgem treze prédios específicos para o ensino primário, os “palácios escolares” e estes eram considerados modernos com arquitetura arrojada, no entanto, com a chegada da República essa memória também foi apagada, sem considerar que o processo de modernização do ensino já estava sendo feito no Império.

Para suprir toda a demanda educacional no Distrito Federal, também foram idealizados os Grupos Escolares e, segundo Schueler (2008, p. 4), “o decreto legislativo n. 38 de 09/05/1893 estabelecia que a Municipalidade mandaria construir em cada circunscrição urbana um ou mais grupos escolares”, conforme a densidade da população. Em 1897, foi criado o primeiro grupo escolar do Distrito Federal.

A ideia de que a escola seria o local ideal para reformar o país e construir uma nova nação também fazia parte dos preceitos dos reformadores e intelectuais, o analfabetismo também era considerado um atraso para o Distrito Federal e para todo o país, e o papel do professor foi considerado essencial nesse processo.

Na reforma do ensino do Distrito Federal também fazia parte o agrupamento das escolas isoladas, logo, os grupos escolares foram considerados um sinal de ensino moderno, que consolidava a República, que implementaria o ensino simultâneo. Para essa escola, também caberia a missão civilizatória, de caráter moralizante e, para tanto, as festas escolares e as comemorações cívicas também serviam para implementar esses conceitos (SCHUELER, 2008).

Os grupos escolares traziam a marca de uma nova organização de tempo e de espaço. O relógio foi incorporado na rotina escolar, com isso, horários de entrada e saída, horário das aulas, duplicação de turnos escolares davam a essa escola uma nova forma. Assim como o tempo, o calendário escolar foi sendo moldado conforme o calendário anual e a classificação era feita por um sistema de avaliação.

Schueler e Rizzini (2019) informam que o governo também foi muito

cobrado pela carência e falta de recursos que impediam as crianças dos subúrbios de frequentarem a escola. A imprensa foi a porta-voz das reivindicações da população e das crianças pobres, que precisavam trabalhar e deixavam de frequentar a escola. As autoras destacam jornais suburbanos que denunciavam a falta de estruturas da sociedade, como por exemplo, o jornal *O Progresso Suburbano*, no entanto, esse jornal não será citado nesta pesquisa por não constar como acervo da Hemeroteca Digital Brasileira.

O ensino público primário na capital também passou por reformas e, com a implementação das escolas graduadas, as demandas da capital, rural e suburbanas não davam conta das matrículas, precisavam de reforma do ensino no Distrito Federal e esta reforma se iniciou pelas Escolas Normais. Se a escola era o local privilegiado para um novo início de nação, logo, os professores seriam considerados como guias, lapidadores ou missionários cívicos patriotas (ECAR, 2019).

A Escola Normal de Niterói é um destaque da formação dos professores fluminenses, pois, segundo Ecar (2019), essa escola, com prédio próprio, conceitos pedagógicos modernos, laboratórios, era um lugar que, por sua monumentalidade, se tornou um símbolo de vitalidade intelectual, moral e de modernidade republicana.

Foram construídos gabinetes de Física, Química e de História Natural, anexos às aulas teóricas dessas disciplinas, equipados de aparelhos, drogas para os experimentos, modelos de fisiologia, coleção de minérios, um esqueleto e um manequim de anatomia. Parte do mobiliário foi fornecido pela Escola Profissional Visconde de Moraes. As salas tinham capacidade para 40 alunos cada (ECAR, 2019, p.153).

O ensino moderno, com novas práticas pedagógicas, e o investimento na formação dos professores, foram pensados para ser um lugar de transformação social, levando a ciência para os espaços escolares, um espaço que também seria para civilizar. A inauguração das escolas no Distrito Federal também era um ato cívico, com discursos emblemáticos que circulavam na imprensa, afirmando um tempo de progresso.

Fazia parte do ambiente formativo um museu pedagógico com exposições permanentes de práticas escolares, aliás, a formação dos

professores, neste período, tinha grande apelo pela prática, que, muitas vezes, era alvo de críticas por não priorizar o ensino teórico. Assim como São Paulo, as Escolas Normais no Distrito Federal também contavam com as Escolas-Modelo, mas foram chamadas de Escolas de Aplicação, nas quais, as alunas e alunos do 4º ano acompanhavam as excursões pedagógicas que culminavam com relatórios de observação (ECAR, 2019).

Accácio (2008) faz um estudo das mudanças que ocorreram nas Escolas Normais, de 1880 à 1928. Dentre esse período, conforme concepções políticas e mudanças ligadas ao ensino primário, a Escola, as cadeiras, o tempo e a organização iam se alterando. As Escolas eram separadas com alas femininas e masculinas, em seu início, longe dos conceitos de coeducação, a vigilância para manter o pudor fazia parte da rotina, pois a sociedade também cobrava da escola essa postura de separação.

No quadro abaixo estão sintetizadas algumas mudanças importantes na Escola Normal do Distrito Federal que são destaques de Accácio (2008):

Quadro 1: Mudanças na Escola Normal do Distrito Federal

Ano	Mudanças
1880	Oficializa a Escola Normal por decreto e matriculam-se 88 moças e 87 rapazes com idade mínima de 15 a 16 anos. Classes separadas por gênero.
1890	A formação assume um caráter voltado à profissão, com concepções positivistas de educação. Curso de 5 anos e relevância para a Escola de Aplicação.
1893	A escola se torna mista, mas, quando retirada a cadeira dos estudos de Pedagogia, a escola segue não tendo estudos específicos de educação.
1897	A pedagogia volta para o currículo e abre o curso noturno. O curso passa a ser de 4 anos de formação e mais seis meses de estágio na Escola Primária.
1901	Caracteriza-se o Magistério como uma profissão feminina e somente as moças podem se matricular.
1906	Incluem os estudos de psicologia e a cadeira de higiene no currículo.
1911	Uma nova reforma no ensino, mas o curso continua com duração de 4 anos

	e o Diretor da Escola é eleito pela congregação de professores como forma de valorização dos mestres.
1913	Expansão dos estudos de aspectos afetivos, estudos de testes e inquéritos pela psicologia experimental.
1916	Sai o curso noturno e volta a Cadeira de Educação Moral e Cívica.
1922 a 1926	Antônio Carneiro Leão assume a Diretoria da Instrução Pública e promove a renovação do Ensino Primário com concepções escolanovistas difundidas no Brasil.
1928 a 1930	Fernando de Azevedo assume a Diretoria da Instrução Pública e constrói um prédio monumental com 64 salas de aulas e laboratórios, 3 bibliotecas e salas reservadas ao serviço médico e dentário e juntam-se a Escola Normal, a Escola de Aplicação e o Jardim da Infância.

Fonte: Informações retiradas do Capítulo 13 intitulado: A Escola Normal que virou Instituto de Educação: A história da formação do professor primário no Rio de Janeiro. Accácio, 2008.

Todas essas mudanças foram realizadas por meio de decretos da época e exibiam as concepções de educação dos reformistas. Estes buscavam também em modelos de escolas americanas novos ideais de educação. É importante ressaltar também que as modificações eram atreladas às mudanças sociais. Os prédios monumentais construídos em locais estratégicos acompanhavam a construção de outros prédios, assim o prédio escolar passou a ser tão importante quanto a igreja local e a sede do Governo.

Em cada fase de mudança da Escola Normal estavam imbuídos ideais, atitudes, valores políticos, personagens e fatos (ACCÁCIO, 2008). De fato, todos os movimentos, tensões e reformas são importantes para compreender a escola e a cultura que foram modificando e moldando comportamentos. Com essas mudanças, a forma escolar e a cultura escolar foram sendo perpetuadas.

Conforme exposto no Quadro 1 acima, em 1880, a Escola Normal foi oficializada, e como a separação do sexo ainda era o esperado, tanto na escola como na sociedade, certamente havia tensões e lutas pela igualdade na educação. Somente em 1893, se tornava mista, no Distrito Federal, mas o currículo ainda marcava trabalhos manuais para cada sexo e vigilância pela

preservação da moral.

O modelo ideal de educação não chegava em todas as escolas e, segundo Schueler (2008, p. 6), “o insucesso e a dificuldade de concretizar o ensino primário público estavam no enfrentamento de dificuldade insuperáveis como as desigualdades regionais e o jogo político estadual e local”.

2.3 Sobre as reformas de ensino

Como citado anteriormente, cada reforma trazia uma concepção política, lutas e conceitos atuais para melhorar a educação pública. A elite reformadora do país, os intelectuais reformadores, geralmente ligados ao governo, que tinham algum cargo político, buscavam inspirações fora do país. Ao voltarem, começaram a espalhar novos ideais para construir um novo Brasil. Esses ideais se espalharam na sociedade de várias formas, a imprensa e os congressos, por exemplo, foram veículos privilegiados utilizados para alcançar o máximo de leitores e pessoas possíveis.

Cada reforma buscou um ideal, com a nova visão de educação e a população analfabeta sendo um freio, a educação em massa estava no alvo da sociedade e cada reforma tinha suas consequências. A expansão da escola era comprovada pelo número de construção de escolas e o aumento de matrículas, mas a consequência é a de que, em uma reforma de ensino, muitos ficaram de fora da escola, por diversos motivos, e geralmente era o pobre, o negro, a pessoa com deficiência ou quem precisava trabalhar.

A menina estava matriculada na escola e a mulher estava ocupando alguns espaços de trabalho, no entanto, privadas do convívio com o sexo oposto, tendo diferentes aprendizagens na escola ou até não podendo ocupar cargos que se diziam masculinos. O que dizer também dos prédios monumentais e modernos quando, em escolas isoladas, a imprensa publicava que faltavam recursos.

Com essa dualidade de realidade, se faz necessário pensar sobre as reformas, o que cada uma delas buscava, e questionar até que ponto tais

reformas foram realmente eficazes e tiveram seus objetivos alcançados.

Primeiro, é preciso pensar o que almejava cada reforma e quais inspirações buscavam os reformadores. As reformas de São Paulo e do Distrito Federal, consideradas no período republicano nas posições de Sampaio Dória, Carneiro Leão e Fernando de Azevedo, apresentavam a mesma concepção, que a nova nação seria construída pela educação. Certamente, os intelectuais ligados à gestão desses Instrutores Gerais da Educação buscavam inspirações em outras culturas para repensar o Brasil.

Destacam-se aqui os estudos de Warde (2002), que descreve a visita de Oscar Thompson à Exposição Universal de St. Louis, em 1904. A exposição aconteceu no Mississippi e trazia o que era de mais moderno. Com essa exposição, os Estados Unidos passaram a impressão de que podiam *inventar* e *reinventar* o homem, com isso, colocaram a educação no topo da hierarquia, acreditando que ela pode conduzir o homem à plenitude. Thompson, em 1904, era diretor da Escola Normal e, ao retornar, trouxe muitos materiais considerados modernos para a época, inclusive uma cartilha para a alfabetização em massa, o que era considerado uma revolução.

Outro destaque é o relatório de Isaías Alves que, após viajar para os Estados Unidos, em 1933, escreveu um documento para o Ministro da Educação e Saúde Pública, descrevendo o que observou em sua viagem. A educação, descrita por Alves (1933, p. 52), “é uma forma de vida nacional”. O Patriotismo e a valorização da cultura nacional são construídos pela educação norte-americana, desenvolvida por todos. Em seu relatório, Alves (1933) compara a educação brasileira com a norte-americana e afirma que é preciso mudar os rumos da nossa educação, para propor uma educação com mais investimentos, valorizar a democracia, a ciência e guiar a nação que ainda está indecisa.

Nota-se, portanto, que a educação norte-americana estava em foco mundial, no final do século XIX e início do século XX. Os valores de civilidade, patriotismo, ciência, democracia eram analisados pelos intelectuais reformistas brasileiros e, trazendo essas ideias para o Brasil, novas concepções eram planejadas para a educação.

Outros educadores e intelectuais conheceram a educação de vários países, mas a concepção de educação em movimento atraía os educadores para novos tempos, e esta concepção era observada nos Estados Unidos e em especial em um educador, que influenciou diretamente a educação republicana, John Dewey.

Dewey foi considerado um grande pedagogo, americano, estudou fisiologia, conheceu a Teoria Darwinista e desejou que o mundo se organizasse como um organismo humano. Em sua concepção, acreditava que o educando aprendia fazendo, experimentando, investigando, vivenciando. Assim, formaria uma mentalidade moderna, científica e aberta à colaboração com todos do meio (VAROTTO, 2012).

Essa educação em movimento, o ensino da democracia e uma nova visão de educação inspiraram os reformadores republicanos, no Brasil, e em outros países. Os ideais de Dewey e suas obras influenciaram muitos países, principalmente na superação da educação e da sociedade pós-guerra ou crises. Seu pensamento filosófico faz refletir sobre o ser humano, a difusão da ciência e a educação como libertadora das capacidades intelectuais e colaborativas sociais (VAROTTO, 2012).

Essas concepções eram justamente o que os intelectuais, no Brasil, buscavam para reconstruir a nova nação, e a proposta da Escola Nova começava a se difundir no Brasil. Essa fase da busca de novas ideias pode ser entendida como a primeira fase de uma escola nova. A apropriação do entendimento da infância, da criança e da educação expandiu o pensamento dos educadores e intelectuais e, após 1920, o movimento da Escola Nova começava a se opor à educação, vista como tradicional dos tempos do Império. Esta também era uma maneira de apagar o passado não muito distante da educação (CUNHA, 2001).

Importante também destacar que o movimento escolanovista não atingiu somente a educação, mas outras áreas da sociedade. Depois da década de 1920, com a efervescência de novas ideias e do progresso, a industrialização, a ampliação do comércio, as fábricas exigindo um novo trabalhador, apostavam que a ciência teria novos rumos. Neste sentido:

[...] o desenvolvimento das ciências e de novas tecnologias, a extensão do modo de vida urbano, o trabalho industrial, as novas profissões, a consolidação do capitalismo e a heterogeneidade social foram fatores que contribuíram para uma nova perspectiva em relação à instituição escolar: seus sujeitos, tempos e métodos (MARTINS; REIS, 2016, p. 200).

Essas concepções de que a criança aprende experimentando, observando, explorando novos ambientes e de um ensino enciclopédico, se materializavam na construção dos prédios das escolas, nos laboratórios de experimentação, nos espaços arejados, escolas com jardim e pátios arborizados para a observação da natureza, na ampliação dos currículos e na formação dos professores como “novos pedagogos”. No capítulo a seguir, observam-se publicações de revistas pedagógicas que intitulam como pedagogo “vistas curtas” aqueles que não se adequam à coeducação ou que não abrem o olhar para novas concepções.

A construção das Escolas-Modelo, em São Paulo, ou das Escolas de Aplicação, no Distrito Federal, mostrava uma nova concepção de formação dos professores, que precisavam aprender fazer, aprender a observar, melhorar a prática pedagógica e observar a infância de outra maneira, esta também era uma ação do escolanovismo.

Em 1930, o Manifesto dos Pioneiros da Educação ajudou a impulsionar uma nova dinâmica das relações escolares. A ciência foi exaltada em todos os setores, escola, sociedade, indivíduo. A imprensa ajudou a inculcar novos pensamentos e, neste período, a mulher também começava a ocupar um novo lugar. Sobre este tema veremos no tópico a seguir.

2.4 A Menina e a Mulher na escola e na imprensa

Proclamada a República no Brasil, mudam-se os tempos, as concepções e o pensamento. A ideia de progresso se converte em um objetivo comum para os condutores do país, para a educação, a industrialização e o progresso. Mas, diante de todas as mudanças sociais, onde estava a menina e a mulher?

O período republicano coloca a menina e a mulher em diferentes

espaços da sociedade. Mesmo com o pensamento do período colonial, do patriarcado e os cargos mais importantes sendo ocupados apenas por homens, a década de 1920, principalmente, foi o período em que a menina ocupava mais vagas nas escolas e as mulheres ocupavam mais lugares na sociedade, no mercado de trabalho e na imprensa.

Algumas funções se abriram para a entrada da mulher nesse nicho, por exemplo, a enfermagem, já que a mulher era vista como a pessoa especial para cuidar. Além disso, os movimentos higienistas estavam valorizados devido aos males que assombravam à sociedade, mas os médicos eram homens.

As mulheres entraram também na educação com mais vigor, no entanto, a imagem da mulher que educava e cuidava dos filhos estava relacionada com a pessoa ideal para cuidar e educar das crianças na escola. A imprensa feminina percebeu que poderia abrir um campo para as mulheres leitoras e aumentavam os movimentos femininos, colocando a mulher em diferentes funções.

Conforme citado anteriormente, havia escolas masculinas, femininas, mistas, noturnas etc. As escolas mistas estavam em maior número nas escolas isoladas, longe das capitais, no interior e em áreas agrícolas. As escolas isoladas no interior eram mantidas pelo fato de não ser possível manter escolas separadas, para conter gastos públicos. No entanto, crescia o ideal de coeducação e de uma escola para todos, mesmo com o pensamento sexista, a escola mista foi considerada como uma ideia de escola moderna.

Com relação às matrículas de meninos e meninas em idade escolar, destacam-se os estudos de Monarcha (1999). O autor descreve que o número de **matrículas geral** na Capital, em 1914, era de 10.187, e no Interior, era de 47.951. Sobre as escolas reunidas, em 1914, o número de matrículas geral era de 2.329. Nesses números, estão contidas as histórias daqueles que participaram de uma educação com novos pensamentos, que adentraram em espaços que deveriam ser privilegiados para ampliar o conhecimento. Alguns conseguiram, outros ficaram à margem de uma educação precária. Outras ainda, que entravam na escola, mas aprendiam a bordar e costurar, enquanto outros desenvolviam estudos de cálculos.

O investimento das escolas nas capitais dava o sinal de alerta para um novo futuro, assim como as Escolas Normais, os Grupos Escolares ou as Escolas-modelos recebiam o que era de mais moderno. As meninas estavam na sala de aula, pois as classes eram abertas em números equivalentes, mas vale lembrar que, nas capitais, lugar de desenvolvimento do país, e de outro convívio social, as ideias sexistas eram fortes. Então, a menina permanecia – em algumas escolas – em salas separadas, em alas femininas ou em horários específicos. As lutas pela coeducação ganhavam mais força, inclusive na imprensa, no entanto, algumas escolas não ousavam aprimorar as ideias e “andavam de mãos dadas com o pensamento da sociedade”.

As escolas isoladas tinham o maior número de matrícula, Monarcha (1999) destaca que alguns lugares eram considerados como:

[...] locais insalubres, desprovidos de ar, luz e higiene. Criadas anualmente pelo Poder Executivo, muitas permanecem vagas, por falta de professores dispostos a lecionar em locais longínquos e ermos, a troca de um baixo ordenado (MONARCHA, 1999, p.229).

Diante desse fato, mais meninas ficavam fora da escola, sem receber a instrução necessária e, mais professoras fora da profissão, e quando estavam dispostas a lecionar, nas escolas isoladas, eram em condições precárias de trabalho.

Para as escolas mistas eram nomeadas professoras, e como crescia o número de escolas desse tipo, logo crescia também o número de mulheres docentes, sobre essa questão, Monarcha afirma que:

Os normalistas representam um grupo profissional em rápido crescimento desde a década de 1890. Por volta de 1914, o número de professores primários no estado de São Paulo eleva-se a três mil, sendo um terço do sexo masculino; e, no final da década, o conjunto de escolas normais secundárias e primárias a procura das gerações mais novas – particularmente das mulheres – pelos institutos profissionais sediados na capital e interior (MONARCHA, 1999, p. 239).

A procura pela docência aumentava, pois a mulher percebia aí um espaço para ganhar mais autonomia e ter uma profissão, mesmo com ordenados pouco atrativos, era uma forma de prestígio social ser professora.

A presença da menina na escola feminina cumpria o currículo estabelecido pelas leis e decretos (descritos no capítulo III desta pesquisa). Aulas de trabalhos manuais, a presença da professora, a ginástica, a valorização da puericultura e aprendizagens de prendas domésticas descrevem um universo feminino, no qual “encaixavam” a mulher, ou seja, seu lugar estabelecido na sociedade. Na escola mista, ainda com a presença da professora, os corpos, os comportamentos e a interação eram alvos de constante observação para preservar a moral. Quando meninos e meninas estavam na mesma classe, a cultura escolar da separação de corpos e separação de papéis sociais prevalecia.

Sobre a moça, estudante da Escola Normal, também é um detalhe importante. Conforme descrito na Introdução desta pesquisa, moças e rapazes eram formados na Escola Normal, mas em alas separadas (femininas e masculinas). Outro detalhe é que questionava-se o agrupamento de meninos e meninas na mesma escola, pois se necessitavam ser educados para diferentes destinos, esta seria uma educação viável?

O número de escolas mistas crescia na República (fato demonstrado no capítulo III desta pesquisa), as meninas e moças estavam ocupando mais espaços na escola. A mulher, sendo professora, estudante, leitora ou apenas mulher, ocupando outros espaços, também aparecia na imprensa e a maneira que era retratada, é uma questão interessante a ser refletida.

Villela (2009) destaca que a profissionalização da mulher nem sempre foi tranquila, elas conseguiram conquistar um espaço via magistério, mas o enquadramento dos corpos, a disciplina e a condição feminina estavam ligadas à moral e à vigilância. A presença da mulher nas escolas normais foi considerada incômoda por cinco décadas.

Todavia, essas instituições tiveram grande dificuldade em lidar com a nova realidade. Na província do Rio de Janeiro foram feitas várias tentativas, todas mal sucedidas: colocar rapazes e moças em dias alternados, posteriormente em horários diferenciados e, em 1874, em prédios separados. Como a sociedade reagisse contra a ideia de coeducação, só em 1880, diante de uma maciça maioria feminina, ela iria finalmente ocorrer. Frente às dúvidas das famílias e das investidas dos jornais da época, o diretor teceu longa justificativa, demonstrando o funcionamento do seu indefectível sistema de

vigilância que julgava superior, por exemplo, ao da escola normal de Pernambuco. Naquela província, os professores davam aula simultaneamente a alunos e alunas com o recurso de um muro construído no meio da sala, o que permitia terem a visão da turma sem que os dois grupos enxergassem (NOGUEIRA, 1838 *apud* VILLELA, 2009. p. 70).

Muros foram construídos na sala de aula como um recurso viável, mas apesar de ser algo real (feito de tijolos, provavelmente), representava a separação sexista que a sociedade impunha (que estava presente nas memórias, nos pensamentos e nas ações). Os muros de separação estavam presentes na indústria, na Igreja, na escola, nas profissões. O muro pode ser considerado um símbolo a ser derrubado na Primeira República.

Para ser aluna da escola normal era preciso desenvolver boas atitudes intelectuais e morais e, assim, internalizar condutas, posturas e gestos adequados. O autocontrole feminino, o severo controle, a prudência, a obediência, o recato e a decência deveriam fazer parte da normalista que almejava ser professora na sociedade (VILLELA, 2009). Em seus estudos, a autora analisa a entrada da ginástica no campo educacional, especificamente na Escola Normal. Ao ser obrigatória a ginástica no currículo na formação das professoras, houve recusas para a participação pelas alunas. Num estado de convencimento, diretor de escola e médicos tentam justificar a necessidade da prática da ginástica por vários motivos, como por exemplo, retardar a puberdade. A autora também questiona se a recusa pela ginástica no campo escolar se devia ao fato de que a ginástica como obrigatória seria uma maneira de disciplinar, adestrar o corpo ou que os movimentos femininos eram tão marcados pela religiosidade e pelo patriarcado que, de alguma forma, haveria repressão em certos movimentos.

Outro caso que Villela (2009) descreve é sobre duas alunas que tiveram na escola um momento de gritos e choros. O diretor da Escola Normal, que também era médico, atribuiu muita importância ao fato e afastou as alunas para que pudessem se tratar. O caso é que as alunas poderiam ter manifestado o choro e os gritos por vários motivos, inclusive externos à escola. No entanto, o fato de a psiquiatria estar se desenvolvendo e de a mulher ser considerada frágil, atribuíam a histeria aos males do útero, ligados à saúde emocional da mulher.

Neste período, o governo declarou que a aluna que sofresse de histerismo precisava ser excluída para que não contaminasse as outras alunas. Uma atitude considerada louvável na época. Ao descrever esse episódio, a autora questiona quantas vozes, gritos, choros e soluços foram silenciados com esse decreto ou mesmo com o julgamento do diretor da escola. Por medo de expulsão, de não se formarem ou de carregarem a marca de histérica na comunidade, o corpo, a voz ou a demonstração de sentimentos eram aprisionados dentro de cada mulher.

Villela também ressalta a imagem que a mulher precisava demonstrar na sociedade:

[...] o corpo da mulher figura sempre onipresente, mas contraditoriamente a esse corpo exibido o silêncio as aprisiona, fecha suas bocas. As convenções ensinam às mulheres da “boa sociedade” a serem discretas, segundo códigos que variam de acordo com o lugar e o tempo em que vivem. Seus seios, pernas, barriga são objetos de censura; os cabelos, símbolo da feminilidade, devem ser disciplinados, perfeitos; a mulher deve ter gestos contidos, assim como seus olhares, tom de voz e a expressão de suas emoções; o riso solto lhe é proibido pelas convenções; as grandes diferenças culturais, religiosas, étnicas, etc. escondem tabus que determinam o rumo das suas vidas. Carregam os silêncios de seus corpos, que a história ainda ousou pouco em revelar (VILLELA, 2009. p.79).

Esse controle do corpo, da voz e da expressão de sentimentos permeavam meninas, moças e mulheres, que estabeleciam padrões de comportamento para todos os lugares. A disciplina do cabelo, da roupa, do sorriso, do comportamento, estava na sala de aula, na igreja, nas ruas, no lar. O controle pelo sexo feminino chegava ao extremo para que a sexualidade não fosse questionada e a mulher não se tornasse uma ameaça ao papel que lhe foi imposto.

Cabe refletir também que, apesar de tantas disciplinas e modelos de comportamentos na carreira docente, muitas mulheres se submetiam a incorporar e se encaixar nos “moldes” de uma verdadeira professora e de uma verdadeira mulher, talvez para ter um espaço social mais respeitável, ou talvez esperavam uma oportunidade para lutar contra tais padrões através da imprensa, de manifestações ou mesmo com ações isoladas. O fato é que a visão da mulher na sociedade era alvo de controle, disciplina, docilidade, fragilidade e

motivo de constante vigilância.

Felizmente, a luta por um espaço começou a ganhar força no final do século XIX e início do século XX, não apenas permeada por uma educação para todos e todas, com direitos educacionais iguais, mas também, direitos a ocuparem mais espaços na sociedade. Martins (2001) destaca que a literatura, a imprensa, o rádio e o teatro foram veículos utilizados para espalhar novas ideias femininas, lutar contra a cultura do patriarcado e questionar valores impostos pela igreja e pela sociedade às mulheres.

Na São Paulo da virada do século, a imprensa feita por mulheres:

Contemplou iniciativas de ordem vária, abrindo espaço para a voz feminina, manifestada em vários diapasões, dimensões e discursos. Cultivaram a *Rainha do Lar*, mas trouxeram à baila as reivindicações do gênero, reprovando a dominação masculina, propaganda o divórcio, o sufrágio feminino e na esteira desse, o movimento feminista (MARTINS, 2001, p. 373).

A voz das mulheres e suas lutas estavam nas revistas e nas edições das revistas, muitas vezes com pseudônimos, escondidas, outras vezes abertas, discriminadas ou apoiadas. Lutar contra a cultura do patriarcado e da disciplina feminina precisava ocupar os espaços disponíveis, ou mesmo, “lutar com armas que podiam”.

A imprensa abriu caminhos para diversas formas para ser mulher na primeira República. A mulher da elite, da classe média, operária, aquela que batalhava pelo feminino ou sufragista, ou mesmo a que zelava pela conduta moral, todas buscavam um lugar na imprensa periódica para se manifestarem.

Martins (2001) ressalta que a imagem da mulher foi sendo modificada e ressignificada pela imprensa periódica por dois caminhos, o texto e a imagem. As inovações da impressão, a cor na imprensa e o desenvolvimento da propaganda vêm na mulher leitora de textos ou imagens um veículo para vender mais produtos.

A autora descreve que a mulher da elite leitora, consumidora e conhecedora dos produtos em voga, investia no campo do comércio e do

consumo. Além disso, era trazida a imagem da mulher da Europa, da moda e dos costumes, assim, ditava-se o que a mulher usava ou que lugar devia frequentar e fazia-se da mulher da elite brasileira uma mulher moderna.

Dentre as publicações da mulher da elite moderna, também era expresso o modelo de mãe ou rainha do lar, mas abria-se a oportunidade da modernização do modelo feminino, colocando a mulher também como esportista, educadora e até mesmo sufragista e feminista. Martins (2001) ressalta que as imagens e reclames nas revistas traziam mensagens subliminares que ditavam normas de condutas para mulheres, ou mesmo modelos importados que foram sendo incorporados à cultura brasileira, mais uma vez valorizando o modo de viver de outra cultura (MARTINS, 2001).

A autora destaca ainda que os variados segmentos da imprensa traziam diferentes valores a serem incorporados. Havia periódicos que afirmavam que a mulher era a rainha do lar e a mãe de família, ressaltando a educação moral e religiosa. Outras traziam a mensagem de mulheres leitoras modernas, gentis, as operárias que traziam a contestação, e vale lembrar que, em muitas revistas femininas, as edições eram feitas por homens, que usavam o pseudônimo de mulheres, tópico que veremos no capítulo III.

A utilização da imprensa para protesto também era combatida com jornais e revistas, dado que o teor religioso ou moral imperava, tentava-se combater as manifestações publicadas contra o patriarcado. Neste sentido:

Qualquer alteridade desses papéis conferidos à mulher e estigmatizava como violadora do sistema, sobrecaíndo-lhe a pecha de pecadora, leviana, de conduta imoral face aos padrões vigentes. Por outro lado, são inúmeros os textos desta mesma imprensa, também de produção masculina, que noticiaram as lutas das mulheres operárias paulistas, revelando indiretamente sua bravura e formas de resistência (MARTINS, 2001, p. 384).

Outro fato interessante expresso nos estudos de Martins (2001) é que a imagem da mulher moderna era vendida às mulheres nas revistas da elite, pois estas tinham poder aquisitivo para viajar e consumir o que era ditado nas revistas. Para a mulher da classe média era vendido um discurso de economia doméstica ou mesmo de *escrava voluntária*.

A imprensa trazia muitas mensagens subliminares pelas imagens, reclames ou textos. Os periódicos ligados à Igreja ou que ressaltavam a conduta moral traziam propagandas de remédios ou produtos para a beleza ou saúde feminina, mas, na mesma página, fazia um reclame para sífilis, reprimindo indiretamente à prática sexual ou mostrando um “castigo” para as mulheres, ou mesmo trazendo a imagem de mulher frágil diante das práticas sexuais masculinas (MARTINS, 2001).

A imagem da mulher foi construída por muitos olhares e concepções na Primeira República. Em cada espaço ela ganhava uma representação, às vezes, por lutas e, às vezes, por autorizações masculinas, pois para serem editoras e expressarem suas opiniões nas revistas, um homem precisou autorizar. A mulher consumiu, lutou, expressou a visão de uma pessoa com capacidades intelectuais para ocupar vários cargos e funções na sociedade, a mulher educou outras mulheres e se formou também pela imprensa, o que será descrito no próximo tópico.

2.5 A formação da professora pela imprensa e outras vertentes

“Escola e periódico resultaram em espaços privilegiados das letras” (MARTINS, 2001, p. 443). Boa parte da formação dos educadores brasileiros veio por meio dos periódicos. Seja por jornais, revistas ou panfletos, o fato é que, tendo o domínio das letras e sendo um plano da nova época, era preciso formar melhor os mestres. Os veículos foram diversos, assim como as concepções de formação e educação.

Bastos (1997) afirma que a análise dos boletins, jornais ou revistas, feitas por professores, para circular entre os professores, possibilita avaliar a política, as preocupações sociais, as ideologias e as práticas pedagógicas.

Catani, Vicenti e Lughì (1997) destacam que, no período republicano, com as reformas de ensino e a expansão de escola, e o aumento do número de professores, a classe do professorado começa a se organizar e surgem periódicos especializados em questões educacionais para divulgar conhecimento pedagógico, projetos pedagógicos, defesas de melhores salários

e condições de trabalho e da qualidade de ensino. Deste modo, surge a Associação Beneficente do Professorado de São Paulo. Dessa Associação faziam parte professores da Escola Normal, escolas complementares e grupos escolares.

As variações dos periódicos educacionais faziam circular ideais diferenciados, ora políticos, ora com novas ideias, ora doutrinários. Conforme a criação das revistas e os órgãos ligados ao periódico, era permitido uma determinada publicação.

Sobre essa questão, Bastos (1997) adverte que os períodos pedagógicos ligados à Igreja estavam proibidos de publicar notícias contrárias à religião, ou então, os jornais e revistas, criados ou dirigidos pelo governo, espalharam as ideias da nova educação e doutrinava professores, conforme os ideais dos políticos da época.

Muitos periódicos ajudaram o professorado paulista e carioca a inculcar ideias ou auxiliar na formação dos professores, no entanto, vamos destacar, a seguir, apenas dois aspectos da formação por periódico: a criação da Associação Beneficente do Professorado de São Paulo e a formação católica pelo movimento da Cruzada Pedagógica no Distrito Federal.

Catani, Vicenti e Lughì (1997) ressaltam que a Associação Brasileira do Professorado Paulista estava ligada ao governo e, além de espalhar os assuntos e projetos pedagógicos, e das práticas escolares, também exibia matérias com assistência financeira e jurídica em caso de moléstia ou invalidez dos professores. Em 1902, foi criada a Revista de Ensino, periódico também ligado ao governo.

A Revista de Ensino passa pela primeira fase em sua criação, promulgando a qualidade do ensino, condições de trabalho, estruturação da carreira do magistério e organização do sistema educacional. As publicações faziam parte diretamente da formação do professorado, o que ajudava a formar a cultura da profissão docente. Em 1905, há um distanciamento desse periódico da Associação e da burocracia do estado, mas, em 1911, a Diretoria da Instrução Pública retoma para si a edição da Revista (CATANI; VICENTI; LUGHI, 1997).

Os periódicos pedagógicos continuavam em expansão com as reformas de ensino, e os Instrutores Gerais os utilizavam para espalhar ideias, formar professores e promover debates em congressos. Além disso, intelectuais e médicos ajudavam a inculcar novas concepções na docência por meio de periódicos, assunto que será descrito também no capítulo III desta pesquisa.

Em 1907, a Associação Beneficente já tinha 700 membros associados e mesmo com todo o público leitor e estudiosos das revistas, um grupo de professores, sob o comando de alguns diretores dos grupos escolares do Cambuci e do Carmo e um Inspetor Escolar, articulou um grupo para fundar outra associação que não tivesse ligações políticas nem religiosas para defender e amparar a classe docente, então, criou-se o CPP - Centro do Professorado Paulista (CATANI; VICENTI; LUGHI, 1997).

É interessante questionar por que essas mudanças, as ampliações dos periódicos e a criação de outras associações aconteciam. O periódico didático e pedagógico retratavam a luta do professorado, suas concepções metodológicas ou de carreira, mas as influências das pessoas, de seus editores especificamente, publicavam matérias conforme seus interesses. Editores ligados ao governo em algum momento tentariam exibir concepções a favor das políticas públicas, no entanto, professores que conheciam a realidade, certamente sabiam que os protestos contra as “inverdades” precisavam ser publicados. Por exemplo, a expansão das escolas isoladas era retratada pela imprensa, no entanto, os professores que conheciam a realidade da mesma, sabiam que eram classes que coexistiam com as escolas da capital, com toda a falta de estrutura. Com isso, como colocar em prática novas metodologias de ensino sem formar os professores ou sem materiais adequados para os alunos?

Outro ponto de reflexão é que a imprensa pedagógica fazia circular notícias como se a formação de professores estivesse sendo muito valorizada, contudo, precisavam criar sessões para dar assistência para os docentes desamparados ou inválidos. Essa dicotomia de publicações precisa ser ressaltada para que as “verdades” sejam refletidas e discutidas historicamente.

Sobre as influências na imprensa educacional, destaca-se aqui uma influência no Distrito Federal, de Everardo Backheuser. Gonçalves (2018) escreveu um artigo que analisou o movimento educacional denominado A

Cruzada Pedagógica pela Escola Nova, liderado por Everardo Backheuser. Na reforma estadual de ensino, quando Fernando de Azevedo liderou a reforma na década de 1920, a esposa de Everardo, Alcina Moreira de Souza, com outros nomes do magistério público carioca, organizaram conferências, cursos, seminários e explicações pedagógicas. Everardo estava envolvido com a educação primária e fazia parte das discussões da formação dos professores, método e ensino de pedagogia renovadora e ensino religioso. Participou da imprensa periódica, produzindo manuais e também de projetos especificamente elaborados na gestão de Fernando de Azevedo, Diretor da Instrução Pública.

Backheuser era engenheiro da Prefeitura e Geógrafo, em seu trabalho percorreu a cidade nos lugares mais pobres e escreveu o artigo “*Onde moram os pobres*”. Depois que se aposentou começou a se envolver com as questões do ensino público e se converteu católico. Para além das questões estritamente escolares, a Cruzada engajou seus adeptos na luta pelo ensino religioso “a fim de viabilizar o que a Igreja preconizava como alternativa mundial à civilização moderna” (GONÇALVES, 2018, p. 283). O ideal de educação para Backheuser era que o *Ensino com Deus era melhor do que o ensino contra Deus*. Em dezembro de 1928, o intelectual criou a Associação Fluminense do Professorado Católico, pregando sempre que era preciso proclamar o Reino de Cristo na escola e no lar.

É interessante destacar também que a Cruzada nasceu a partir da aproximação de Everardo e Fernando de Azevedo. Ambos defendiam a imbricação entre a escola ativa e o ensino religioso. Conforme mobilizavam-se os professores católicos, era possibilitada uma inserção ativa da igreja, por meio dos intelectuais e lideranças hierárquicas. Era a ação católica em movimento, escolarizada e atenta aos novos rumos que a Reforma de Fernando de Azevedo empreendia nas instituições públicas de ensino carioca (GONÇALVES, 2018).

No movimento da Cruzada Pedagógica, ambos os poderes (Igreja e Política) utilizaram a imprensa pedagógica, debates, congressos e publicações eram usados para influenciar o professorado carioca. Essas imbricações de concepções influenciavam diretamente nas práticas pedagógicas e na cultura escolar que se perpetuavam nos ambientes. A dificuldade de implementação de modelos pedagógicos, que todos os reformadores almejavam, encontrava uma

barreira neste ponto, a formação dos professores pelos impressos pedagógicos.

O professorado congregou com seus pares que partilhavam de seus ideais. Quando a literatura afirma que a Igreja Católica e os intelectuais conservadores eram contrários à Coeducação, logo, informações que eram veiculadas pelos periódicos pedagógicos ligados à Igreja ressaltariam a separação sexista no ambiente escolar, ou não ousariam colocá-la em prática na sala de aula.

Bastos (1997) afirma que revistas, jornais, etc., são importantes veículos e foram utilizados, no período de efervescência educacional, como elemento político e doutrinário. Doutrinar, então, era um objetivo presente em todos os sentidos e por vários meios. Doutrinava-se a menina, o menino, o trabalhador da fábrica, a mulher, o homem, o professor e a professora e, nessa doutrinação de corpos e mentes, a imprensa em geral teve um papel ativo e importante.

No capítulo a seguir serão verificadas as publicações sobre a Escola Mista e a Coeducação. Se a imprensa é um importante veículo, se a sociedade estava sob a dualidade de uma nova educação, mas também de comportamentos arcaicos, as defesas e posições contrárias a essa parte importante da história, que foi reunir meninos e meninas no mesmo espaço, desdobram-se em notícias e podem mostrar a realidade da época de maneira clara ou trazer mensagens escondidas, inculcando valores e perpetuando uma cultura escolar de separação.

CAPÍTULO III - OS RUMOS DA EDUCAÇÃO NA DÉCADA DE 1920 E AS PUBLICAÇÕES SOBRE A ESCOLA MISTA E A COEDUCAÇÃO NA IMPRENSA PERIÓDICA

Na década de 1920, no imaginário social, emergiu a ideia de que era preciso abandonar hábitos velhos e coloniais e dar, ao Brasil, novos cidadãos para acompanhar o progresso que o país precisava para se igualar aos países estrangeiros, nos quais a indústria e os intelectuais¹⁶ que pensavam o Brasil já tinham contato com tais ideais através de viagens. Aos intelectuais ficou o cargo de definir a nova identidade social e pensar no país moderno (ACCÁCIO, 2005). Para construir essa nação moderna, a sociedade acreditava que o Estado seria o unificador do país, em termos sociais, políticos, sociais e educacionais.

A construção desse novo projeto social e nacional teria a educação como seu desencadeador. Em São Paulo, com Sampaio Dória, e no Distrito Federal, com Carneiro Leão e Fernando de Azevedo, a educação toma novos rumos, pois é agregada com a ideia de que o cidadão brasileiro precisava ampliar seus estudos.

Para Carvalho (2003), a escola foi, no imaginário republicano, o local perfeito para instalar a nova ordem social e a arma para efetuar o progresso. A população cobrava da Instrução Pública o abandono dos analfabetos de letras e ofícios em todo o país. Já que a escola era o cenário escolhido para mudanças,

¹⁶ Sobre os intelectuais aqui, se destaca a obra de Vieira (2008), que define o Intelectual como mediador dos conflitos sociais, dirigente e organizador da cultura e como produtor do capital simbólico. Em seus estudos, destaca que, no século XIX, devido às condições materiais e de organizar de outras formas a cultura neste período, e tendo a seu favor os jornais e revistas que aumentavam cada vez mais sua circulação, favorecia-se a formação da identidade dos intelectuais protagonistas políticos. O autor destaca também que os intelectuais participaram da formação de ideias, atuaram de forma organizada em questões sociais, mas essas ideias continham grande apelo cívico. Esses homens, denominados intelectuais, criaram sua própria imagem, competentes, que operavam a palavra, com discursos em lugares valorizados pela imprensa, heróis, com a missão de defender os interesses políticos. Vieira (2008) sinaliza também a ideia de Gramsci sobre os intelectuais que os define como aqueles que organizavam a cultura, mas com uma autonomia relativa em relação aos grupos sociais que eram vinculados. Bourdieu também é citado como referência nos estudos de Vieira. Bourdieu define os intelectuais como produtores do capital simbólico, sendo detentores do capital cultural. Em sua atuação, internalizam esquemas e visões que naturalizam as hierarquias e as relações de poder.

então, era preciso que houvesse a reforma moral e intelectual do sistema de ensino.

A preocupação de importar modelos pedagógicos e ideias educacionais do estrangeiro começou a ser questionada se, de fato, era a solução para os problemas educacionais. As ideias, tanto do Brasil, como dos outros países, eram de que todo cidadão precisava de instrução para colaborar com o progresso do país, ou seja, o analfabetismo impedia a modernização de qualquer país. “Educar era uma obra de moldagem de um povo” (CARVALHO, 2003, p.13).

A organização do trabalho era necessária para instalar a ordem e o progresso, visto que, no Brasil, a desordem arrastava dos velhos tempos o abandono da nação. Era preciso colocar em ordem a proliferação de doenças, a improdutividade, a resistência da população urbana sobre trabalho adequado e remunerado, a imigração, os anarquistas e a população pobre perdida na *vadiagem*. Para organizar o trabalho da nação, era preciso *regenerar* o brasileiro¹⁷.

Regenerar as populações brasileiras, núcleo da nacionalidade, tornando-as saudáveis, disciplinadas e produtivas, eis o que se esperava da educação, erigida nesse imaginário em causa cívica de redenção nacional. Regenerar o brasileiro era dívida republicana a ser resgatada pelas novas gerações (CARVALHO, 2003, p. 14).

Para a organização do progresso, era preciso organizar, produzir e disciplinar (CARVALHO, 2003), e a escola era o lugar cívico que poderia ser utilizado para “moldar pessoas”. Com a escolha da escola como lugar ideal, especial atenção foi dada à educação e, com isso, cresceram as ideias

¹⁷ Sobre o termo “regenerar o brasileiro”, Herschmann e Pereira (1994) revelam que o início do século XX foi a época de organização físico-espacial e de internalização de vários modelos. Os reformadores intelectuais e as elites que planejavam as mudanças estavam preocupados que os indivíduos ficassem tentados a se entregarem a velhos hábitos, considerados coloniais ou do tempo da escuridão, como por exemplo, prostituição, jogatina, jogo do bicho, briga de galo, capoeira. Uma nova nação precisaria incorporar novos modelos baseados na ciência e nos costumes europeus. As reformas teriam de fazer com que o sujeito desejasse construir um novo mundo e deixar o velho mundo para trás. Os autores ressaltam ainda que os intelectuais da época acreditavam que uma reforma se faz do “alto para baixo”, ou seja, a elite projeta e o cidadão executa e, para evitar crises, conflitos ou revoluções, espalha-se a ideia de um novo Brasil, incorporando outros hábitos, se regeneram.

antirracistas, a exclusão do imigrante e a falta de instrução para o trabalho, além do analfabetismo que era considerado o *freio do progresso social*.

Outro problema que assombrava a ideia de progresso era a educação do povo sertanejo. Com a abolição da escravidão, o serviço no campo precisou ser ressignificado, assim cresceu o número de pessoas pobres nos centros urbanos, imigrantes do campo, antigos escravos e outros excluídos. As pessoas não ficavam trabalhando no campo e não se adaptavam ao trabalho na cidade, pois estava acontecendo o fenômeno da industrialização.

Outro era o teor da dívida republicana a ser resgatada, segundo Vicente Licínio Cardoso, intelectual que cunhou a expressão *pensar o Brasil* nos anos 20. Propunha que se revisse a historiografia estabelecida sobre o advento do regime republicano, criticando-lhe a desconsideração dos fenômenos sociais e econômicos [...] Para Licínio, além de ser preciso enfrentar a “complexidade do problema econômico agrícola (campônios sem instrução e sem máquinas)”, urgia também resolver “a gravidade do problema industrial urbano num país de capitais pequenos e, de outro lado, de recursos frouxíssimos em ferro e carvão” (CARVALHO, 2003, p. 16-17).

Para solucionar este problema, espalhou a ideia na sociedade que o povo não precisava só aprender a ler, mas também desenvolver a consciência de valorizar o local que está, com isso, o homem do campo ficava no campo, trabalhando e valorizando o seu espaço e evitaria a superlotação da cidade.

Quando os antigos escravos ou o homem do campo migraram para a cidade, estes passaram a ser a mão de obra barata, logo, formou-se o seguinte cenário: Mão de obra barata, falta de instrução e analfabetismo, que resultariam em um **empecilho para o progresso** (CARVALHO, 2003).

Para Carvalho (2003), um dos destaques nos planos da educação eram as construções de grandes edifícios educacionais. Estes simbolizavam o poder da educação e a força da instrução para o povo, e traziam a ideia de que a escola tinha de se modernizar em todos os sentidos e, para tanto, era preciso preparar as mentes para o progresso dos anos futuros. Neste período, aumentava o número de professoras que foram formadas nos Estados Unidos e voltaram para o Brasil para implementar novas ideias.

Para Sampaio Dória, a alfabetização, em São Paulo, era a “questão Nacional por excelência” (CARVALHO, 2003). O projeto de Sampaio Dória era ideológico da Liga Nacionalista de São Paulo e trazia a visão de que a escola primária não era apenas um lugar para alfabetizar, mas sim, um espaço de estimular o desenho, o canto, os jogos, a educação inicial da inteligência, estudar a linguagem, o cálculo, os exercícios, a educação moral e cívica, valorizar as tradições do Brasil etc.

Mesmo tendo esse ideário, as metas e a falta de recursos impediam o desenvolvimento dos projetos de educação, instalando-se um dilema: oferecer uma escola de 4 anos para poucos ou o ensino elementar de 2 anos para todos.

No Distrito Federal, Carneiro Leão iniciou a Reforma da Instrução Pública e objetivava métodos de ensino ativo, modernidade no ensino e novas práticas pedagógicas. Quando Fernando de Azevedo assumiu a Direção Geral da Instrução Pública, em 1927, havia a preocupação de uma educação pedagógica modelar (VIDAL, 2007). A educação no estado ressaltava as diferenças das classes sociais e a educação de qualidade chegava para poucos, e no imaginário carioca era firmada a ideia de que os mais pobres *desvalorizavam* a educação. Fernando de Azevedo acreditava que era preciso organizar o trabalho pedagógico, e em seus discursos defendia que os cargos públicos deveriam ser ocupados sem favoritismos políticos, para isso, haveria concursos com critérios de classificação para nomeação. Outra perspectiva de suas ideias se caracterizava com a formação de professores, organizar a escola como espaços abertos para receber as visitas dos inspetores de ensino, além de manter os documentos escolares organizados.

Em São Paulo, foi lançado, na década de 1920, o Recenseamento Escolar a fim de identificar onde estavam os analfabetos que eram o freio do desenvolvimento. Essa campanha foi enaltecida pela imprensa periódica e, segundo Mathieson (2018), se tornou uma campanha cívica de combate ao analfabetismo. Com os dados levantados pelo recenseamento escolar, era possível identificar e quantificar onde estavam as crianças analfabetas e seria possível planejar as ações para instruir o povo. As fichas de preenchimento eram diferentes na cidade e no campo, e contou com a colaboração de

pessoas voluntárias ou ligadas à Liga Nacionalista de São Paulo.

Mathieson (2018) destaca que os ritos de preenchimento do recenseamento, os mitos, as alegorias e os símbolos influenciaram no imaginário social, estava ali se definindo uma nova identidade social. Chartier (2014) afirma que as ideias de mudanças no comportamento dos sujeitos introjetam ou descartam concepções por meio da imprensa.

Os jornais que mais publicaram e apoiaram o recenseamento escolar em São Paulo foram: *Correio Paulistano*, *O Estado de São Paulo* e *o Jornal do Comércio*. As matérias publicadas foram emblemáticas, ressaltando a importância do preenchimento das fichas com os dados das crianças. Além de incentivar o recenseamento, a imprensa elucidava o resultado dos dados coletados, mostrando o número de analfabetos, salientando a gravidade do abandono da população, ademais atrelava a isso as publicações das ações do governo para combater o analfabetismo (MATHIESON, 2018).

No Rio de Janeiro, a revista *A Escola Primária*, que era da Associação Brasileira de Educação, tinha como um dos seus participantes Fernando de Azevedo. Essa revista era um dos veículos da imprensa para espalhar as ideias de uma nova educação.

Dentre tantos desafios que a Instrução Pública precisava superar, um dos ideais era a escola para todos, escolas para meninos e meninas, recebendo a mesma educação. A escola do período colonial, que pensava a educação de forma separada para os sexos, vivia o dilema economizar criando escolas mistas ou manter escolas separadas sem recursos suficientes. Nesse sentido, se a imprensa foi o veículo escolhido, logo as escolas mistas foram aparecendo nas publicações como um dilema que precisava ser superado, pois, um país moderno educava meninos e meninas no mesmo lugar, assim como em outros países.

As verificações na imprensa periódica da década de 1920 foram feitas exclusivamente pela Hemeroteca Digital Brasileira e, tendo o foco desta pesquisa na escola mista e na coeducação, é possível verificar o que foi publicado e comparar o que circulava na imprensa nas duas capitais – São Paulo e Distrito Federal – e o que era divulgado para a população. Defendendo

ou negando, o fato é que, em uma década, as publicações trazem à tona a posição do governo para a escola mista e as reações da população, o que podemos verificar de modo breve nos termos que trazem as publicações.

Apresentamos, a seguir, as informações do periodismo que circularam no Distrito Federal e em São Paulo, na década de 1920. Como afirmado anteriormente, foram selecionados termos e categorias específicas, expostas pelos próprios impressos e que pudessem orientar a conjugação e o alcance dos objetivos e problematizações da pesquisa.

3.1 Sobre o termo Coeducação:

As publicações de São Paulo não evidenciam debates ou posicionamentos com o termo coeducação. Foram verificadas apenas propagandas de um colégio que oferecia a coeducação na Educação Infantil divulgada numa revista da elite paulistana – *A Cigarra*. Na HDB, não há mais ocorrências de outros jornais a esse respeito. Os debates com posicionamentos a favor ou contrário da escola mista aparecem mais com o termo *Escolas Mistas* (no plural). Os posicionamentos contrários, geralmente, são ligados aos grupos religiosos ou conservadores.

No Rio de Janeiro, o periódico com o maior número de ocorrência é a revista *A Escola Primária*. Essa revista estava sob a direção dos Inspectores Escolares do Distrito Federal, que defendem a coeducação, não tendo nenhuma ocorrência de posições contrárias a esse sistema misto de ensino. Defendiam o benefício da coeducação, mas relacionam a coeducação aos benefícios da convivência para um futuro casamento. Defendem também até os 12 anos a coeducação, depois precisam tomar outros rumos e receber a educação adequada para cada sexo. Há a ocorrência de que o Inspetor Geral de ensino defendia a ala feminina e masculina nas escolas mistas para que cada sexo tenha a educação que necessite.

Algumas ocorrências trazem exemplos de escolas nos Estados Unidos, que defendem a coeducação e retratam as experiências de escolas e das famílias. O Jornal *A Cruz* traz um discurso bem contrário à coeducação, e esse

destaque é feito de maneira ofensiva, defendendo a moral que tanto prega o cristianismo. Foi verificado também, em uma publicação da construção de uma escola coeducativa, para os filhos dos oficiais da marinha de guerra, a notícia de que dois freis da Ordem Franciscana estavam presentes para dar a bênção no prédio em construção.

Sobre o termo coeducação, também há publicações sobre experiências de *classes especiais* relatadas de outros países, tanto para surdos quanto para outras deficiências. A educação especial era ofertada em classes mistas. Não aparecem publicações sobre as classes especiais no Brasil, pelo menos nos acervos da HDB. Todas as classes especiais de outros países eram coeducativas.

3.2 Sobre o termo Escolas Mistas (no plural)

Nas publicações nos periódicos de São Paulo, esse termo revela assuntos diversos como: pedido de abertura de escolas mistas nos municípios, reivindicando a necessidade da população local; anúncio de férias de professoras de escolas mistas e uma categoria que também era publicada como *Localização de escolas mistas*, que já existiam, mas sua localização foi publicada, no entanto, não há informações de que a partir da data de sua publicação passam a ser responsabilidade da Instrução Pública.

Encontram-se também publicações com datas de exames finais das escolas mistas, o nome das escolas mistas que foram inspecionadas, o ordenado de professores de escolas mistas e as publicações ressaltando a importância de alavancar o projeto escola alfabetizante. Havia também o anúncio de casamento de professoras das escolas mistas.

No Rio de Janeiro, as publicações com o termo Escolas Mistas (no plural) eram sobre a criação de escolas mistas por distrito. Eles abrangiam vários municípios e, em apenas algumas publicações, era citado o nome do município que tinha a criação da escola. As publicações se referiam à criação de escolas mistas ou na transformação de escolas mistas em dois períodos, ampliando o número de vagas para a população. Geralmente a escola funcionava com

apenas um turno. As escolas noturnas não aparecem como mistas nas publicações, frequentemente eram masculinas e havia poucas escolas noturnas femininas.

3.3 Sobre o termo Escola Mista (no singular)

Nas publicações de São Paulo, nos jornais com os maiores números de ocorrências, aparecem os seguintes assuntos: criação de escolas mistas no interior e capital; nomeação de professoras; licenças concedidas; exoneração de professoras, remoções; fechamento de Escolas Mistas, e outros assuntos, como por exemplo, localização de escolas mistas, publicações de trabalhos de Escolas Mistas em festas, falecimento de familiares de Professoras de escolas mistas, denúncia de perseguição de uma professora da escola mista, defesa do voto feminino, etc.

Interessante notar que nas publicações dos periódicos de São Paulo, sempre havia um destaque quanto ao estado civil das professoras: *Senhora ou Senhorita*. Sendo uma sociedade ainda com pensamento do patriarcado, a mulher era vista sob a vigilância do homem, do marido, do pai ou de qualquer autoridade do estado.

No Rio de Janeiro, as publicações na imprensa periódica se referem à designação; nomeação e substituições de professores; prédios que passam a funcionar como escola mista; denúncia de falta de comprometimento com horário de entrada das crianças em escola mista; festas escolares com apresentação de alunos e alunas de escola mista; relatórios de inspetores médicos escolares; pedido para que o transporte público chegasse até determinadas escolas mistas; criação de cursos complementares em escolas mistas; reivindicação de ampliação de números de vagas em escolas mistas para atender à população local; inauguração de escolas mistas e convocação de professoras para comparecer na presença do Inspetor de Ensino para justificar suas ausências no trabalho.

3.4 Sobre o termo Escolas Mixtas (com X)

Em São Paulo, esse termo traz ações do governo e em algumas publicações aparecem os posicionamentos contrários às Escolas Mistas. As matérias retratam a escola mista como um lugar de desmoralização, além disso, publicam reuniões de pais católicos que descrevem a falta de moral que o cinema, o teatro e as escolas mistas são para os jovens, além da má influência na sociedade. Com esse termo, também descrevem em uma publicação que, em maio de 1921, já estavam criadas 50 escolas mistas na capital.

No Rio de Janeiro, as publicações encontradas com esse termo se referem à criação e reabertura de escolas mistas que tinham sido fechadas; nomeações e transferências de professores; datas de exames dos alunos e alunas das escolas mistas; defesas de que apenas professoras mulheres deveriam ensinar nas escolas mistas; publicação dos nomes das professoras que ocupavam as cadeiras nas escolas públicas; dispensa do trabalho de funcionários das escolas mistas por estarem enfermos; criação de cursos complementares e criação de escolas mistas em outro estado (Minas Gerais).

Interessante ressaltar que nos dois estados raramente era designado um professor para ensinar nas classes mistas, a defesa era a de que apenas professoras assumissem essas classes e que as crianças frequentassem as classes mistas até os 12 anos, depois a educação deveria ser ofertada por professores e professoras, para garantir a moral.

Dentre as verificações na imprensa periódica, foi possível ressaltar assuntos que mais se destacavam nos dois estados. Foi possível comparar como os assuntos eram publicados na imprensa paulista e carioca. As duas capitais eram exemplos a serem seguidos de progresso na educação, com campanhas fortes e tendo jornais aliados ao governo.

Nos jornais, em São Paulo, geralmente uma coluna era destinada a publicar as ações do governo, tendo o nome de: *Actos Officiais, Secretaria do Interior, Decretos Assignados, Instrução Pública, Actos e Fatos, Escolas da Capital, Notícias do Interior*. No Rio de Janeiro, as colunas destinadas para os atos do governo para a Instrução Pública eram: *Estado do Rio: Notícias Officiais,*

Diretoria Geral da Instrução Pública, Prefeitura e algumas não tinham destaque.

Essas colunas publicaram assuntos diversos sobre a escola mista e a coeducação. Os jornais que trazem o maior número de ocorrências, que foram descritos na Introdução desta pesquisa, revelam alguns assuntos de maior relevância, dentre eles, podem ser destacados oito assuntos nas publicações:

1. *Publicações do Governo na imprensa sobre as escolas mistas*
2. *As reformas de ensino*
3. *A mulher na imprensa*
4. *Debates de Coeducação na imprensa*
5. *Congresso sobre o progresso feminino*
6. *A Escola Mista e a Igreja*
7. *Classes separadas*
8. *Escolas particulares*

1. *Publicações do Governo na imprensa sobre as escolas mistas*

As **publicações do Governo na imprensa**, em São Paulo, eram para destacar a nomeação de professores para todas as escolas. Nessas nomeações, havia a necessidade de marcar as escolas para as quais as professoras estavam sendo nomeadas: masculinas, femininas ou mistas. As nomeações eram principalmente para o Interior do Estado, grande também foi o número de escolas mistas criadas no interior na década de 1920.

No Jornal *Correio Paulistano*, com 2.143 ocorrências sobre as escolas mistas, em sua maioria, eram publicadas nomeações de professoras para as escolas isoladas do interior e destacavam também a criação dessas escolas. Além das nomeações, como ações do Governo, eram publicadas licenças, exonerações, permutas, substituições, remoção e fechamentos de escolas mistas.

O número de escolas criadas e o número de nomeações de professoras eram resultado da ampliação do número de vagas que o governo paulista, por meio da Instrução Pública, desenvolvia no estado (capital e interior). As escolas da capital eram noticiadas quando se transformavam de isoladas para reunidas

ou transformadas em grupos escolares.

A campanha no interior para evidenciar a alfabetização foi mais intensa pelo governo, as notícias mostravam a expansão da educação, objetivando conter o fluxo de pessoas na cidade, como foi evidenciado no primeiro capítulo desta pesquisa. A agricultura cafeeira fazia chegar riquezas nas cidades do interior junto com a linha ferroviária. Criar escolas nessas regiões, e publicar na imprensa essa expansão, era uma forma de o governo mostrar que os planos de um novo Brasil estava em andamento.

Com as nomeações das professoras para as escolas femininas ou mistas, pode-se notar que o governo precisava evidenciar os planos para a educação (que foi escolhida para alavancar o país), rendendo frutos e fazendo com que a Instrução Pública cumprisse o que o Império deixou para trás. Mas, essas publicações também evidenciavam a Mulher Professora e sua vida profissional ou pessoal.

As licenças, permutas ou transferências também eram publicadas nas seções especiais destinadas à Instrução Pública, com isso, a professora estava mais exposta na sociedade. Logo, podemos pensar em dois aspectos importantes que as publicações de nomeações podem expressar: o primeiro aspecto é o questionamento sobre vigilância, pois, conforme concepções que estavam paralelas à sociedade na época: se a mulher estava em evidência, portanto, nomeá-la, transferi-la, permutar o local de trabalho ou conceder licenças por moléstias era uma maneira de vigiar essa professora?

Esse questionamento precisa ser considerado já que o Brasil estava com ideais modernos, mas convivía com pensamentos patriarcais, que determinava um lugar para a mulher ocupar.

O segundo aspecto que podemos perceber nessas publicações governamentais era que realmente o magistério estava se tornando predominantemente feminino. Consequentemente, as Escolas Normais e Complementares estavam formando mais professoras para ocuparem os cargos nas cadeiras das escolas do ensino primário. Se nas escolas mistas e femininas somente mulheres poderiam lecionar, esse fato comprova que meninas e mulheres estavam ocupando mais espaços na escola e na sociedade.

Outro destaque na imprensa paulista que revela as publicações era a campanha para alavancar a alfabetização no interior do estado. No dia 05 de janeiro de 1929, o jornal *Correio Paulistano* ressalta o trabalho dos Inspectores de Ensino para alcançar o maior número possível de pessoas alfabetizadas. No destaque da publicação, a Diretoria Geral da Instrução Pública, do município de Cravinhos, ressalta o trabalho louvável desses Inspectores para alavancar o projeto escola alfabetizante e os esforços para que o mesmo continue.

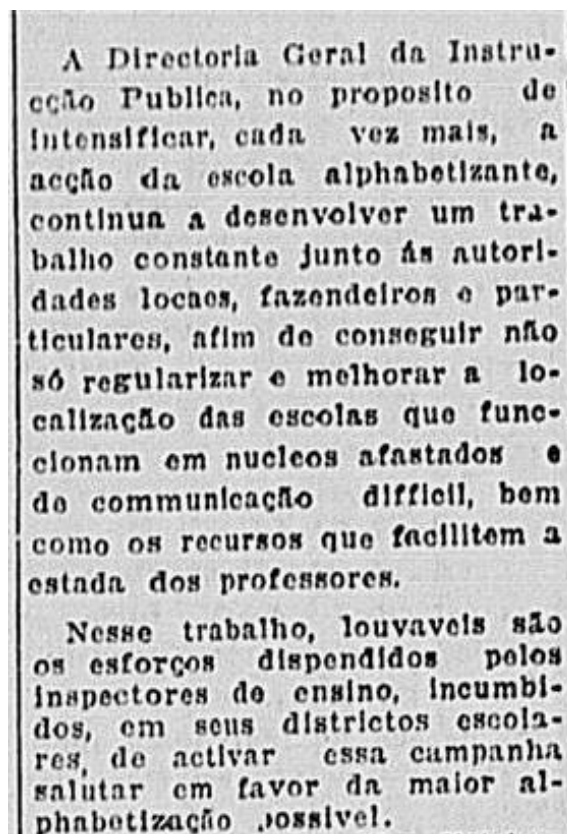


Figura 2: Pelo Ensino Rural – A ação da Inspectoria Escolar de Lorena – A contribuição Particular no movimento alfabetizante – Cooperação da Camara Municipal de Cravinhos.

Fonte: Correio Paulistano, São Paulo, 05 janeiro de 1929, p. 4.

Segundo Souza (1998) e Silva (2017), as escolas isoladas, do interior do estado, eram precárias, coexistindo com as escolas da capital. Faltavam materiais, professores, orientação pedagógica e muitos outros recursos. As escolas criadas nas fazendas, muitas vezes, eram de difícil acesso para o professor ou para se manterem, então, o que era publicado pela imprensa nem sempre condizia com a realidade. Os Instrutores que tinham a função de fiscalizar e orientar esse novo plano de educação certamente faziam o possível para cumprir sua função, contudo, com o aumento do número de escolas não

era possível que as visitas ou inspeções fossem realizadas semanais ou mensais. Evidente que o trabalho de todos na educação precisa ser reconhecido, mas, essa publicação pode nos alertar, conforme Cruz e Peixoto (2007) ressaltam, que os jornais se aliavam ao governo e exaltavam as ações deste mesmo governo para a população.

É possível refletir também que na pequena imprensa periódica, na qual não aparece na HDB e nos jornais locais, era grande o número de denúncias contra o descaso do governo com a população mais carente. Esse fato também é uma forma de combater tais denúncias e suprimir a voz daqueles que protestavam. Logo, se o governo queria se fazer ver e mostrar seus planos de reforma, as publicações não seriam contrárias a ele em seus jornais aliados.

No Distrito Federal, as publicações do Governo na imprensa periódica, sobre as escolas mistas, revelam a criação de escolas mistas por distritos. O município era dividido em distritos e assim citados nos jornais, poucas vezes era descrito o nome do município em que a escola foi criada. Há notícias de que as escolas cariocas passariam a funcionar em dois turnos, pois a maioria das escolas atendia em um único turno. Essa ampliação evidenciava que o governo estava ampliando o número de vagas no estado e ofertando a educação para o desenvolvimento do país.

Outro destaque da imprensa carioca foram os quadros estatísticos, mostrando o número de alunos e alunas matriculados nas escolas mistas. Essa publicação evidenciava que, no Distrito Federal, as escolas mistas estavam crescendo em todos os distritos.

No dia 06 de dezembro de 1929, o *Jornal do Brasil* publica quadros estatísticos dos 5º e 6º Distritos. Mostram o número de alunos matriculados por idades. As escolas diurnas são todas mistas e as noturnas ainda se dividem em masculinas e femininas.

ESCOLAS	MATRICULA POR IDADE										
	TOTAL										
	Menores de 7	7	8	9	10	11	12	13	14	Maiores de 14	TOTAL
DIURNAS											
1.ª Mixta — R. Colombia (Sede)	—	159	223	163	190	199	156	91	31	8	1.222
2.ª Mixta — Annita Garibaldi	—	24	20	29	22	13	5	5	—	—	128
3.ª Mixta — José Bonifácio ..	—	174	171	164	151	143	90	37	10	2	947
4.ª Mixta — Olavo Horta	—	93	57	67	69	38	40	9	1	—	374
5.ª Mixta — General Muro ..	—	104	80	72	66	43	37	15	—	—	417
6.ª Mixta — Luiz de Camões ..	—	157	127	129	105	78	95	11	3	1	709
Somma	—	711	688	626	603	514	326	168	50	11	3.797
NOCTURNAS											
1.ª C. P. N. Masculino	—	39	42	25	28	14	14	6	5	22	195
2.ª C. P. N. Masculino	—	20	20	22	9	4	3	3	1	18	112
1.ª C. P. N. Feminino	—	41	28	14	8	4	4	4	1	17	127
2.ª C. P. N. Feminino	—	15	19	12	7	7	6	1	1	6	74
3.ª C. P. N. Feminino	—	14	16	7	5	4	1	1	—	3	51
Somma	—	142	125	80	57	33	28	15	14	66	560

Observação: — As 5.ª e 6.ª escolas mistas — Frei Sampaio e Visconde Itaboraity — não funcionaram nesse trimestre.

Directoria Geral de Instrução Publica, 4.ª Secção, 2 de Agosto de 1929. — Altina Machado. — Confere (a) Pires Vianna. — Visto (a) Profa Pessoa.

Figura 3: Diretoria Geral de Instrução Publica - Edital 25º Distrito Escolar

Fonte: Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 06 de dezembro de 1929, p.20.

A cada quadro estatístico publicado, evidenciava-se o número de alunos matriculados e, certamente, cabia ao leitor observar o número de vagas ofertadas e as escolas criadas. Essas publicações ressaltam o trabalho do governo e o progresso da nação com a oferta de escolas públicas. Os quadros eram publicados trimestralmente e os dados eram levantados pelos Instrutores de Ensino.

Assim como na capital paulista, o Distrito Federal também publicava nomeações de professoras, remoções e convocações. A vida da mulher professora também estava exposta, inclusive com anúncios de férias, afastamentos e licenças.

2. As reformas de ensino

Outro destaque na imprensa paulista é sobre as **Reformas de Ensino**, com a Lei n. 1.750 de 8 de dezembro de 1920 e o Decreto n. 3.356 de 31 de maio de 1921, que regulamenta a lei citada. No entanto, não foram destaques nos jornais consultados na Hemeroteca Digital Nacional. Tanto na lei como no decreto, a escola mista era citada e estipulada para serem criadas nas províncias¹⁸.

O termo “Reforma da Instrução Pública”, quando realizada a busca pela HDB, traz publicações sobre a reforma, contudo, ela não foi publicada na íntegra para o conhecimento da população.

O jornal *Correio Paulistano* é o que traz o maior número de ocorrências sobre a Reforma da Instrução Pública (67 ao todo). As publicações trazem posicionamentos, críticas, afirmações de que essa reforma é um ato de democracia, mas o destaque maior é uma matéria publicada em 26 de novembro de 1920.

O jornal publica o discurso que Sampaio Dória realizou na colação de grau dos “professorandos” da Escola Normal de Piracicaba. Nesse discurso, Sampaio Dória afirma que a reforma é fundamental para combater o analfabetismo no país.

No dia 27 de dezembro de 1920, o jornal *A Gazeta* publica a seguinte nota:

¹⁸ Castanha (2013) descreve que, em 1874, o Ministro João Alfredo Correa de Oliveira apresenta à Câmara dos Deputados o seguinte: “O governo poderá fundar no município da corte escolas mistas, e permitir nas que existem para o sexo feminino a admissão de alunos do sexo masculino até a idade de 10 anos (CASTANHA, 2013, p.195). O autor ressalta ainda que, desde 1873, já havia escolas mistas no império e sua defesa acontecia não apenas pelos gastos que seriam reduzidos, mas que nos Estados Unidos, já nesta década, o ensino ofertado era igual para meninos e meninas, sendo um sinal de progresso para a educação.



Figura 4: Notas e Comentários

Fonte: A Gazeta, São Paulo, 27 de dezembro de 1920, p. 01.

Nas publicações sobre a Reforma da Instrução Pública, não é destacada a escola mista. No dia 02 de dezembro de 1920, p. 02, o jornal *A Gazeta* publica uma matéria intitulada: *À Reforma da Instrução Publica – Parecer do Senado*. Esse parecer do Senado foi favorável ao Projeto de Reforma da Instrução Pública na íntegra, como foi aprovado na Câmara dos Deputados.

Na reforma da Instrução Pública, a escola mista diferenciava o currículo para meninos e meninas, no entanto, não há ocorrências que evidenciam especial atenção sobre esse fato. Os “Trabalhos Manuais” faziam parte do ensino para as meninas, assim como o crochê, corte, costura e modelagem no 1º ano. No 2º ano, há uma descrição “Continuação dos exercícios do 1º Ano”.

Ao fato de a escola mista não ser destaque na imprensa paulista, mesmo sendo expressa no projeto da Reforma da Instrução, cabe refletir que a escola podia ser mista, mas a reflexão sobre a coeducação remete a concepções de igualdade para meninos e meninas, e esse fato ainda era um obstáculo a ser superado. Conforme destaca Souza (1998), ao reunir meninos e meninas no mesmo espaço, ou moças e rapazes, nas escolas normais, ainda havia classes ou horários separados. Os diretores de escola não avançaram muito em relação à coeducação nos primeiros anos da década de 1920, o caminho precisou ser trilhado um pouco mais.

Na capital do Rio de Janeiro, no dia 14 de novembro de 1925, o *Jornal do Brasil* publica na íntegra o Projeto n. 197 de 1925, de Reforma do Ensino Primário, Profissional e Normal e de outras providências.

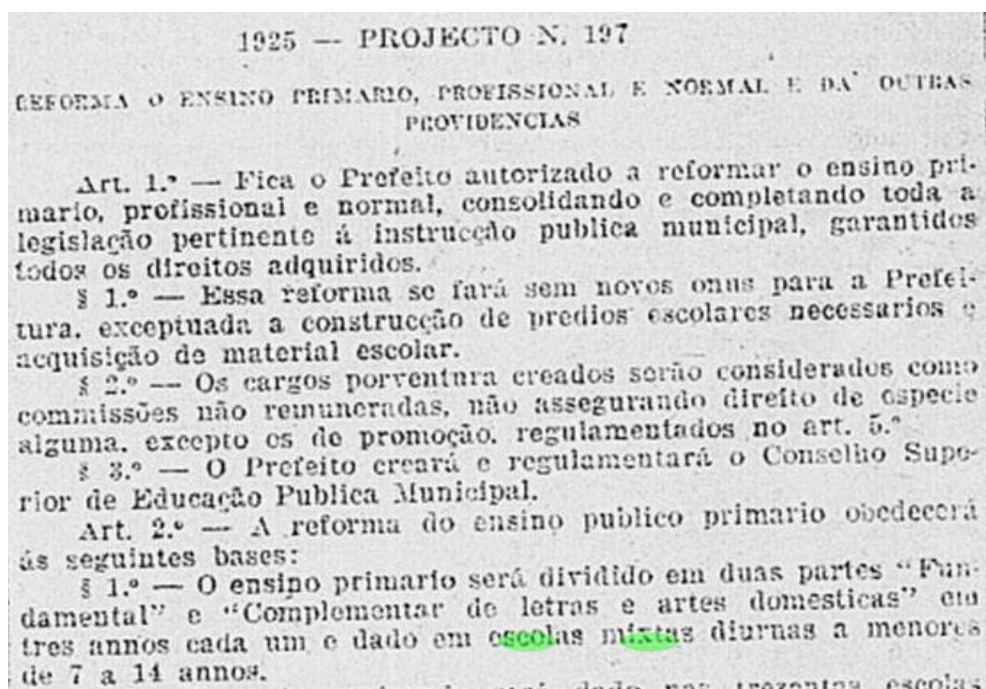


Figura 5: Conselho Municipal. Sessão Ordinária – Ata da 98ª - Sessão Noturna, em 12 de novembro de 1925.

Fonte: Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 14 de novembro de 1925, p.12.

A diferença entre as reformas da Instrução Pública nos estados de São Paulo e Rio de Janeiro é que, na reforma do ensino carioca, fica estipulado que *o ensino será ministrado em escolas mistas diurnas* e, em São Paulo, o artigo 94, do decreto n. 3.356, de 31 de maio de 1921, descreve que as *escolas isoladas passarão a ter um typo único*, no entanto, no artigo 97 do mesmo projeto de reforma, é descrito que *as escolas isoladas serão, conforme as necessidades locais, masculinas, femininas e mixtas*. Esse fato não ganhou destaque na imprensa periódica.

Os projetos e reformas da Instrução Pública, na década de 1920, eram publicados pela imprensa, reforçando a ideia de que o país estava sendo reformado, mas a grande imprensa, que expressava a opção do governo, não destacaria determinados assuntos que ainda eram tabus sociais para que a população não ficasse contra esse mesmo governo.

3. A mulher na imprensa

Outro destaque nas publicações era a maneira como as **mulheres educadoras eram citadas na imprensa**. Em São Paulo, havia a preocupação de marcar quando a professora era Senhora ou Senhorita, como citado anteriormente.

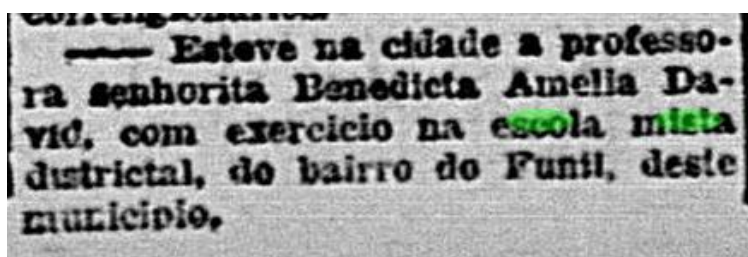


Figura 6: Interior – Santa Branca

Fonte: Correio Paulistano, São Paulo, 12 março de 1926, p.04.

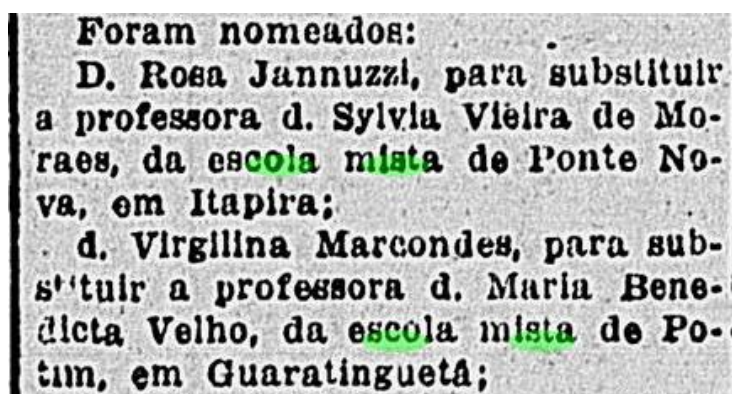


Figura 7: Actos Officiais – Secretaria do Interior

Fonte: Correio Paulistano, São Paulo, 12 março de 1920, p.08.

Sobre esse detalhe verificado nos periódicos paulistas, não foram encontrados os motivos para que essa diferenciação sempre acompanhasse o nome da mulher educadora. Essa era uma questão social evidenciada apenas na literatura sobre os papéis da mulher na sociedade.

No que concerne a esse fato, Villela (2009) ressalta que:

[...] o exercício dessa profissão pelo sexo feminino foi cercada de cuidados. As professoras só podiam assumir uma escola se fossem acompanhadas pela figura masculina do pai ou marido. As solteiras eram vistas com desconfiança e precisavam de

alguém para se responsabilizar por elas, tendo sua conduta vigiada pelas autoridades locais e pela comunidade. A documentação existente sobre o período contém vários indícios desse controle sobre a vida das professoras. Um deles, de 1874, refere-se a um abaixo-assinado em que a comunidade pedia às autoridades competentes que substituíssem a professora Julieta Sampaio Viana por ser “namoradeira” e ter uma irmã “que recebe pessoas em casa” (VILLELA, 2009, p. 70).

Vale lembrar que a vigilância e os padrões de comportamento impostos às mulheres, à época, eram constantes. Se a professora era vigiada e precisava ter um responsável, publicar seu nome na imprensa a deixava mais exposta para que a comunidade local pudesse observar se os “protocolos” de comportamento estavam sendo cumpridos.

Nas publicações paulistas também aparecem registros de anúncios de falecimento do pai das professoras das escolas mistas. Essa publicação trazia o status de senhorita.

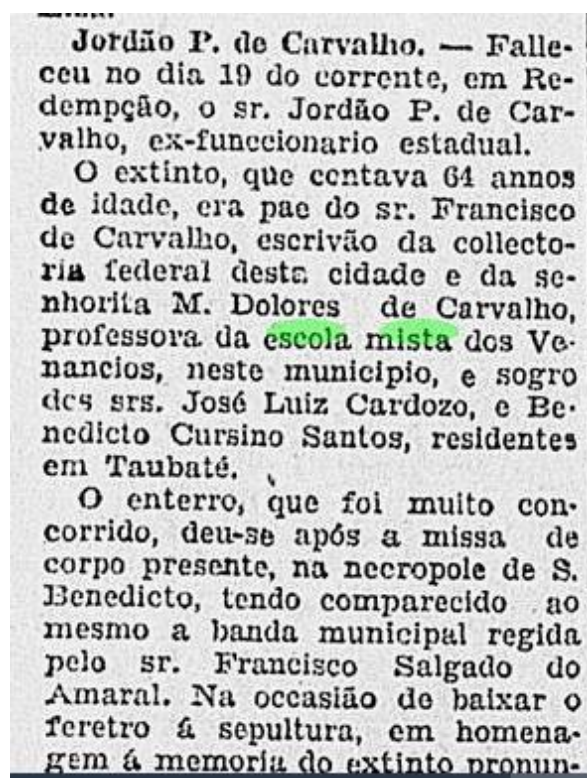


Figura 8: Falecimentos

Fonte: Diário Nacional: A Democracia em Marcha, São Paulo, 26 de jun. de 1927, p. 2.

Segundo a notícia do falecimento do pai da professora Senhorita M. Dolores de Carvalho, estaria ela sem um responsável? Depois que seu pai

faleceu, ela seria tratada da mesma forma na escola ou na comunidade local? Marcar a mulher com um status, em 1920, revelava que ela ainda não tinha conquistado completamente seu espaço como pessoa? Se os estudos de Villela (2009) ressaltam a questão de um responsável para a menina, moça ou mulher, o que significaria ser mulher e não ter um responsável?

As respostas a esses questionamentos podem expressar uma concepção de ser mulher e de sociedade, e podem ser ampliadas em outras pesquisas.

Na imprensa carioca, quando a mulher é citada nas publicações dos periódicos, não há a preocupação de marcar se a mulher tem o status de senhora ou senhorita.

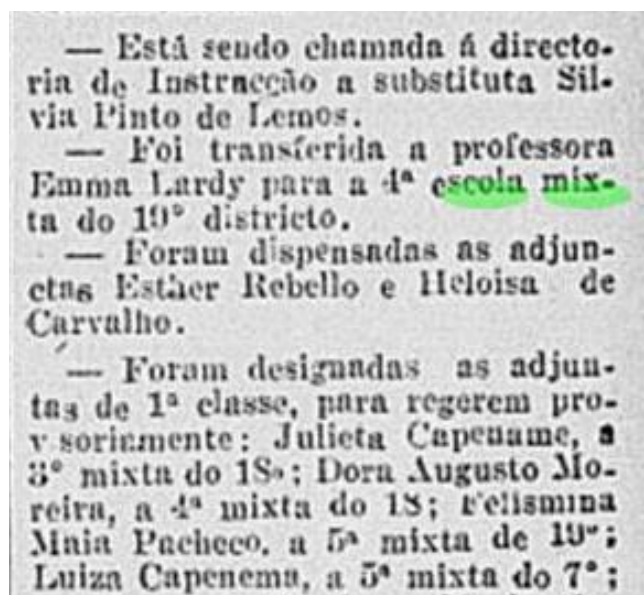


Figura 9: Districto Federal – Prefeitura

Fonte: Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 22 julho de 1921, p.09.

Mesmo não sendo expressa essa preocupação para marcar o status de mulher casada ou solteira na imprensa periódica no Distrito Federal, as mulheres ainda tinham um responsável do sexo masculino, conforme descreve Villela (2009). Afinal, no Brasil, a cultura do patriarcado ainda permeava o país e as mentes dos indivíduos. A luta para alcançar a independência de ser apenas mulher existia e ainda existe até hoje, posto que, ora essa luta é interna de cada mulher, ora ela é expressa na mídia e ora nos padrões impostos a elas.

Cabe destacar aqui que, sendo Senhora ou Senhorita, a mulher, segundo Almeida (1998), aceitou o desafio e assumiu uma educação em transformação. Vencer os desafios e se lançar na sociedade mesmo com constante vigilância, inclusive de seu status, foi um ato de coragem. Essas mulheres tiveram coragem para buscar uma nova intelectualidade e ainda fazer um esforço, através de seu comportamento que, ao serem mais letradas e instruídas, não seriam uma ameaça à sociedade como aquelas que poderiam desertar a vida familiar para trabalhar. Almeida (1998) destaca que essas mulheres tiveram a paixão pela educação.

4. Debates de Coeducação na imprensa

O quarto destaque desta pesquisa é sobre a **Coeducação na imprensa** periódica. Em São Paulo, o termo coeducação não traz debates. Sobre coeducação, o que aparece na HDB é uma propaganda na revista *A Cigarra*.

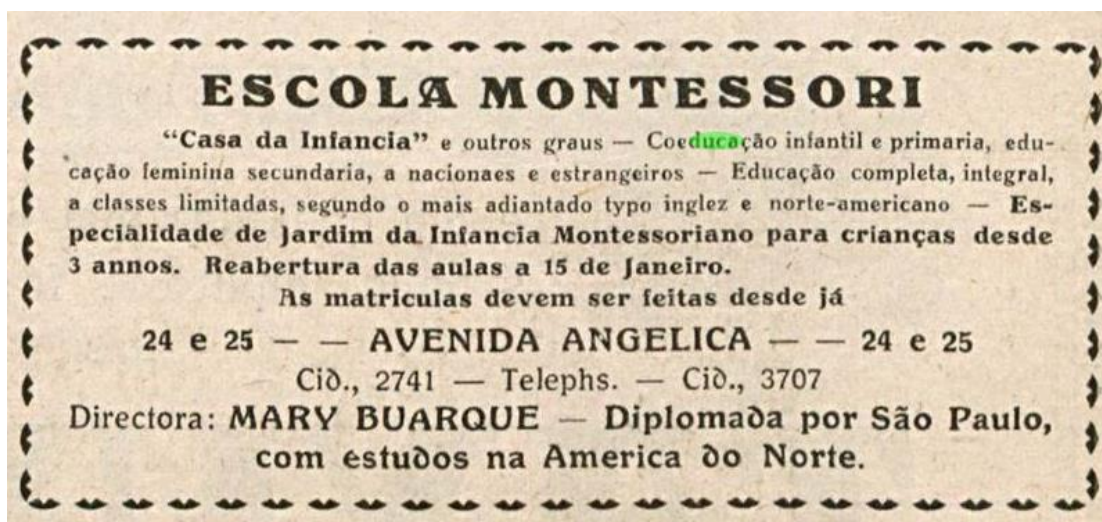


Figura 10: Colaboração das leitoras
Fonte: A Cigarra, São Paulo, Ano VII – Nº 131, 1920, p. 54

Na imprensa paulista, não há debates relacionados ao termo *Coeducação*. Apenas com o termo *escola mista* aparecem publicações de três formas: ações oficiais do governo, defesas ou posições contrárias ao ensino misto em São Paulo.

A *Cigarra* foi um periódico muito importante da imprensa paulistana, da capital e do interior e, segundo Cruz (2013), era uma revista especializada em reclames, que se modernizou na impressão, na qualidade da imagem, em grandes números de tiragem e, sobretudo, que trazia com leveza a notícia a seu público. Era uma revista composta por materiais literários, propaganda de peças teatrais, matérias especiais para a mulher moderna e outras vivências e práticas culturais que, de alguma forma, circulavam nas mãos dos leitores pelas folhas da revista. Era considerada como um álbum da vida social das elites dominantes, e suas matérias ditavam como verdades padrões do viver e do pensar do mundo internacional.

A propaganda da Escola Montessori, que oferecia a coeducação, aparece cinco vezes, em edições diferentes na revista *A Cigarra*, sendo uma revista destinada à elite paulistana, com o intuito de dialogar com a mulher moderna da década de 20, trazendo com muita sutileza a concepção de coeducação que também estava em discussão na Europa e nos Estados Unidos. Desse modo, se essa concepção fazia parte do lugar que se buscava inspiração, logo, no Brasil, essa concepção seria também inculcada.

As revistas de grande tiragem tinham o interesse de, cada vez mais, ganhar leitores, portanto, não trariam à tona debates que seriam polêmicos e que fizessem perder o público leitor. Sodré (1999), ao destacar a imprensa capitalista, procura um público específico com o intuito de vender, de comercializar, mas também não é inerente aos fatos, ela assume posições e faz circular com toda a sutileza seu objetivo.

As posições contrárias à coeducação geralmente são publicações ligadas a grupos religiosos ou conservadores. Na imprensa da época, não havia a preocupação de trazer debates específicos, mesmo tendo aumentado o número das classes mistas no estado. Essa questão não era refletida de forma contundente na imprensa e, conseqüentemente, na sociedade, pois, ainda havia resistência para pensar nas questões de gênero na escola.

Souza (1998) revela em seu trabalho que, ao inaugurar a Escola Normal Caetano de Campos, os estudantes eram separados em alas, femininas e masculinas, e uma das funções do diretor de escola era vigiar e manter a moral de todos. No entanto, não avançaram para a coeducação, pois esta era uma

concepção que ainda precisava ser superada.

A coeducação ainda era um assunto a ser debatido, apenas criar escolas para meninos e meninas não era garantia de que se pensasse numa educação de direitos iguais. A educação estava sendo garantida para meninos e meninas em relação ao número de vagas equivalentes, o que já foi um grande passo no período republicano, mas, no que tange às relações de aprendizagem, de gênero ou de convivência e interação, os passos foram mais lentos.

Na imprensa carioca, há publicações relevantes relacionadas ao termo *Coeducação*. A revista *A Escola Primária*, que era ligada à Instrução Pública do Distrito Federal, é o periódico em que mais se discute o termo *coeducação* na imprensa. Em suas publicações aparecem sempre defesas do ensino misto.

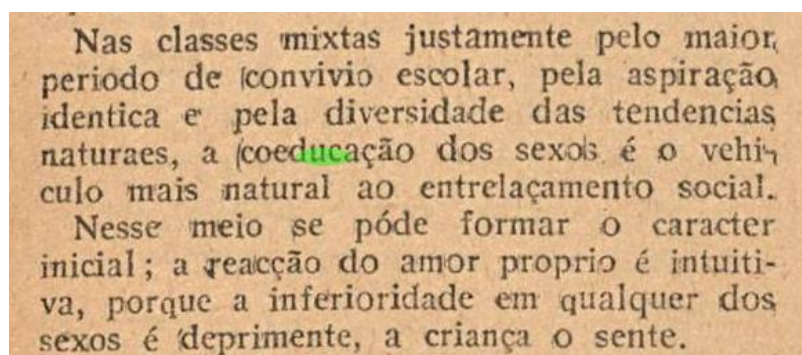


Figura 11: SANCTOS, Maria do N. Reis. Da coeducação dos sexos

Fonte: *A Escola Primária* – Anno 4º - NS 7 – 10, Rio de Janeiro – Agosto – Novembro de 1920, p. 161.

Na década de 1920, a revista *A Escola Primária* publicou aproximadamente dezesseis matérias sobre coeducação e escola mista, segundo levantamento do número de ocorrências realizado na HDB. Sendo essa revista de propriedade da Instrução Pública, destinada para professores, e utilizada para a formação dos professores adjuntos, conforme citado no Capítulo 1, desta pesquisa, pensando em uma década, é possível questionar se apenas dezesseis ocorrências foram suficientes para intensificar os debates sobre a coeducação.

Há publicações nessa mesma revista que descrevem que a coeducação dos sexos, na escola primária, ainda é muito discutida. Na Edição do Ano 4 - ns. 7 -10 - Rio de Janeiro - agosto - novembro de 1920, nas páginas 10, 11 e 12 foi publicada uma matéria intitulada: *A coeducação dos sexos e o magistério feminino*. Nessa publicação, descreve-se que há alguns moralistas que fazem comentários maldosos ou autoridades religiosas que se opõem a ela. Também é citado que a professora deveria substituir o papel da mãe na primeira e na segunda infância, por isso, as mulheres eram mais indicadas para assumir a educação. Sendo os meninos mais agressivos e as meninas mais dóceis, e em casa convivem com o sexo oposto, se faz necessário continuar convivendo na escola, corrigindo a violência de uns e a timidez de outros. A matéria continua descrevendo que com a coeducação se inspira o respeito mútuo e é preciso direcionar a atenção pelos jogos, exercícios adequados, cultura intensiva e progressista. Intitulam os adversários da coeducação de *pedagogos vista curta*. Ressaltam ainda, nesta matéria, que a coeducação é uma necessidade educativa, necessária, natural e cultural. Também traçam a relação de que, com a coeducação, o casamento seria facilitado, pois 28% entre as coeducadas se casam e apenas 22% das alunas do colégio feminino têm a facilidade do matrimônio. Os meninos coeducados respeitam mais as mulheres. Terminam a matéria concluindo que a educação é uma ação feminina e os **homens são maus professores na primeira infância** (grifos nossos).

Sobre a publicação explicitada acima, vale lembrar os estudos da cultura escolar. Ao afirmar que as mulheres eram mais indicadas para assumir a educação, são estabelecidos padrões culturais que modificam comportamentos e edificam concepções. A relação de mulher-mãe-professora fixa a ideia de cuidar e da substituição da mãe. A cultura de que apenas mulheres têm aptidão para o magistério perpetuou ao longo dos anos e chegou nas escolas. Façamos a seguinte reflexão: Os professores (homens) que se formam educadores são aceitos nas creches públicas ou particulares da mesma forma que as professoras?

A tabela a seguir mostra números do censo escolar, realizado em 2007, com os professores de São Paulo¹⁹:

Tabela 7 - Número de Professores da Educação Básica por Sexo, segundo as Etapas / Modalidades de Ensino - 2007

Etapas / Modalidades de Ensino	Professores por Sexo		
	Total	Feminino	Masculino
Educação Básica	361.794	299.742	62.052
Educação Infantil - Creche	25.998	25.358	640
Educação Infantil - Pré Escola	53.727	52.337	1.390
Ensino Fundamental - Anos Iniciais	127.247	117.919	9.328
Ensino Fundamental - Anos Finais	131.029	98.163	32.866
Ensino Médio	98.660	65.908	32.752
Educação Profissional	18.592	8.863	9.729
Educação Especial	7.000	6.548	452
Educação de Jovens e Adultos	47.126	33.678	13.448

Fonte: MEC/Inep/Deed.

Os dados da Educação Infantil mostram que, em 2007, apenas 440 educadores (homens) ocupavam cargos nas creches e o número de educadores na mesma modalidade é de **25.358**. As mulheres ocupam mais essa função de educar na primeira infância e essa ideia já circulava intencionalmente numa revista destinada aos professores. A predominância feminina no magistério ainda vive nessa cultura e na realidade das creches públicas e privadas, os homens pouco ocupam os espaços e poucos são aceitos.

¹⁹ Dados disponíveis em: <http://portal.mec.gov.br/plano-nacional-de-formacao-de-professores/censo-do-professor>. Acesso em: 10 ago. 2021.

Se a formação para ser professor e professora buscou na ciência da pedagogia sua formação necessária para lecionar, homens e mulheres podem aprender essa ciência, no entanto, a aceitação de um homem atuando como educador na creche ainda está sob a cultura escolar, edificada em 1920, que é permeada por muitos desafios de aceitação para realizar o seu trabalho e cuidar de uma criança na primeira infância.

No dia 15 de fevereiro de 1924, na página 24, do jornal *A Gazeta de Notícias* do Rio de Janeiro, verifica-se uma publicação com o nome de “Hygiene Popular - Casamento entre Surdo-mudos”. Essa publicação foi escrita e assinada pelo pseudônimo de R. K.

R. K. inicia a matéria relatando que viu um casal de surdo-mudos e isso chamou atenção. Ao descrever a cena, na reportagem, utilizou palavras para se referir aos surdos como: “anomalia, sub-raça, anormalidade, triste estigma, males transmissíveis por herança”. R. K. descreve que houve um congresso realizado nos Estados Unidos que debateu sobre o assunto, pois, havia crescido o número de surdos que se casavam. Nesses congressos, participaram ouvintes e surdos. Nos Estados Unidos, as escolas especiais para surdos são coeducativas, o que não existia ainda no Brasil, na década de 1920. R. K. afirma que “a coeducação faz aumentar o número de casamento entre surdos” e se assim acontece, defendia que fosse feita a esterilização de um dos cônjuges, para que não nascesse mais crianças com este mal. Relata ainda que, segundo o Censo de 1920, no Rio de Janeiro, foram contabilizados 1.240 surdos e, no Brasil, é possível ter cerca de 30.000. Nos Estados Unidos, foi realizada a esterilização de 1.422 pessoas surdas casadas, para que não nascessem mais crianças com essa anomalia.



Figura 12: R.K - Hygiene Popular - Casamento entre Surdo-mudos

Fonte: A Gazeta de Notícias do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 15 de fevereiro de 1924, p. 24.

Sobre a publicação do casamento entre os surdos, vale ressaltar que o jornal *A Gazeta de Notícias do Rio de Janeiro* era um jornal de grande tiragem, que apoiava o governo e fazia aliados políticos por se tratar de uma empresa capitalista. As questões sobre regenerar o povo, e de uma nova nação que permeava o imaginário social, circulavam de maneira intencional na República. Conforme descrito no Capítulo I, desta pesquisa, as noções de higiene e de saúde pública afloram na sociedade como sinal de progresso, logo, um povo regenerado teria melhores condições de higiene e saúde.

A matéria acima ocupou a coluna "Hygiene Popular", e o enquadramento da surdez é visto como um problema de higiene para a população, e sendo um povo com novos ideais, cabe a reflexão: Neste novo Brasil Republicano, haveria espaço para a pessoa surda? Por que a pessoa surda não tinha o direito de constituir sua própria família? Ainda hoje, ainda há essa cultura de que ser surdo ou surda é um problema?

A pessoa com deficiência ainda era pouco discutida no Brasil, mas R.

K. afirma na reportagem que não tínhamos sala para educar surdos em 1920. A imprensa prega verdades absolutas para inculcar novas concepções nos sujeitos, essa matéria circulou e modificou o pensamento de muitos leitores. No entanto, a história do surdo, no Brasil, já existia, o que pode ser contrariado na matéria de R. K. Segundo Duarte *et al* (2013), em 1855, o imperador Dom Pedro II trouxe um professor francês surdo para iniciar a educação com os surdos do Império e, em 1857, foi fundado o Instituto Nacional de Educação de Surdos-mudos, atual Instituto Nacional de Educação dos Surdos (Ines)²⁰. As inverdades ou informações incompletas eram disseminadas e a cultura do preconceito ainda encontrava espaço na sociedade.

O jornal *Gazeta de Notícias*, no Rio de Janeiro, em 19 de junho de 1927, na página 03, publica na coluna intitulada *Rádio - Os programas de hoje e amanhã*, que haveria uma palestra na *Rádio Sociedade do Rio de Janeiro* sobre Coeducação, no dia seguinte, com a Prof. Sra. Else Nascimento Machado. Em 02 de outubro, no mesmo jornal, na página 10, foi publicado, na mesma coluna, que no dia seguinte, haveria outra palestra com a Prof. Sra. Else Nascimento Machado sobre a coeducação e o noivado.

Algumas publicações relatam experiências de escolas coeducativas no exterior, como por exemplo, o *Jornal do Comércio* do Rio de Janeiro, que no dia 17 de junho de 1923, na página 02, traz uma matéria intitulada *O Centenário - Os Estados Unidos da América do Norte na Exposição do Centenário - Ensino Superior para as mulheres - As escolas de verão - Fundações especiais para a pesquisa*. Na reportagem, sem autor identificado, descreve-se que em algumas Universidades dos Estados Unidos, como por exemplo, Harvard, Yale e Pensilvânia, excluem-se as mulheres de seus departamentos colegiais e as admitem em escolas de estudos graduados. Nos estados centrais e do oeste, a Coeducação é considerada como política educativa. As universidades estaduais são as que defendem o ensino misto. Também relata-se que é obrigatória a fiscalização onde comem e habitam as estudantes, e são oferecidas damas de companhia para festas e reuniões. A Coeducação é satisfatória e recomendada

²⁰ Duarte *et al* (2013) afirmam que a partir da criação do Instituto Nacional de Educação de Surdos-mudos, os surdos já começaram a contar com uma escola para sua educação, mas o autor não descreve se as classes no Brasil para surdos eram mistas.

pela maioria dos educadores americanos. O número de mulheres que frequentam as instituições superiores coeducativas vem crescendo, em 1920, eram 96.963 alunas matriculadas.

Em matéria publicada em 1 de janeiro de 1928, pelo jornal *O Correio da Manhã* do Rio de Janeiro, na página 18, assinada por Henrique Gil, publica-se que, embora quase todos os colégios de todas as Universidades do Estados Unidos tenham adotado o princípio da Coeducação, foi instituído, na Geórgia, o primeiro colégio exclusivamente para mulheres, tendo se multiplicado em diversas partes.

Ao final da década de 20, a Instrução Pública do Distrito Federal estava sob o comando de Fernando de Azevedo, e este, com ideias reformadoras para a educação, contendo gastos dos cofres públicos e sendo um intelectual que estava a cargo de ajudar a reformar a educação brasileira, ousou debater com maior intensidade a coeducação em seu tempo. Conforme citado anteriormente, Fernando de Azevedo queria fazer da capital do país um polo de irradiação pedagógica, e suas ideias ganharam força na década de 20 e na posterior, culminando com o Manifesto dos Pioneiros da Educação.

O termo coeducação também aparece nas publicações dos grupos religiosos, que são opositores em sua grande maioria, contudo, essas publicações serão ressaltadas em outro momento deste capítulo.

5. Congresso sobre o progresso feminino

Mesmo crescendo a luta pelos direitos femininos no Brasil, e no mundo, na década de 1920, a **imprensa paulista**, pesquisada na HDB, não evidencia **Congressos do Progresso Feminino**. Essas ausências podem ser destacadas em outros periódicos que não foram utilizados como fonte primária nesta pesquisa.

Na imprensa carioca, o jornal *A Noite*, do Rio de Janeiro, publica, em 27 de dezembro de 1922, na página 06, uma reportagem intitulada: *O feminismo em boa marcha no Brasil - Terminou a Conferência do Rio de Janeiro - Uma série de providências tendentes a abrir novos horizontes à mulher brasileira*. A reportagem é sobre o Congresso pelo Progresso Feminino e estavam presentes

peessoas importantes sobre o movimento pelo progresso feminino, inclusive da Europa. Descreveram as pessoas que compunham a diretoria, a divisão dos trabalhos e as comissões para discussão dos seguintes itens: Educação e Instrução, legislação do trabalho, Assistências às mães e à infância, Direitos civis e políticos, Carreiras e profissões, Relações pan-americanas e paz. Na comissão de educação, foram discutidas as questões de ensino doméstico e a necessidade de começar uma escola para o preparo das professoras. Foram votadas a necessidade da obrigatoriedade do ensino e o fornecimento do ensino público às crianças sobre a vantagem da coeducação dos sexos. Nesse congresso, faziam parte das discussões os Senadores Lauro Muller e Lopes Gonçalves²¹.

6. A Escola Mista e a Igreja

No item 6, são destacadas, nesta pesquisa, publicações sobre **a Escola Mista e a Igreja**. As matérias evidenciam com mais frequência posicionamentos contrários ao ensino misto ou coeducativo. Os argumentos utilizados são sempre ressaltando que esta forma de ensinar é uma afronta à moral cristã. No entanto, veremos duas publicações, a seguir, que divergem das posições da Igreja.

Em São Paulo, o jornal *O Combate: Independência, Verdade e Justiça*, publica, em 21 de agosto de 1923, na página 03, uma matéria intitulada: *Rumo ao Campo*, descrevendo que os católicos de Pádua e um bispo tiveram a ideia de criar uma fundação chamada "Sociedade de pais de famílias", protetora da mocidade, principalmente das moças contra os males da sociedade moderna.

²¹ Sobre esse congresso, destacam-se os estudos de Karawejczyk (2018). A autora sinaliza Bertha Lutz, organizadora do evento e grande articuladora política e feminista do Distrito Federal e do Brasil. Bertha era mulher da elite carioca que participou da Primeira Conferência Pan-Americana de Mulheres, que ocorreria na cidade de Baltimore (EUA). A partir desse congresso americano, Bertha foi uma das principais mulheres que articulou com a imprensa carioca para que o Congresso Feminino fosse amplamente divulgado. Mulher com poder aquisitivo, formada pela Universidade de Paris, soube convencer os políticos e a sociedade com seu discurso que, a luta pelos direitos das mulheres não era uma ameaça à sociedade ou competição com os homens que ocupavam cargos importantes, mas sim o papel feminino como complementar ao do homem, portanto, se as mulheres ocupassem mais espaços e fossem mais instruídas com educação de qualidade, o país avançaria ainda mais. Essa estratégia foi bem aceita, por isso havia políticos e homens importantes neste congresso que aceitaram a ideia da mulher como participante ativa na construção de um novo Brasil, esta ideia foi vista como "O bom feminismo".

Descreve que o magazine, o cinema e o teatro são más influências para a juventude e isto começa nos bancos das escolas mistas e acaba nos palcos do *Ba Ta Clan*.

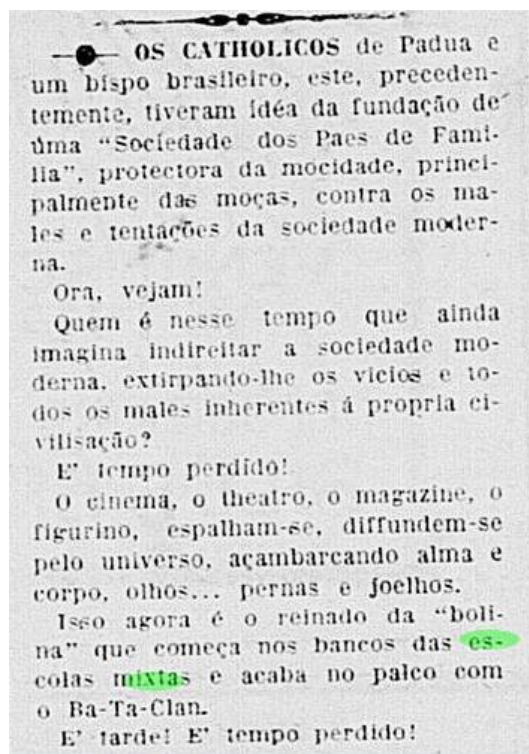


Figura 13: Rumo ao Campo

Fonte: O Combate: Independência, Verdade e Justiça, São Paulo, 21 de agosto de 1923, p. 03.

O jornal *A Gazeta*, em São Paulo, no dia 03 de fevereiro de 1927, na página 03, faz uma matéria com o seguinte destaque: *Proteção aos índios - Uma obra de benemerência digna do apoio público*. A reportagem descreve a obra que as irmãs Clara e Anunciata, da Ordem das Clarissas, Missionárias da Imaculada Conceição vêm realizando. As irmãs mantêm no Estado do Pará obras de amparo às crianças pobres, especialmente filhos de indígenas, e foram até São Paulo para angariar donativos. No Pará, há assistência numa enfermaria, escolas mistas e gratuitas no sertão. Pedem para que os paulistas sejam generosos nas doações para a obra das religiosas.

Na primeira publicação do jornal *O Combate: Independência, Verdade e Justiça*, um bispo tenta formar uma sociedade e, na segunda, o jornal *A Gazeta* publica que as Missionárias da Imaculada Conceição vêm à São Paulo para

angariar donativos para sua obra de caridade. Comparada à literatura já citada nesta pesquisa, em que as escolas mistas eram direcionadas para a população mais pobre, essas publicações evidenciam esse tipo de educação com divisão de classe. A elite, com crianças, jovens e adultos, que dominavam as letras, tinham acesso a revistas, teatros e outros lugares de cultura, mas a visão deste bispo era resgatar os conceitos morais da mocidade e suas famílias para que a juventude não se desviasse a partir das escolas mistas.

Para a população mais pobre, o acesso à revista, teatro e outros espaços se tornava sempre um lugar difícil de ocupar e, para tanto, ocupava as classes mistas. Cabe também refletir por que a Igreja tentava resgatar a mocidade de uma determinada classe e da outra não? As questões de relação de poder estão ocultas, implícitas na imprensa, mas ao circular “normalizam” posições sociais, lugares para cada um ou concepções do modo de viver.

Na imprensa carioca, o jornal católico *A Cruz Orgão da Parochia de S. João Baptista* é o periódico que traz apenas três ocorrências entre os anos de 1920 a 1929, no entanto, os argumentos sobre coeducação e escola mista são contrários. No dia 1º de janeiro de 1928, na primeira página, o jornal publica duas matérias, sendo que ambas se posicionam contra a coeducação. A primeira matéria, sem autor identificado, descreve a coeducação da seguinte maneira:

[...] o regime da coeducação é um fator de ruína, ignominia e desordem. E se faltar subsídio indispensável da verdadeira moral que não pode limitar-se às formalidades decorativas e utilitárias do espirito leigo, é incontestável que tal regime se pode enriquecer em países como os nossos, os bordeis e os presídeos, os hospitais e os cemitérios, o passionalismo que não hesita diante de nenhum crime, o anormalismo que arrasa as famílias até exgotar completamente a vitalidade das nações [...] um regime que aparece infernalmente disposto a arruinar todos os bons recursos vitais. [...] É que a coeducação, familiarizando demais os sexos, cedo ou tarde os confunde e deprime, facilita a eclosão das más paixões, a funestra atracção exercida pelas más tendencias e taras, ficando mínima a influencia calmante do clima e muito difícil o refreamento devido a moral, principalmente quando esta é imperfeita, empírica, desprovida da verdadeira base espiritual e religiosa [...] Grande número de crimes passeonae. Os Autores? Na sua maioria enorme, eram “coeducados”, eram jovens “yankes”, masculinos e femininos... (COEDUCAÇÃO, *A Cruz: Orgão da Parochia de S. João Baptista*, Rio de Janeiro, 1 janeiro de 1928, p. 01).

Na segunda publicação desta mesma data, a matéria descreve que o *L'Humanité*, grupo francês comunista, quer acabar com as famílias. Alegam que pela destruição das famílias será estabelecida a sociedade comunista. Para promulgar o divórcio e outras destruições para a família, os comunistas fazem propaganda da coeducação:

O plano é este: arruinar a família, a cidadela da sociedade. Para o executor não podem os comunistas impor, desde logo, a preconizada “união livre”, nomeadamente entre os povos onde a família cristã tinha lançado fortes raízes. [...] Promulgou-se o divórcio, que atenta contra a pedra angular da família, a sua indissolubilidade; que eleva o direito da paixão desenfreada, contra os direitos do lar, dos filhos e da sociedade. [...] É preciso deschristianizar a família e, para isso, corromper os seus elementos; corromper a mulher e roubar sobretudo o pudor às crianças. Foi com este intuito que se fez propaganda da coeducação (A CIDADELLA DA SOCIEDADE, A Cruz: Orgão da Paróquia de S. João Baptista, Rio de Janeiro, 1 janeiro de 1928, p. 04).

O final da matéria também ataca a “pedagogia moderna”, alegando que esta é uma proposta que encoberta a descristianização e a corrupção moral.

Um ano depois, em 26 janeiro de 1929, na primeira página, *A Cruz* publicou uma matéria intitulada: *O Nudismo*, e a reportagem, sem autor identificado, descreve que agora a moda é andar nu dentro e fora de casa. Alegam que a Igreja levou dois mil anos para inculcar o pudor e agora os homens começaram a aceitar o nu nas pinturas, nas artes. Para as mulheres, colocam o nu nos esportes, na natação, nos banhos de sol na areia. Citam que alguns artistas exploraram o nu, e nos comentários do jornal, descrevem a conformidade satânica e indagam se há conformidade no nu da família e no nu da coeducação.

Outra publicação sobre a Igreja também se destaca, mas não pela posição contrária. No dia 14 de julho de 1928, na página 02, o jornal *A Noite* faz uma publicação em que o presidente Washington Luís e sua esposa realizaram a solenidade de lançamento da pedra fundamental da Casa "Marcilio Dias", instituição destinada aos filhos dos suboficiais da Marinha de Guerra que necessitem de educação e ensino. Essa instituição se destacaria com a inovação da Coeducação dos sexos (sistema educativo que pela primeira vez se colocará

em prática no Brasil). Estavam presentes **dois freis da Ordem Franciscana** para dar a bênção do edifício já em construção.

A presença é citada, mas não há outros destaques que evidenciem o apoio da Igreja nos jornais consultados na HDB.

Através destas publicações podemos perceber que uma parte da Igreja era contrária às escolas mistas, mas a outra parte apoiava ou mesmo não se posicionava contra. As alianças entre a Igreja e os políticos acontecem e com muita sutileza, começam a normalizar os conceitos da nova educação em todos os campos, família, igreja, sociedade. A validação do governo para a escola mista e a bênção da Igreja é mais um passo para que as escolas mistas fiquem “normalizadas” para o povo.

7. *Classes separadas*

No sexto item de análise na imprensa periódica, destacam-se as publicações sobre **classes separadas para meninas e meninos**. A imprensa paulista não salienta essa forma de ensinar, uma vez que a maioria das publicações era destacava as ações do governo, criando escolas mistas, principalmente no interior.

No entanto, na imprensa carioca, há uma publicação, um Relatório do Diretor Dr. Renato Jardim, entregue ao Prefeito Prado Junior. A matéria é intitulada: *Instrução Pública Municipal – O relatório do respectivo Director, Dr. Renato Jardim entregue, hontem, ao Prefeito Prado Junior – Regime mixto*.

O *Jornal do Brasil*, em 30 de dezembro de 1926, publica esse relatório, dentre alguns itens do mesmo, como por exemplo: escolas profissionais, escolas noturnas, obrigatoriedade do ensino etc., havendo um destaque no item: *Regime Mixto*, em que o Diretor defende que a educação seja separada depois dos 13 anos para contemplar o que a vida social irá exigir para cada sexo:

O regime mixto (classe comum aos dous sexos) é commum nas escolas do Districto. Cessa esse regimen para o alunno masculino quando attinge a idade de 13 annos, devendo então transferir-se para a escola masculina [...] Tenho dúvida sobre as vantagens rasas desse regimen mixto, constituindo a regra geral para as escolas. Certo que a coeducação é um acerto, mas o ensino do menino tem em certo ponto que diversificar do da

menina. Admitido que a e cultivar aptidões para as varias actividades a que será chamado o indivíduo na vida social e sendo estas actividades diferentes conforme o sexo, necessário é que coeducação não embarace a diversidade de preparo de um e outro elemento da escola masculina e feminina [...] A escola mixta primaria é valioso recurso, onde por escassa clientela, não basta para a formação de duas classes distintas e de um e de outro sexo [...] Nada impede, entretanto – dado o conveniente aparelhamento da escola – que no mesmo prédio e sob a mesma direção funcionem concomitantemente, secção escolar masculina e secção feminina. (JARDIM, Renato. Instrução Pública Municipal – O relatório do respectivo Director, Dr. Renato Jardim entregue, hontem, ao Prefeito Prado Junior – Regime mixto. Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 30 de dezembro de 1926, p. 08).

Mesmo com todos os debates e lutas por uma educação igualitária, em 1926, circula a ideia entre os educadores de que havia a necessidade de separar meninos e meninas. Vale lembrar que, conforme as mulheres foram ocupando mais as salas de aula, aos homens ficaram atribuídos os cargos de diretor ou instrutor de ensino, mesmo presenciando a luta das mulheres para se tornarem professoras, para ensinar crianças em massa, as ideias de separação ainda permeavam os educadores. Aqui, nota-se que o comportamento do patriarcado e do sexismo confronta a ideia do moderno e este movimento de progressos e regressos acompanhava a escola, os alunos e alunas e a educação como um todo.

Por este movimento de lutas, conquistas e regressos se torna importante todas as pesquisas e literatura sobre a História da Educação que não se faz apenas com avanços. É notável que todo o movimento é importante, mas a cultura escolar da separação assombrou e assombra até hoje as escolas. Conforme Auad (2019), nos intervalos escolares ainda hoje presenciamos meninas de um lado e meninos de outro e isto se estende para a sociedade e para as profissões futuras.

8. Escolas particulares

O oitavo destaque da imprensa periódica, estabelecido neste capítulo, é sobre as **escolas mistas particulares**. Tanto na imprensa paulista como na imprensa carioca, as publicações das escolas particulares, principalmente as

escolas para filhos e filhas de estrangeiros, eram coeducativas ou mistas.

Há também um periódico na imprensa paulista dos *Relatórios dos Presidentes dos Estados Brasileiros*, datado de 14 de julho de 1925, que descreve os principais fatos ocorridos e observados em 1924, e em relação aos quais o governo teve que exercitar sua ação constitucional. Esse relatório traz ainda algumas sugestões aos membros do Congresso Legislativo de São Paulo e o mesmo na primeira página recebe o título de *Mensagem apresentada ao Congresso Legislativo, em 14 de julho de 1925, pelo Dr. Carlos de Campos, Presidente do Estado de São Paulo*.

Esse relatório descreve o que observou e o que tem recebido da Secretaria Do Interior e da Instrução Pública. No item *Colonização*, página 132 desse relatório, é descrito que na zona entre os rios Ribeira e Jacupiranga foi entregue à Companhia Concessionária uma área de 9.333 hectares, o que facilitava o trabalho de colonização. Essa Companhia mantinha muitas coisas, como por exemplo, uma farmácia, e que em prédio próprio funcionam cinco escolas mistas, com o total de 200 alunos, entre nacionais e estrangeiros, sendo dirigidas por cinco professores públicos e três particulares.

A imprensa carioca traz no *O Jornal*, em 27 de outubro de 1925, na página 05, uma matéria intitulada: *Um Instituto de Ensino Modelar*, destacando a inauguração de uma escola Alemã no Rio de Janeiro. A escola é um externato para a coeducação dos sexos e o método de ensino utilizado é o intuitivo. No curso, são ensinadas as línguas inglesa, francesa e alemã.

Entre essas duas publicações é possível fazer duas reflexões. A escola mista foi normalizada primeiro para os pobres? A classe dominante aceitou a escola mista como um modelo de educação brasileira?

Certamente, na primeira publicação a necessidade criou escolas mistas na área descrita, sendo que, em uma terra de colonização que estrangeiros e brasileiros tentam trabalhar, a escola para os filhos não podiam ser mantidas como masculinas e femininas devido a falta de recurso, mas na segunda publicação, a educação mista estava sendo aceita por ser uma escola Alemã, ou seja, um modelo vindo de fora do país e validado como o certo, pois ensinava para além da Língua Portuguesa. Os modelos de educação advindos do exterior

foram validados pela elite, mas para os filhos da elite eram oferecidos além das classes mistas, outras línguas, outra educação ou mesmo o prestígio político ou militar. A separação de classe era também validada pela educação.

Grandes jornais, como por exemplo, *Correio Paulistano*, *Jornal do Brasil* e *Jornal do Comércio*, publicaram em maior quantidade as ações do Governo sobre as escolas mistas, a ampliação de escolas e o número de vagas. A implementação pelo governo foi feita de forma muito sutil. Criar escolas era sinônimo de progresso e trabalho do poder público e a população não tinha escolha, a escola mista estava criada.

Ao delimitar uma década para análise, nota-se que a *Coeducação* não foi discutida de maneira profunda. Mesmo a revista *A Escola Primária*, que mais se destaca pelo número de ocorrências (16 ao todo), não relaciona a coeducação com direitos de igualdade em todas as publicações, mas sim para promover uma boa convivência pensando no casamento.

As publicações vão ao encontro do que a literatura histórica descreve. A escola mista foi implementada, mas pouco refletida. Eram criadas, mas faltavam recursos, principalmente nas escolas mistas rurais. Professoras fizeram parte de um plano educacional para o progresso do país, defenderam a formação das professoras, os direitos femininos, a instrução das meninas, mas em escolas isoladas, das fazendas, quase não recebiam recursos necessários para trabalhar.

A população pobre do país não tinha escolha, a cada dia ampliava-se o número de escolas mistas criadas nos dois estados, mas os filhos e filhas das elites ainda recebiam uma educação pautada na moralidade, em institutos particulares católicos, com o controle do corpo feminino e marcando ainda mais o papel da mulher na sociedade. Quando os filhos da elite condutora do país estavam nas escolas mistas era para validar uma educação vinda de fora do país.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa analisou a implementação das Escolas Mistas e o debate sobre a Coeducação na década de 1920, das capitais de São Paulo e do Rio de Janeiro, e as repercussões dessa implementação na imprensa periódica (jornais e revistas).

Constatou-se através da literatura historiográfica que o Brasil, na década de 1920, buscava novos ideais para apagar o passado republicano. A ideia de uma nova nação circulava no imaginário social e os intelectuais, políticos e a elite condutora do país buscavam ações para civilizar o povo, organizar o país e remodelar a nação.

A segunda década do século XX destaca-se na literatura. Souza (1998) afirma que, na década de 1920, surge a maior expansão das escolas públicas. Também é considerada a década de mudanças, reformas, leis, projetos de leis e a circulação de intelectuais nos países da Europa e nos Estados Unidos para buscar novas inspirações para remodelar o país. A ciência foi valorizada na década de 20 e era vista como o meio para desenvolver o país.

As fontes demonstram que as ideias de progresso se materializam aos olhos do povo. Os símbolos do progresso se evidenciavam através da arquitetura moderna, da valorização do engenheiro que planejava os prédios grandiosos, remodelando os centros urbanos, inaugurando avenidas, escolas monumentais, expandindo as linhas ferroviárias etc. A evidência do médico também é constatada nas fontes, posto que esse profissional também acreditava que civilizar era deixar o cidadão saudável e o saneamento foi um planejamento fundamental na vida dos brasileiros, assim como a falta dele.

As fontes demonstram que a educação também foi vista como um meio para colocar em prática as ações de progresso. A escola foi escolhida para moldar os novos cidadãos, inculcar novos comportamentos, remodelar pessoas e, sobretudo, estabelecer um meio político. Para organizar o país e suprir tantas demandas urgentes na sociedade, a escola formaria um novo trabalhador e um novo homem. O analfabetismo foi visto como um freio no processo de desenvolvimento social. Para tanto, a escola recebeu atenção fundamental como

campo de atuação política. Todas as ações eram uma forma de apagar o passado.

As fontes demonstram também que mesmo com toda a ideia de progresso, o desenvolvimento da indústria, o avanço na economia e a busca de novas inspirações para o país, as pessoas ainda tinham as ideias e os comportamentos do passado, o patriarcado ainda estava presente nas ações, na imprensa, na notícia, na literatura e, principalmente, na vida das mulheres.

Observou-se também que as ideias de progresso circulavam na sociedade por meio da imprensa periódica e, para tanto, a literatura evidencia que não podemos estudar a imprensa descolada da realidade. Os estudos de Sodré (1999) evidenciam que a imprensa passa a ter um caráter empresarial no período republicano, pois alguns jornais se aliam ao governo, se desenvolvem, tornando-se uma grande empresa e se especializava para vender a notícia. Esse fato também é demonstrado pelo número de tiragem dos grandes jornais que aumentavam a cada ano. Chartier (2014) destaca o poder da imprensa nos comportamentos sociais, evidenciado nas fontes dos periódicos consultados. As matérias que circulavam na imprensa inculcavam um novo pensamento na sociedade e o brasileiro acreditou que o Brasil estava progredindo, que era um sinal de novos tempos, que o passado precisava ser apagado e que o Império tinha deixado muitas dívidas.

Verificou-se que a imprensa teve um papel fundamental na vida da mulher, seja quando levava a moda ou instruções para ser uma boa mãe ou uma mulher da elite moderna, seja para fazer circular as lutas por espaços na sociedade. A imprensa feminina foi um veículo importante que ajudou a modificar o pensamento de muitas mulheres que se emancipavam e ocupavam novos espaços, enfrentando o pensamento do patriarcado e a submissão do marido e da Igreja.

Evidenciou-se que nas publicações havia mensagens implícitas que inculcavam outras ideias e comportamentos nas pessoas. A maneira de publicar a presença da mulher com o status de Senhora ou Senhorita, por exemplo, revela que a presença do patriarcado estava nas ações de um país em progresso. As revistas que exaltavam a mulher mãe e esposa perfeita, que afirmavam lugares separados para homens e para mulheres, tinham, muitas

vezes, redatores homens que utilizavam pseudônimos femininos, assim a mulher era instruída por homens que não queriam disputar espaços com as mulheres na sociedade.

Constatou-se também que a Hemeroteca Digital Brasileira é um importante canal para consulta de periódicos, possui um acervo imenso que possibilita reconstruir fatos históricos e evidenciar o movimento do país em cada época, no entanto, é um canal que disponibiliza jornais somente da grande imprensa. Os jornais anarquistas ou os que faziam protestos contra as ideias do governo não foram consultados por não fazer parte do acervo, dificultando verificar os protestos contra as ações do governo.

Em relação às Reformas do Ensino Público, na década de 1920, observou-se que se iniciou pela reforma das Escolas Normais. Primeiro era preciso formar os professores, aprender novos métodos de ensino para, depois, ensinar às crianças. A literatura e a imprensa demonstram que foram construídos novos prédios, com salas de aula arejadas, laboratórios, um espaço grandioso que demonstrava o poder e o progresso do governo. Essa reforma era de espaços e métodos; de espaços por agrupar escolas isoladas em um único prédio, formando, assim, os Grupos Escolares sob a direção de um diretor de escola e, de métodos, por implementar o ensino simultâneo.

As fontes evidenciam que a forma escolar foi modificada com essas reformas, pois, ao padronizar determinadas ações, a escola modificou o tempo (com ampliação dos horários, estabeleceu rotinas, intervalos, horários para cada matéria, o calendário escolar etc.), o espaço (com novos espaços, novas escolas, as classes seriadas etc.) e as relações pedagógicas (novas regras estabelecidas dentro da escola para serem vivenciadas).

Verificou-se também que as ideias de Dewey, de que o aluno aprendesse fazendo, experimentando, que a educação precisa ser ativa e integral, estavam presentes nas reformas de ensino de Sampaio Dória, Carneiro Leão e Fernando de Azevedo. Os jardins nas escolas estavam dispostos para o aprendizado dos alunos, observando a natureza; os laboratórios para realizar experiências, a biblioteca para pesquisar. Isso comprova que os idealizadores reformistas implementaram uma escola com referências americanas.

Ao analisar as publicações da imprensa periódica, constata-se que o jornal e a revista foram um veículo utilizado pelo governo para mostrar o progresso do país. A expansão das escolas mistas foi evidenciada através da publicação da criação de escolas, de nomeação de professores, de quadros estatísticos que mostram o número de matrículas que aumentavam a cada semestre, além disso, as escolas dobravam o turno. Quanto mais matrícula, mais se sobressaia que o plano de reforma da Instrução Pública estava em andamento.

Os impressos periódicos consultados evidenciam que o Governo consolidou a Escola Mista de uma forma muito sutil. Ele criava a escola (principalmente no interior do estado), nomeava a professora, mas não propunha um debate sobre coeducação, por se tratar de uma concepção de educação. As fontes corroboram a hipótese de que a imprensa evidenciou as ações do governo mostrando a expansão das escolas mistas.

As fontes também mostram que o magistério se tornou predominantemente feminino, pois, a escola mista, que teve sua expansão na década de 20, só podia ser ocupada por mulheres, então, quanto mais escolas mistas criadas, mais mulheres ocupavam esse cargo, e o magistério foi um meio de a mulher conseguir um novo espaço no mercado de trabalho e na sociedade.

Conclui-se, portanto, que expandir as escolas mistas não foi o suficiente para promover a educação com a igualdade de direitos para homens e mulheres na sociedade brasileira, na segunda década do século XX, posto que os currículos ainda eram separados e os debates sobre coeducação não eram defendidos por todos. Havia também uma parte da Igreja que era contra a coeducação e outra parte que trabalhava com classes mistas.

E, por fim, conclui-se também que meninos e meninas permanecem separados quando estão reunidos no mesmo espaço em nossa escola atual, devido à cultura escolar ter perpetuado a ideia de que existem espaços e ações que cada sexo deve ocupar. Há comportamentos e lugares estabelecidos, por exemplo, professores são maus educadores na primeira infância e as mulheres são mais capacitadas. Ainda hoje encontramos barreiras na escola que foi uma ideia implementada na década de 20, mas que ainda rege nosso comportamento.

REFERÊNCIAS

ACCÁCIO, Liéte Oliveira. A Escola Normal que virou instituto de educação: A história da formação do professor primário no Rio de Janeiro. *In*: ARAÚJO, José Carlos Souza; FREITAS, Anamaria Gonçalves Bueno de; LOPES, Antônio de Pádua Carvalho (Org.). **As Escolas Normais no Brasil**: do império à república. Campinas, Alínea, 2008.

ACCÁCIO, Liéte Oliveira. Os anos 1920 e os novos caminhos da educação. **Revista HISTEDBR** On-line, Campinas, n.19, p. 111 -116, set. 2005 - ISSN: 1676-2584. Disponível em: https://www.fe.unicamp.br/pf-fe/publicacao/4827/art08_19.pdf. Acesso em: 10 de ago. 2020.

ALMEIDA, Jane Soares de. A construção da diferença de gênero nas escolas – Aspectos históricos (São Paulo, séculos XIX-XX). **Revista Eletrônica de Educação**, v. 9, n. 1, p. 65-77, 2015. Disponível em: <http://www.reveduc.ufscar.br/index.php/reveduc/article/view/1039/379>. Acesso em: 10 de ago. 2020

ALMEIDA, Jane Soares de. Co-educação ou classes mistas? Indícios para a historiografia escolar (São Paulo – 1870-1930). **R. bras. Est. pedag.**, Brasília, v. 86, n. 213/214, p. 64-78, maio/dez. 2005. Disponível em: <http://rbep.inep.gov.br/ojs3/index.php/rbep/article/view/1404/1143>. Acesso em: 10 ago. 2021.

ALMEIDA, Jane Soares de. **Mulher e educação**: a paixão pelo possível. São Paulo: Editora UNESP, 1998.

ALVES, Isaias. **Da educação nos Estados Unidos** (Retorno de uma viagem de estudo). Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1933.

AUAD, Daniela. **Educar meninas e meninos**: relações de gênero na escola. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2019.

AUAD, Daniela. Relações de gênero nas práticas escolares e a construção de um projeto de coeducação. GT23 - Gênero, Sexualidade e Educação. **27ª Reunião Anual da Anped**. 2004. Disponível em: <http://www.anped.org.br/sites/default/files/t233.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2021.

BASTOS, Maria Helena Camara. Apêndice – A imprensa periódica educacional no Brasil: de 1808 a 1944. *In*: CATANI, Denice Barbara; BASTOS, Maria Helena Camara (Org.) **Educação em revista**: a imprensa periódica e a história da educação. São Paulo, Escrituras Editora, 1997.

BRAGA, Ana Carolina; MAZZEU, Francisco José Carvalho. O analfabetismo no Brasil: lições da história. **Revista on line de Política e Gestão Educacional**, [S.l.], p. 24-46, jan. 2017. ISSN1519-9029. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/rpge/article/view/9986>. Acesso em: 03 sep. 2020. doi:<https://doi.org/10.22633/rpge.v21.n1.2017.9986>.

BRASIL. Lei n. 1.750, de 8 de dezembro de 1920. **Reforma a Instrução Pública do Estado**. Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, São Paulo (SP), de 9 de Dez. de 1920. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/1920/lei-1750-08.12.1920.html>. Acesso em: 20 mar. 2021.

BRASIL. Decreto n. 3.356, de 31 de maio 1921. **Regulamenta a Lei n.1750, de 8 de Dezembro de 1920, que refôrma a Instrução Pública**. Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, São Paulo (SP), de 31 de mai. de 1921. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/1921/decreto-3356-31.05.1921.html>. Acesso em: 20 mar. 2021.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Recenseamento do Brasil**: realizado em 1 de setembro de 1920: população / Directoria Geral de Estatística. Rio de Janeiro. 1926. Vol. IV, pt 1, p. 9.

CARRA, Patrícia Rodrigues Augusto. Escola mista? Coeducação? Um desafio histórico para a educação de meninos e meninas. **Cadernos de História da Educação**, v. 18, n. 2, p. 548-570, mai./ago. 2019. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/che/article/view/50310/26765>. Acesso em: 20 mar. 2021.

CARVALHO, Kátia. A imprensa feminina no Rio de Janeiro, anos 20: um sistema de informação cultural. **Ciência da Informação**, v. 24, n. 1, 1995. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/18947>. Acesso em: 04 jan. 202. doi: 10.18225/ci.inf..v24i1.614

CARVALHO. Marta Maria Chagas de. **A escola e a República e outros ensaios**. Bragança Paulista: EDUSF, 2003. 355 p. (Estudos CDAPH. Série historiografia)

CARVALHO, Marta Maria Chagas de. Educação e política nos anos 20: a desilusão com a República e o entusiasmo pela educação. In: LORENZO, Helena Carvalho de. COSTA, Wilma Peres da. (Org.) **A década de 1920 e as origens do Brasil Moderno**. São Paulo; Editora Unesp, 1997.

CASTANHA, André Paulo. **Edição crítica da legislação educacional primária do Brasil imperial**: a legislação geral e complementar referente à Corte entre 1827 e 1889. Campinas: Navegando Publicações, 2013.

CATANI, Denice Bárbara. A profissionalização e as práticas de organização dos professores: estudos a partir da imprensa periódica educacional. In: CATANI, Denice Bárbara; BASTOS, Maria Helena Câmara (Org.). **Educação em revista**: a imprensa periódica e a história da educação. São Paulo, Escrituras Editora, 1997.

CATANI, Denice Bárbara. Metáfora da iluminação: observações acerca do estudo da história da educação republicana. In: SOUSA, Cynthia Pereira de (Org.). **História da Educação: Processos, práticas e saberes**. 3. ed.. São Paulo: Escrituras Editoras, 2003.

CHARTIER, Roger. **A mão do autor e a mente do editor**. São Paulo: Editora Unesp, 2014.

CRUZ, Heloisa de Faria. **São Paulo em papel e tinta: periodismo e vida urbana 1890 – 1915**. São Paulo; Arquivo Público do Estado de São Paulo, 2013.

CRUZ, Heloisa de Faria; PEIXOTO, Maria do Rosário da Mathieson (2018)unha. Na oficina do historiador: conversas sobre história e imprensa. **Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História**, [S.l.], v. 35, dez. 2007. ISSN 2176-2767. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/revph/article/view/2221>. Acesso em: 20 mar. 2021.

CUNHA, Marcus Vinicius da. John Dewey e o pensamento educacional brasileiro: a centralidade da noção de movimento. **Revista Brasileira de Educação** [online]. 2001, n. 17, p. 86-99. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-24782001000200007>. Epub 20 Dez 2012. Acesso em: 26 jul. 2021. ISSN 1809-449X. <https://doi.org/10.1590/S1413-24782001000200007>.

DIAS, Márcia Hilsdorf. **Professores da Escola Normal de São Paulo (1846-1890): a história não escrita**. Campinas, SP: Editora Alínea, 2013.

DIAS, Márcia Hilsdorf. Escola Normal de São Paulo do Império: entre a metáfora das luzes e a história republicana. In: ARAÚJO, José Carlos Souza; FREITAS, Anamaria Gonçalves Bueno de; LOPES, Antônio de Pádua Carvalho (Org.). **As Escolas Normais no Brasil: do império à república**. Campinas, Alínea, 2008.

DUARTE, Soraya Bianca Reis *et al.* Aspectos históricos e socioculturais da população surda. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 4, out./dez. 2013, p.1713-1734. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/hcsm/a/QkzPkkNgwTzG69wJKDzN66p/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 15 abr. 2021.

ECAR, Ariadne. Práticas pedagógicas da escola normal de Niterói na Primeira República. **Revista Contemporânea de Educação** [Online], v. 14, n. 30, p. 150-166, 2019. Web. 16 Ago. 2021. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/rce/article/view/21158>. Acesso em: 26 jun. 2021.

FILHO, Nestor Goulart Reis. Cultura e estratégias de desenvolvimento. In: LORENZO, Helena Carvalho de; COSTA, Wilma Peres da. (Org.) **A década de 1920 e as origens do Brasil Moderno**. São Paulo; Editora Unesp, 1997.

GOMES, Angela de Castro. Essa gente do Rio...os intelectuais cariocas e o modernismo. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 11, p. 62-77, 1993. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/1954>. Acesso em: 15 abr. 2021.

GONÇALVES, Mauro Castilho. A Cruzada Pedagógica pela Escola Nova e a ação do professorado católico no Rio de Janeiro (final da década de 1920). **Educação Unisinos**, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, v. 22, n. 3, 2018. Disponível em: <https://www.redalyc.org/jatsRepo/4496/449657699006/html/index.html>. Acesso em: 02 abr. 2021.

HAHNER, June E. Escolas mistas, escolas normais: a coeducação e a feminização do magistério no século XIX. **Rev. Estud. Fem.**, Florianópolis, v. 19, n. 2, p. 467-474, Aug. 2011. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2011000200010&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 06 out. 2019. doi.org/10.1590/S0104-026X2011000200010.

HERSCHMANN, Micael M.; PEREIRA, Carlos Alberto Messeder. (Org.) **A invenção do Brasil Moderno**: medicina, educação e engenharia nos anos 20-30. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

HILSDORF, Maria Lúcia Spedo. A Escola Normal de São Paulo, entre o nós e o outro. In: ARAÚJO, José Carlos Souza; FREITAS, Anamaria Gonçalves Bueno de; LOPES, Antônio de Pádua Carvalho (Org.). **As Escolas Normais no Brasil**: do império à república. Campinas, Alínea, 2008.

JULIA, Dominique. A cultura escolar como objeto histórico. **Revista Brasileira de História da Educação**, n. 1, p. 09-43, jan./jun. 2001.

KARAWCZYK, Mônica. O Feminismo em Boa Marcha no Brasil! Bertha Lutz e a Conferência pelo Progresso Feminino. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 26 n. 2, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/49845/37126>. Acesso em: 19 maio 2021.

KROPF, Simone Petraglia. O saber para prever, a fim de prover – engenharia de um Brasil Moderno. In: HERSCHMANN, Micael M.; PEREIRA, Carlos Alberto Messeder. (Org.) **A invenção do Brasil Moderno**: Medicina, educação e engenharia nos anos 20-30. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

LAZARINI, Débora Faim. **Da Semana de Arte Moderna de 22 ao Ministério da Educação e da Saúde**: processo de consolidação do moderno no Brasil. 2007. 239 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2007.

LORENZO, Helena Carvalho de; COSTA, Wilma Peres da. (Org.) **A década de 1920 e as origens do Brasil Moderno**. São Paulo; Editora Unesp, 1997.

LOURO, Guacira Lopes. Mulheres na sala de aula. *In*: PRIORI, Mary Del (Org.). **Histórias das mulheres no Brasil**. 7. ed. São Paulo: Contexto, 2004.

LUCA, Tânia Regina. A história dos, nos e por meio dos periódicos. *In*: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2008.

MARTINS, Ana Luiza. **Revistas em Revista**: Imprensa e práticas culturais em tempos e República, São Paulo (1890-1922). São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, Fapesp, 2001.

MARTINS, M. V. R.; REIS, A. S. dos. A biblioteca escolar no processo de escolarização da leitura: uma análise com foco no contexto do Movimento Escola Nova em Minas Gerais: 1920-1940. **Revista Brasileira de História da Educação**, v. 16, n. 3[42], p. 193 - 244, 11. 2016.

MATHIESON, Louisa Campbell. O recenseamento escolar de 1920 na imprensa paulista: uma campanha cívica de combate ao analfabetismo. **Educ. Pesqui.** São Paulo, v. 44, e181751, 2018. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-97022018000100478&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 04 set. 2020. Epub em 03 de setembro de 2018. doi.org/10.1590/s1678-4634201844181751.

MONARCHA, Carlos. **Escola Normal da Praça: o lado noturno das luzes**. Campinas: Editora da Unicamp, 1999.

NEVES, Lourenço Baeta. **A relação entre engenheiro e o médico**. Belo Horizonte, Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1912.

NUNES, Clarice. A Escola reinventa a cidade. *In*: HERSCHMANN, Micael M.; PEREIRA, Carlos Alberto Messeder. (Org.) **A invenção do Brasil Moderno**: Medicina, educação e engenharia nos anos 20-30. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

O MANIFESTO dos pioneiros da educação nova (1932). **Revista HISTEDBR** On-line, Campinas, n. especial, p.188–204, ago. 2006 - ISSN: 1676-2584. Disponível em: http://www.histedbr.fe.unicamp.br/revista/edicoes/22e/doc1_22e.pdf. Acesso em: 20 abr. 2021.

OLIVEIRA, Mariza da Gama Leite de. A formação do professor através da revista “a escola primária” (Distrito Federal, 1916 – 1938). **Anais do Encontro Internacional e XVII Encontro de História da Anpuh-Rio**: História e parcerias. Disponível em: https://www.encontro2018.rj.anpuh.org/resources/anais/8/1529772201_ARQUIVO_ANPUH2018MARIZAG.L.OLIVEIRA.pdf. Acesso em: 20 maio 2021.

OLIVEN, Ruben George. Cultura e modernidade no Brasil. **São Paulo Perspec.** São Paulo, v. 15, n. 2, pág. 3-12, abril de 2001. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-88392001000200002&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 03 set. 2020. doi.org/10.1590/S0102-88392001000200002.

REIS, Jocemir Moura dos. **Arte de existir, imprensa feminina e educação: Josephina Álvares de Azevedo (1888-1894)**. 2019. 239 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019. Disponível em: <http://www.bdt.d.uerj.br/handle/1/10515>. Acesso em: 20 maio 2021.

REZENDE DE CARVALHO, Maria Alice. Letras, Sociedade e políticas: imagens do Rio de Janeiro. **Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, n. 20, p. 7, 1985.

ROSSI, Ednéia Regina. A educação escolar primária na Primeira República (1889-1929). **Série-Estudos**, Campo Grande, MS, v. 22, n. 45, p. 159-171, maio/ago. 2017. Disponível em: <https://www.serie-estudos.ucdb.br/serie-estudos/article/view/1048/pdf>. Acesso em 13 jun. 2021

SCHUELER. Alessandra Frota M. de. "Escolas de verdade" para a República do Brasil: os grupos escolares na capital federal. **III Encontro de História Anpuh Rio**, 2008. Disponível em: http://encontro2008.rj.anpuh.org/resources/content/anais/1214941163_ARQUIVO_TextoEscolasdeverdadeparaacapitalfederal_Schueler_formatado.pdf. Acesso em: 26 jun. 2021.

SCHUELER, Alessandra Frota M. de; RIZZINI, Irma. Entre becos, morros e trilhos: expansão da escola primária nascida do Rio de Janeiro (1870-1906). **Cadernos de História da Educação**, v.18, n.1, p.160-175, jan./abr. 2019. Disponível em: https://www.academia.edu/38970511/Entre_becos_morros_e_trilhos_expans%C3%A3o_da_escola_prim%C3%A1ria_na_cidade_do_Rio_de_Janeiro_1870_1906. Acesso em: 26 jun. 2021.

SCHUELER, Alessandra Frota Martinez de; ECAR, Ariadne Lopes. **História da historiografia**, Ouro Preto, n. 7, nov./dez., p. 312-317, 2011. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/287233453.pdf>. Acesso em: 26 jun. 2021.

SEVCENKO, Nicolau. **Orfeu extático na metrópole**: São Paulo, sociedade e cultura nos frementes anos 20. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como missão**: tensões sociais e criação cultural na Primeira República. São Paulo: Brasiliense, 1999.

SILVA, Eliana Nunes da. Escola Mista na República: um lugar na sombra da história educacional. **Rev. bras. hist. educ.**, Maringá-PR, v. 17, n. 1 (44), p. 266-288, jan./mar., 2017. Disponível em: [www.periodicos.uem.br › index.php › rbhe › article › download › pdf_177](http://www.periodicos.uem.br/index.php/rbhe/article/download/pdf_177). Acesso em: 13 jun. 2021.

SILVA, Lúcia Osório. A crise política no Quadriênio Bernardes: Repressões políticas do “Caso da Itabira Iron”. In: LORENZO, Helena Carvalho de; COSTA, Wilma Peres da. (Org.) **A década de 1920 e as origens do Brasil Moderno**. São Paulo; Editora Unesp, 1997.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da imprensa no Brasil**. 4. ed. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

SOUZA, Rosa Fátima. Templos de Civilização: **A implantação da escola primária graduada no Estado de São Paulo (1890-1910)**. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.

THALASSA, Ângela. **Correio Paulistano**: O primeiro diário de São Paulo e a cobertura da Semana de Arte Moderna. 2007. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Semiótica). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, PUC-SP, 2007. Disponível em: <https://tede2.pucsp.br/bitstream/handle/4860/1/Angela%20Thalassa.pdf>. Acesso em: 24 jun. 2021.

VAROTTO, Michele. **As apropriações das ideias educacionais de John Dewey na antiga Escola Normal Secundária de São Carlos SP**. 2012. 182 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas) - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2012.

VIDAL, Diana Gonçalves (org.). **Educação e reforma**: o Rio de Janeiro nos anos 1920-1930. Núcleo Interdisciplinar de Estudos e Pesquisas em História da Educação. Belo Horizonte: Argvmentvm; São Paulo: CNPq: USP, 2008.

VIDAL, Diana Gonçalves. **O fracasso das reformas educacionais**: um diagnóstico sob suspeita: (Rio de Janeiro, 1927-1930). Rio de Janeiro: Ed. Foco, n. esp. p.11-24, mar./ago., 2007. Disponível em: <https://www.ufjf.br/revistaedufoco/files/2013/05/01.pdf>. Acesso em: 26 jun. 2021.

VIEIRA, Carlos E. **Intelligentsia e intelectuais**. Revista Brasileira de História da Educação, Campinas, n. 16, p. 64-85, jan./abr 2008.

VILLELA, Heloisa de Oliveira Santos. Normalistas históricas, professoras comportadas: a construção das representações sobre a profissionalização da docência feminina no século XIX. **Dossiê: Gênero, cidade e cotidiano**. 2009. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/dimensoes/issue/view/202>. Acesso em: 26 jun. 2021.

VINCENT, Guy; LAHIRE, Bernard; THIN, Daniel. Sobre a história e a teoria da forma escolar. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, n. 33, jun., 2001.

WARDE, Mirian Jorge. Oscar Thompson na Exposição de St. Louis (1904): a exhibit showing 'machinery for making machines' ", focaliza a Exposição Universal de St. Louis. *In*: FREITAS, Marcos Cezar de; KUHLMANN JÚNIOR, Moysés (Org.). **Intelectuais e a história da infância**. São Paulo: Cortez, 2002.

WEINSTEIN, Bárbara. **(Re) formação da classe trabalhadora no Brasil (1920-1964)**. São Paulo: Cortez: CDAPH-IFAN – Universidade de São Francisco, 2000.

Fontes consultadas:

São Paulo:

A Cigarra, São Paulo: Ano VII – Nº 131, 1920.

A Gazeta, São Paulo: Ano XV, nº 4.490, dez./1920.

A Gazeta, São Paulo: Ano XXI, nº 6.301, fev./1927.

Correio Paulistano, São Paulo, nº 20.364, mar. 1920.

Correio Paulistano, São Paulo, nº 22.498, mar. 1926.

Correio Paulistano, São Paulo, nº 23.443, jan. 1929.

O Combate: Independência, Verdade e Justiça, São Paulo: Ano IX, nº 2.463, ago./1923.

Relatórios dos Presidentes dos Estados Brasileiros, São Paulo, nº 01, jul./1925

Rio de Janeiro:

A Cruz: Orgão da Parochia de S. João Baptista, Rio de Janeiro: Ano X, nº 01, jan./1928.

A Cruz: Orgão da Parochia de S. João Baptista, Rio de Janeiro: Ano XI, nº 21, maio/1929.

A Escola Primária, Ano 4º - NS 7 – 10, Rio de Janeiro – Agosto – Novembro/1920.

A Escola Primária, Ano 4 - Ns. 7 -10 - Rio de Janeiro - Agosto – Novembro/1920.

A Noite, Rio de Janeiro: Ano XII, nº 3.977, dez./1927.

A Noite, Rio de Janeiro: Ano XVIII, nº 5.981, jul./1928.

Correio da Manhã, Rio de Janeiro: Ano XXVII, nº 10.114, jan./1928.

Gazeta de Notícias, Rio de Janeiro: Ano XLIX, nº 40, fev./1924.

Gazeta de Notícias, Rio de Janeiro: Ano LII, nº 145, jun./1927.

Gazeta de Notícias, Rio de Janeiro: Ano LII, nº 235, out./1927.

Jornal do Brasil, Rio de Janeiro: Ano XXXIX, nº 292, dez./1926.

Jornal do Brasil, Rio de Janeiro: Ano XXXV, nº 273, nov./1925.

Jornal do Brasil, Rio de Janeiro: Ano XXXI, nº 201, jul./1921.

Jornal do Brasil, Rio de Janeiro: Ano XXXVI, nº 311, dez./1926.

Jornal do Comércio, Rio de Janeiro: Ano 97, nº 165, jun./ 1923.

O Jornal, Rio de Janeiro: Ano VII, nº 2.104, out./1925.

